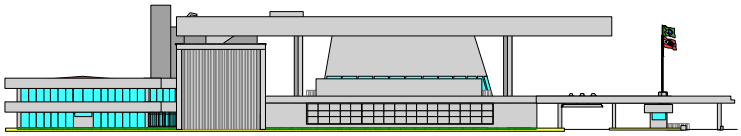
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII FLORIANÓPOLIS, 17 DE DEZEMBRO DE 2007 NÚMERO 5.839

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kulmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Elizeu Mattos
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1853**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 105ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 12/12/2007.....2
Ata da 058ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 12/12/2007 10
Ata da 059ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 12/12/2007 11
Ata da 044ª Sessão Solene da 16ª realizada em 12/12/2007 às 20h 19

Atos da Mesa
Ato da Mesa 24

Publicações Diversas
Aviso de Resultado.....25
Extratos 25
Portarias 26
Redações Finais.....26

P L E N Á R I O

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Comemora aprovação de projeto de lei de sua autoria.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza a deputada Odete de Jesus pela aprovação de PL de sua autoria.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza a deputada Odete de Jesus pela aprovação de PL de sua autoria, que beneficiará a saúde da população.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Fala sobre a pensão vitalícia dos ex-governadores.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Anuncia novo sistema prisional em Brusque.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o deputado Dagomar Carneiro pelo pronunciamento; faz votos que Brusque, Canoinhas e outras regiões continuem crescendo e merecendo o trabalho do governador.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Comunica o falecimento de Altamiro Brinhosa.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Apela em prol da solução dos problemas da Segurança Pública de Navegantes.

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Manifesta-se acerca da urgência da implantação do rastreamento eletrônico para vender carne para os Estados Unidos.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Faz avaliação positiva do ano de 2007.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pede a aprovação do projeto que garante plano de cargos e salários para Agesc.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Comemora livro de autoria de Osvaldo Rubin, que fala da erradicação da febre aftosa no Estado; fala sobre a questão dos campos de altitude.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Aborda reunião em Brasília sobre o problema dos campos de altitude.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Fala sobre enxurrada e prejuízos nos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discorre sobre os investimentos que o governo Lula está trazendo para Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pelo pronunciamento e o governo Lula pelos investimentos em educação, saúde, infra-estrutura e desenvolvimento social.

Ordem do Dia

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Pede a aprovação do PL n. 0468/2007, que cria a taxa de vigilância sanitária animal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita a sra. deputada Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A Presidência informa aos srs. deputados que temos diversas matérias para serem votadas na Ordem do Dia, objetivando chegarmos, na semana que vem, com o menor número de projetos para deliberação, uma vez que na quarta-feira pretendemos colocar em discussão e votação o Orçamento para o ano de 2008.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da mesa, sra. deputada, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisionada, estamos quase nos aproximando do final dos trabalhos parlamentares aqui nesta Casa Legislativa e ainda temos muitas matérias nas comissões, como o sr. presidente salientou. Inclusive, hoje, na comissão de Finanças e Tributação, da qual sou integrante, deliberamos várias matérias importantes e vamos aguardar que elas sejam encaminhas às comissões de mérito desta Casa para as devidas deliberações e, posteriormente, vir ao plenário para votação.

Mas quero dizer a v.exas. que os nossos trabalhos vão a todo vapor. Tivemos muito sucesso ontem no plenário com a aprovação de uma lei de autoria desta deputada, em primeiro e segundo turnos, e agora terá a votação da redação final, sobre a obrigatoriedade da vacina A e B contra a hepatite.

Srs. deputados, estava analisando aqui a capa da revista *Isto É,* que fala da cura da hepatite tipo C: "Uma doença maldosa que ataca aproximadamente 170 milhões de pessoas". Graças a Deus que o dr. Antônio Aguiar e o dr. Serafim Venzon, nossos colegas deputados, e eu também como integrante da comissão de Saúde desta Casa, podemos dizer, e muito nos alegra, que a hepatite tipo C, uma doença que ataca o fígado das pessoas, já tem cura.

Então, quero agradecer a todos os colegas deputados e deputadas desta Casa pela aprovação dessa nossa lei da vacinação contra hepatite tipo A e B.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar a eminente deputada pela aprovação dessa lei que ajudará todos os catarinenses. Parabéns pela idéia de v.exa., que foi acolhida pelos deputados, que aprovaram a sua lei, fazendo com que o povo catarinense tenha mais saúde.

Parabéns, deputada!

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, dr. Antônio Aguiar, nosso colega deputado, com várias legislaturas aqui nesta Casa, uma pessoa experiente, médico, que tem atendido com muita responsabilidade a comunidade de Canoinhas e de toda região.

Srs. deputados, quero também falar para v.exas. que me alegrou muito a aprovação da Lei n. 14.220, de autoria da deputada Ada De Luca.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputada Odete de Jesus, parabéns pela aprovação do seu projeto.

Agora, eu estranho e foi surpresa eu saber que não tínhamos essa lei ainda, uma coisa tão necessária, não só no nosso estado, como em todo o Brasil. É uma doença silenciosa, cuja contaminação aumenta cada vez mais, pois a hepatite B tem vários meios de contaminação, inclusive o sexual.

Então, parabéns deputada Odete de Jesus! Nós, mulheres, estamos sempre preocupadas e acho que é da natureza da mulher se preocupar sempre com a saúde dos nossos semelhantes. Inclusive, fico angustiada em saber que esta lei ainda não existia, confesso que não era do meu conhecimento.

Parabéns!

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputada Ada De Luca.

Agora, estou aguardando que o nosso governador, Luiz Henrique da Silveira, possa sancionar mais uma dessas leis de suma importância para o nosso estado de Santa Catarina.

Mas o que me deixou feliz também - e eu já havia me manifestado da tribuna anteriormente - é que toda madeira que for retirada indevidamente, cometendo-se crime ambiental - e hoje já é lei, graças a Deus, já está sancionada e vamos fazer cumprir - possa ser utilizada no mesmo local da sua apreensão, na mesma região, no mesmo município. E eu consegui a aprovação dessa lei, graças a Deus, com o apoio das deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca e de todos os srs. deputados que a aprovaram nas comissões, os relatores foram favoráveis, depois tramitou nesta Casa e tivemos um sucesso magnífico aqui no plenário desta Casa Legislativa.

Então, essa madeira será utilizada, através de uma parceria com a Cohab, para a construção de casas populares para pessoas de baixa renda, pessoas que sonham em ter a sua casinha própria e que agora poderão tê-la. Além disso, essa madeira poderá ser utilizada também para a construção de instituições estudantis, educacionais, hospitais, ambulatórios, presídios, penitenciárias agrícolas e também de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, creches, asilos e orfanatos.

Então, não poderia deixar de falar dessa lei e estaremos contribuindo para que ela seja sancionada, porque trará grandes benefícios para a população carente, principalmente para os asilos onde as pessoas idosas se encontram, porque muitos familiares não querem cuidar. Os pais que já estão idosos e são abandonados pelos filhos nos asilos.

Nós estamos precisando de asilos, de orfanatos, restaurar escolas, construir mais unidades hospitalares porque a demanda é muito grande e a nossa população cresce assustadoramente. A nossa população, segundo a última estimativa do IBGE, está aumentando muito. E de dez em dez anos é feito um censo e tenho certeza de que no próximo a população aqui da Grande Florianópolis vai aumentar, assim como a do nosso estado de Santa Catarina está aumentando também porque tem um clima agradável, ameno, tem praias maravilhosas e, por isso, a população de outros estados vem para cá, preferem morar aqui pela beleza e pela riqueza do estado. Dessa forma, vamos ter uma grande população e a demanda dos hospitais será maior ainda. Nós precisamos de mais unidades hospitalares.

Falando nisso, senhores, hoje eu tenho uma audiência no Ministério Público, porque tive que reivindicar o não-cumprimento da Lei n. 11.189, que dá livre acesso aos pastores e presbíteros nos hospitais e presídios. O diretor do hospital Celso Ramos não quer se submeter a essa lei. Então, nós acionamos o Ministério Público para que ele possa dar as devidas respostas, porque é de direito o cumprimento da lei. Os religiosos têm direito a entrar em qualquer horário nos hospitais, quando qualquer pessoa estiver necessitada.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Baldissera, líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, por até dez minutos. O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicio meu pronunciamento com um fato importante e bom para Santa Catarina, uma decisão tomada na Justiça, na tarde de ontem, que diz respeito ao subsídio vitalício dos ex-governadores.

Mas antes quero fazer menção - e me parece oportuno e importante - ao parecer que a ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, emitiu, na época da decisão do julgamento da pensão vitalícia do ex-governador do Mato Grosso do Sul. Louvável! E, aqui nós temos que reconhecer e parabenizar o Supremo Tribunal Federal por essa decisão corajosa e importantíssima, no sentido de tornar o poder mais transparente e fazer justiça.

E quero fazer menção de alguns trechos do parecer da ministra.

Diz a ministra Carmem Lúcia:

(Passa a ler.)

"'Ou a Constituição é uma lei superior, soberana, irreformável por meios comuns; ou se nivela com os atos da legislação usual e, como estes, é reformável ao sabor da legislatura'. O que a ministra destaca, nesse trecho de sua decisão é que nenhuma lei que está abaixo da Constituição pode modificá-la simplesmente porque é desejo de uma legislatura, ou de um governo do estado.

Outro trecho merece destaque, no qual ela afirma: 'Não pode mesmo o ente estatal fazer o que bem quiser a quem bem quiser, com o dinheiro sobre cujo uso ela não pode querer. Ela não tem querer, só tem dever. E esse dever em relação ao uso dos recursos públicos, haverá de ser cumprido em estrita conformidade com o que disponha a Constituição e a legislação que se lhe segue.'

Então o dinheiro, o recurso público que sai do bolso de cada cidadão não pode ser utilizado por um governo para o que ele bem entender, baseado numa lei que infringe todas as normas constitucionais.

Ela ainda faz questão de destacar que os governadores são agentes políticos transitórios, não são permanentes, ou seja, passam pelo governo por um período. E o governador do estado sabe, ao ingressar no cargo, que é um cargo transitório sujeito ao regime constitucional, tendo seu subsídio fixado na Constituição dentro do período em que ocupa o cargo, pelo desempenho daquele cargo. Por isso, quem não mais desempenha o cargo público, não pode insistir em receber qualquer valor do estado". E aí segue o relato da ministra.

E para nós de Santa Catarina não é diferente. O art. 195 da Constituição do estado é totalmente inconstitucional porque equipara o vencimento, o subsídio do governador ao do desembargador. E a lei maior, que é a Constituição, proíbe qualquer vinculação, qualquer equiparação.

Nós havíamos ganhado a liminar suspendendo o pagamento do ex-governador Eduardo Pinho Moreira, mas ele entrou com recurso e derrubou a liminar. Nós recorremos da ação e ele entrou com um agravo.

No dia de ontem aconteceu o julgamento e a decisão do Tribunal de Justiça. Por votação unânime, negar o provimento ao recurso do ex-governador Eduardo Pinho Moreira, limitando o pagamento ao subsídio mensal do governador do estado de Santa Catarina, contraria qualquer senso de justiça. É uma vitória. De vinte e dois e pouco passa a receber hoje o governador R$ dez mil.

Mas é injusto. É um salário totalmente injusto, porque o ex-governador governou o estado de Santa Catarina por apenas oito meses e alguns dias. E os nossos trabalhadores da roça, da cidade, que são pais e mães de família, que trabalham mais de 50 anos, têm de brigar na Justiça a vida toda para receber apenas um salário mínimo e muitas vezes nem conseguem.

No entanto, o governador, o agente político, que é muito bem remunerado, deixa o seu cargo e continua a receber o resto da vida mais do que o dobro do que recebia no efetivo exercício da sua função.

Portanto, além de ser injusto, isso se transforma numa violência contra qualquer cidadão e cidadã que trabalha a vida toda. E temos que contestar isso, dar graças, bem dizer, pela decisão de pelo menos permitir que receba dentro daquilo que o governador recebia no exercício da função, mas mesmo assim isso está totalmente equivocado.

Portanto, fica aqui registrado, no dia de hoje, essa pequena vitória. Mas nós vamos adiante, vamos continuar lutando, porque queremos o fim desse subsídio vitalício a todos os ex-governadores, pois isso é uma grande injustiça.

Outra questão importante que eu quero aqui realçar e mencionar é a universidade da fronteira da mesorregião. O ministro Fernando Haddad esteve em Santa Catarina e no dia de hoje será feito, ao mesmo tempo, o anúncio, em nível nacional, da instalação da universidade no oeste catarinense.

É uma conquista importante para a região, para o estado, porque vai proporcionar a participação e o acesso de muitas pessoas à universidade, que talvez não tivessem a oportunidade de freqüentar uma universidade pública, e essa está ao seu alcance.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dagomar Carneiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente Julio Garcia, sr. deputado Antônio Aguiar, deputada Ana Paula Lima, membros da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna hoje para enaltecer o trabalho do governador Luiz Henrique da Silveira e do secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão Ronaldo Benedet pelo grande trabalho que vêm fazendo em prol da segurança de Santa Catarina.

Sabemos que a questão da segurança é um problema que atinge todo cidadão, é um problema difícil de ser resolvido, mas que o governo Luiz Henrique da Silveira vem resolvendo a passos largos.

Mas nesta tarde quero anunciar dois grandes investimentos que o governador, através da secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, realizará na nossa região. O primeiro diz respeito a uma grande reivindicação de toda a população de Brusque e da região do vale do Itajaí Mirim e do vale do Rio Tijucas, que é a construção da unidade prisional avançada naquele município.

Está agendado para segunda-feira, dia 17, em Brusque, no salão nobre da prefeitura, o lançamento do edital da construção da unidade prisional de Brusque para 72 vagas. A prefeitura já comprou o terreno, doou ao estado uma área de 40.000 m² e vai receber do governo do estado a unidade prisional avançada no valor de R$ 2 milhões, criando ali 72 vagas para os presos e os condenados da nossa comarca e do vale do Rio Tijucas.

É importante ressaltar que essa reivindicação foi feita por este deputado no seu primeiro mês, em fevereiro de 2007, ao governador do estado e ao secretário Ronaldo Benedet. E o secretário, juntamente com o dr. Maurício Eskudlark e com o coronel Eliésio Rodrigues, esteve em Brusque participando de uma audiência pública, ocasião em que se comprometeram ao dizer que uma das primeiras unidades prisionais avançadas a serem construídas em Santa Catarina seria em Brusque. E, para alegria de toda a população, está anunciada agora, para segunda-feira, dia 17, às 9h, a assinatura do edital da construção da unidade prisional avançada.

A pedido de toda a população, a pedido do prefeito Ciro Roza, dos deputados que representam aquela região, que isso seja atendido nesse momento importante para Brusque, porque em Brusque, hoje, não há cadeia. Estávamos com dificuldades para prender os delinqüentes que cometem algum crime na nossa cidade e Brusque quer ser modelo. Aliás, como Brusque já é modelo, já é pioneiro em vários projetos, em várias atividades no estado de Santa Catarina.

E queremos também, com relação à questão prisional, criar uma unidade modelo para Santa Catarina. Por isso já foi adquirido pela prefeitura um terreno de 40.000m2. E isso possibilitará, além da construção da unidade prisional, também a construção de uma unidade industrial junto à unidade prisional avançada, para que aí, sim, os presos que lá estão cumprindo a sua pena possam aprender uma profissão e ser reintegrados à sociedade depois de cumprir a sua pena.

O segundo investimento é um investimento maior. Em parceria com o governo federal, também na segunda-feira, às 10h30min, será lançado o edital da construção da penitenciária de Itajaí, com uma participação de R$ 13,3 milhões do governo federal e R$ 6 milhões do governo do estado. Essa penitenciária que será construída terá 360 vagas, o que vai trazer um alívio ao governo, porque hoje há superlotação no presídio de Itajaí e há falta de vagas em toda a região.

Então, com essas 360 vagas, a região de Itajaí será, com certeza, beneficiada. Mas já está no projeto do governador Luiz Henrique da Silveira, deputado Antônio Aguiar, a construção de um novo presídio em Itajaí, além do edital que será lançado dessa penitenciária, que irá proporcionar em torno de 600 vagas, transformando, assim, o presídio que hoje abriga todos os detentos da região de Itajaí em um presídio exclusivamente feminino.

Então, estão sendo feitos investimentos na área da segurança pública, área essa tão criticada aqui por alguns deputados da Oposição. E na minha região eu sou testemunha do brilhante trabalho feito pela Polícia Militar e pela Polícia Civil de Brusque. E também nesse município, deputada Ada De Luca, o governador anunciará a criação do 16º Batalhão da Polícia Militar da nossa cidade, que hoje é uma companhia especial.

Além disso, estará oferecendo, no ano que vem, um curso de formação de soldados e praças para Brusque e região, demonstrando que as solicitações que são feitas pelos parlamentares que representam aquela região, pela comunidade brusquense e de toda o médio vale do Itajaí e vale do rio Tijucas estão sendo atendidas, na medida do possível, pelo secretário Ronaldo Benedet, pelo dr. Maurício Eskudlark e pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar o eminente deputado de Brusque Dagomar Carneiro por se preocupar, na sua região, no seu município, com a área da segurança.

Quero dizer que o mesmo está acontecendo com Canoinhas, pois lá será construída também uma unidade prisional, num investimento de R$ 2 milhões, sendo que a área de terra foi doada, de igual forma, pelo prefeito municipal. A construção está prevista para janeiro.

Também parabenizo o nosso governador Luiz Henrique da Silveira e o secretário Ronaldo Benedet por esse grande investimento, porque são necessários, sim, investimentos em segurança pública.

Outros investimentos na nossa região também estão sendo feitos. E mais precisamente, deputado Dagomar Carneiro, na quinta-feira, o governador esteve na nossa região, juntamente com o presidente da Aurora, Mário Lanznaster, assinando a carta de intenções e o prefeito Leoberto Weinert fez a doação de áreas de terra importantes para a Aurora, para iniciar o investimento de R$ 400 milhões, gerando mais de três mil empregos diretos, fazendo com que o planalto norte tenha uma marca histórica: antes da Aurora e depois da Aurora.

Outro dado importante foi a entrega de R$ 600 mil à prefeitura de Três Barras para um desvio do asfalto de uma BR. É importante salientar que esses R$ 600 mil foram para a prefeitura de Três Barras. E nós temos que avisar ao deputado Manoel Mota, que está chegando, que o governador Luiz Henrique da Silveira entregou R$ 600 mil de convênio para o prefeito do PP Luiz Divonsir Shimoguiri. Isso é para mostrar que o nosso governador é, sem dúvida alguma, um governador de todos os nossos catarinenses, pois ele dá oportunidade a todos os municípios de fazer os seus investimentos.

Deputado Dagomar Carneiro, parabéns pelo seu pronunciamento! E esperamos que Brusque, Canoinhas e outras regiões continuem crescendo e merecendo o trabalho do nosso governador.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Obrigado deputado pelo seu aparte, que vem abrilhantar o nosso pronunciamento.

Mas eu quero dizer ainda que os investimentos do governador Luiz Henrique da Silveira, como disse, ontem, o deputado Joares Ponticelli, estão por toda Santa Catarina. Realmente o projeto das unidades prisionais é para contemplar dez unidades prisionais em todo o estado de Santa Catarina.

Então, queremos, neste momento, parabenizar o governador, o secretário Ronaldo Benedet, o comandante-geral Eliésio Rodrigues e também o nosso delegado Maurício Eskudlark pelo trabalho na Segurança Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente e toda esta Casa, principalmente os companheiros do PMDB e do extinto MDB, é com pesar que eu dou conhecimento a v.exas. que o companheiro histórico e fundador da nossa agremiação partidária, sr. Altamiro Brinhosa, pai do companheiro Mário César Brinhosa, faleceu ontem. O velório foi em Barreiros e ele foi sepultado hoje, às 10h.

Então, eu gostaria de deixar um abraço fraterno a toda família Brinhosa, principalmente aos mais chegados do sr. Altamiro Brinhosa, que foi um grande batalhador, um herói, um guerreiro do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidoras e servidores deste Poder Legislativo, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente o companheiro J. Costa, presidente da Aprasc, Edilson, também diretor da Aprasc, eu gostaria de falar um pouco sobre a audiência pública que participamos na cidade de Navegantes, na noite de segunda-feira, dia 10 de dezembro, organizada pela comissão de Segurança Pública desta Assembléia Legislativa, que tive a honra de presidir, na condição de vice-presidente, contando com a participação do deputado Jailson Lima, que era o proponente, o requerente dessa audiência pública.

Foi uma audiência bastante concorrida e contamos com a presença do comandante do 7º Batalhão de Bombeiro Militar, o tenente coronel Onir Mocellin, sediado em Itajaí; do comandante do Pelotão do Bombeiro Militar de Navegantes, o sargento Ivan Carlos, como também de vários outros oficiais e muitos praças do Corpo de Bombeiros daquela cidade e de toda a região do 7º Batalhão.

Também tivemos a presença do chefe de gabinete do prefeito, que não pôde estar presente; do presidente do Conseg, Conselho de Segurança da cidade de Navegantes; de cinco vereadores municipais e dos presidentes do Clube de Dirigentes Lojistas e da Associação Comercial e Industrial da cidade de Navegantes.

Eu tive a oportunidade de falar, ontem, sobre a situação dramática da cidade de Navegantes, em que 17 Bombeiros Militares que estão servindo a cidade podem ficar sem o quartel, pois terão de entregar a casa alugada que estão usando. Há imbróglios legais e impasses políticos, também, na relação com a prefeitura, no que diz respeito à autoridade, de quem é a responsabilidade, se é do governo do estado, se é do poder municipal, se é da prefeitura. Enfim, nos próximos dias os bombeiros de Navegantes poderão ficar sem quartel!

Assim sendo, eles terão de se recolher para a cidade de Itajaí, e para atender toda a população de Navegantes, terão que atravessar o rio pelo *ferry-boat* ou então dar a volta pela BR-101, o que inviabilizaria a chegada a tempo para salvar uma vida ou mesmo uma residência que estivesse incendiando.

Foram feitos encaminhamentos nessa audiência bastante produtivos, como eu já falei, no sentido de buscar uma solução ainda esta semana, para dar uma solução para o pagamento do aluguel do quartel. Existe uma casa à disposição que a proprietária quer R$ 2 mil de aluguel, mas se fosse para os bombeiros ela alugaria por R$ 1,5 mil. Mas a secretaria municipal de Saúde, da mesma prefeitura, já foi falar com ela e ofereceu R$ 2 mil de volta.

Então, parece que há um impasse. O prefeito diz que banca até R$ 1,3 mil, mas o chefe-de-gabinete disse na audiência pública que se faltar R$ 300,00 ele mesmo banca do próprio salário. Com isso parece que vai ser resolvida essa semana a questão do local para alojar o quartel do Corpo de Bombeiros da cidade de Navegantes.

Faz-se necessário encaminhar essas demandas para alojar o quartel do Corpo de Bombeiros de Navegantes, assim como também as demais relativas à Segurança Pública de Navegantes, ao secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, ao secretário de Desenvolvimento Regional, de Itajaí, ao governador do estado e ao prefeito municipal.

Srs. deputados, caso não seja resolvida a questão da casa nesta semana, na semana que vem a comunidade navegantina estará aqui, na Assembléia Legislativa, para pedir apoio, a fim de não perder o Corpo de Bombeiros na cidade.

O encaminhamento também, por solicitação da comunidade, é que a Assembléia Legislativa ajude a construir um padrão legal que possa viabilizar definitivamente o bom exercício do Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros, o Funrebom, porque lá existe um impasse na legislação que na maioria de outras cidades não existe. E eles pedem a ajuda da Assembléia para construir uma legislação a ser seguida pelas Câmaras Municipais, que possa ser aceita pelo Poder Judiciário, assim como também providências no sentido de um terreno para a instalação definitiva do quartel do Corpo de Bombeiros e para usar os recursos que estão em caixa, depositados em Juízo.

Vejam só, os bombeiros estão sem quartel e há R$ 234 mil reais depositados em Juízo, pela prefeitura, que arrecada do Funrebom, mas ao invés de repassar direto para os bombeiros, deposita em Juízo em função desse impasse legal.

Então, que esses recursos, assim que forem liberados, possam ser usados para a construção do quartel.

Portanto, essas são as demandas da comunidade de Navegantes com relação à Segurança Pública e ao Corpo de Bombeiros. E existe ainda a principal demanda deste momento, dos praças e dos demais servidores da Segurança, que é a negociação do pagamento daquilo que falta da Lei n. 254. Inclusive, recebemos uma moção da Câmara de Vereadores do município de Barra Bonita, lá no extremo oeste, mais ou menos nesses termos:

(Passa a ler.)

"[...] Apoio à mobilização deflagrada pelos Profissionais de Segurança, que buscam o cumprimento por parte do Governo do Estado de Santa Catarina da Lei Complementar n. 254/2003, que dentre outras medidas, concedeu reajuste à categoria.

Consternados com a situação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado, os Vereadores desta Egrégia Corte Legislativa vem por meio desta demonstrar apoio ao cumprimento da Lei Complementar n. 254/2003 que concede reajuste à categoria.

É cediço neste momento ressaltarmos o trabalho desenvolvido por estes profissionais que muitas vezes sem dispor das melhores condições se engajam numa batalha ferrenha em defesa dos cidadãos sob pesando suas vidas em face das nossas.

Neste sentido, o mínimo que se espera é que estes profissionais possam ter condições dignas de trabalho e sustento de suas famílias para assim, manterem o atendimento e a guarnição das milhares de famílias catarinenses.

Considerando a conjuntura atual, a edição da Lei Complementar n. 254/2003 apregoa um direito destes trabalhadores que infelizmente não vem sendo cumprido por parte do Governo do Estado, fato que enseja no descumprimento de norma legal e expõe em dificuldades as famílias que necessitam destes salários para sobrevivência.

Por derradeiro, sem a pretensão de ter esgotado o tema, espero que os Excelentíssimos Senhores representantes do Governo de Santa Catarina, analisem essas singelas considerações e mobilizem-se em prol desta problemática."[sic]

Assinam os vereadores Vanderlei José Sturmer, do Partido dos Trabalhadores; Silvio Ricardo Lazarotto, sem partido; Gilmar Meneguzzo, do PP; Dilson José Buratti, do PP; Darci João Frizon, do PMDB; Adelar Scheffler, do PMDB; João Carraro, do PP; Iraci Perin de Pizzol, do PP; e Lauri Krilov, do Democratas, da cidade de Barra Bonita.

Recebemos também, nesse sentido, a manifestação de várias outras Câmaras de Vereadores.

Queremos agradecer a todos os vereadores do estado e às Câmaras Municipais que nos têm apoiado nessas demandas. E registramos que estamos à disposição para negociar com o governo. Sempre estaremos, sempre estivemos à disposição para negociar com o governo, desde 2003, ou até antes, desde 2002. E neste ano inteiro de 2007 estivemos à disposição para negociar com o governo. Mas essa negociação não ocorreu. Inclusive, a Aprasc está há mais de um ano sem ser recebida pelo governo do estado, para negociar a Lei n. 254.

Quero, mais uma vez, repetir que queremos negociar. Temos essa demanda, mas não faremos de joelhos, faremos com toda a dignidade própria de servidores estaduais, dos praças e dos servidores da segurança pública de Santa Catarina.

Quero agradecer o empenho, a participação e o apoio de todos os praças, demais servidores da segurança e outras categorias que no dia de ontem nos apoiaram nas mobilizações aqui na capital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sobre a mesa há um requerimento assinado por todos os líderes partidários, solicitando a interrupção da sessão por até dez minutos, para que aqui seja lançada a Feira Camponesa da Uva, que será realizada no município de Tangará.

A Presidência atende o requerimento dos srs. líderes, suspende a sessão por dez minutos e passa o comando da atividade ao deputado Pedro Baldissera.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos. Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Falará em nome do partido o deputado Valmir Comin, que vai fazer um relatório de sua viagem aos Estados Unidos, deputado Décio Góes. S.Exa., ontem à noite, estava acompanhado do deputado Dagomar Carneiro e relatava parte da viagem, que realmente foi muito interessante.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, realmente o jantar de ontem à noite estava muito gostoso. Quando estamos cercados de amigos, de boa companhia o ambiente se torna muito mais agradável.

Sr. presidente, fiz questão de usar a tribuna no horário de meu partido, o Partido Progressista, no dia de hoje, para tecer aqui um relato de duas vertentes que considero imprescindíveis e fundamentais para o desenvolvimento da economia do povo catarinense, principalmente, vinculado ao agronegócio, ao nosso pequeno produtor rural.

Tive a oportunidade de acompanhar a comitiva governamental, capitaneada pelo vice-governador Leonel Pavan, quando estivemos em Denver, Colorado, Minnesota, Minneapolis e também Nova Iorque. E vou tecer na íntegra um relato sobre o assunto que foi tratado na reunião ocorrida em Denver, Colorado, posteriormente, em Explicação Pessoal. Agora, quero falar sobre outro assunto.

(Passa a ler.)

"Participantes de Santa Catarina: vice-governador Leonel Pavan, secretário Vinícius Lummertz, eu, deputado Valmir Comin, sr. Jacir Pamplona, Iara e Rezende.

Participantes da IMI: Jhonn, Luiz César e Hector.

Participamos de uma c*all conference* com o sr. Jim Riva, diretor do Departamento de Comercialização do governo dos Estados Unidos, responsável pela sanidade animal, que esclareceu que a solicitação de exportação de Santa Catarina para os Estados Unidos, para a carne bovina, necessariamente deve passar pelo Mapa (ministério da Agricultura.) E é necessário que Santa Catarina cumpra todas as exigências, às quais os produtores americanos se submetem. Para tanto, o sr. vice-governador solicitou ao sr. Johnn uma lista das normas americanas para que possamos realizar um *checklist* do estado de Santa Catarina, no que precisa para se adequar às exigências norte-americanas.

O sr. Johnn esclareceu que o cumprimento das normas não significa que a carne catarinense entrará no mercado americano. É apenas um passo rumo ao acordo comercial.

Foi falado sobre o hormônio na produção da carne. Nos Estados Unidos é produzida a carne com a utilização de hormônios, mas quando se trata de carne de exportação, principalmente para a Europa, a carne comercializada é sem hormônio. Portanto, para uma carne proveniente de outro país, para os Estados Unidos, deverá ser produzida sem hormônio também.

A partir de dezembro de 2003, com a doença da vaca louca, fez-se necessário um sistema de controle eficaz dos rebanhos. A empresa IMI desenvolveu o sistema de rastreamento do rebanho, com a implantação de um brinco com *chip* eletrônico.

A IMI fatura três milhões de reais ao ano, possui 22 funcionários, com um crescimento de 50% ao ano. No momento a empresa está sendo controlada pelo governo de Missouri.

Aí os questionamentos por que os Estados Unidos não compram a nossa carne, a carne catarinense. Os motivos são esses, ou seja, a não credibilidade do SISBOV, que é o sistema implantado hoje na orelha do gado.

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que foi o secretário da Agricultura e que é conhecedor desse trabalho, para os norte-americanos é um sistema não confiável, que poderá ser adulterado, eis que poderá haver a migração de gado de outros estados para Santa Catarina, não dando a certeza da credibilidade do produto a ser exportado. Existe também o problema de controle de fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, considerado vulnerável através desse tipo de rastreamento. E existe ainda a união dos produtores americanos em prol dos seus interesses, que se fecham para evitar a importação de outros produtos, oriundos de outros países, como, por exemplo, o Brasil.

Razões para se adotar o sistema, que é esse *chip*, o brinco eletrônico utilizado na orelha do gado, produzido por essa empresa americana, que daria condição do credenciamento, não significa dizer que os Estados Unidos comprariam a carne. Mas qualquer possibilidade de compra da carne catarinense pelos americanos teria que passar por essas condições.

Na implantação de um sistema de rastreamento eficaz, quanto às vantagens para Santa Catarina, seriam o controle efetivo do rebanho, redução da sonegação fiscal, que significa o incremento na arrecadação, controle sanitário efetivo, melhor preço da carne, podendo vender para o país que oferecer o melhor preço. Em média, o produtor que aderir a esse sistema, na carne produzida, terá um preço médio de 20% a mais do que é comercializado nos dias de hoje.

O consumidor catarinense irá consumir a carne do centro-oeste. Com isso, haverá um movimento na economia nacional, com um diferencial para o produto de Santa Catarina. O Mato Grosso tem quantidade, e Santa Catarina terá qualidade produzida. Haverá também valorização das terras catarinenses, com um incremento da receita dos pequenos produtores, devido à elevação do valor da arroba, por ser arroba rastreada.

O sr. Pavan convidou então o sr. Lambert para visitar o estado de Santa Catarina, que prometeu uma visita ao Brasil, em março, quando provavelmente será então agendado um tempo para que possa vir a Santa Catarina conhecer os nossos frigoríficos e o rebanho bovino catarinense.

Era isso, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Enquanto aguardamos o deputado Serafim Venzon, utilizará o horário o PRB. Portanto, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos. Posteriormente, o horário será do PSDB, com o deputado Serafim Venzon na tribuna.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, volto à tribuna para complementar o meu pronunciamento.

Inicialmente, tomo a iniciativa de agradecer ao sr. presidente, aos srs. integrantes da Mesa, aos presidentes das comissões, aos líderes, às deputadas e aos deputados, porque já estamos quase concluindo os nossos trabalhos aqui neste Parlamento.

Nós tivemos muito sucesso através das audiências públicas realizadas por iniciativa da Casa. Recentemente foi realizada uma audiência sobre a dengue, proposta por esta deputada, e também sobre a adulteração do leite, que era uma grande preocupação para a população catarinense. Inclusive, essas audiências públicas foram feitas através da comissão de Agricultura, cuja presidência é ocupada pelo deputado Moacir Sopelsa, que muito contribuiu para o debate sobre a dengue, e também através da comissão de Saúde, sendo que o presidente da comissão, deputado Genésio Goulart, deu-nos condições de trazer ao debate as lideranças responsáveis pelos órgãos competentes para prestar esclarecimentos sobre a adulteração do leite.

Então, esta Casa Legislativa tem aberto as portas para que toda a população possa ter esclarecimentos sobre aquelas dúvidas que, às vezes, trazem angústias e aflições à população.

E frente a esse trabalho parlamentar, a nossa obrigação é trazer esclarecimentos, informações à população, ajudando com relação àquilo que a aflige: problemas referentes à alimentação, à saúde pública, à educação, enfim, àquilo que lhe causa angústia.

Nós tivemos, neste ano de 2007, neste Parlamento Catarinense, muitas vitórias. Conseguimos sanar muitas dúvidas, porque a população, muitas vezes, manda-nos *e-mails*, escreve-nos ou procura-nos até pessoalmente, deputado Nilson Gonçalves, no nosso gabinete, para sanarmos as dúvidas que a preocupa.

Nós temos realizado o nosso papel como fiscalizadores do dinheiro público e legisladores com muita responsabilidade, graças a esse colegiado de deputados no qual, graças a Deus, eu me incluo, junto aos demais 39 parlamentares. E temos levado o nosso trabalho como as famílias querem. E o que elas querem? Elas querem que o seu parlamentar responda os seus anseios e elabore projetos que venham a ajudar a contribuir nas áreas de saúde, educação, segurança pública e assim por diante. E nós ainda temos muito chão pela frente para trilhar. Mas eu já quero agradecer aos colegas parlamentares e relatores do Orçamento. Agradeço ao deputado Renato Hinnig, que acolheu as minhas emendas - fui prestigiada com três emendas que ele acatou -, e ao deputado Gelson Merísio também, que acatou cinco emendas desta parlamentar. E num momento oportuno estarei me manifestando sobre essas emendas.

Eu quero agradecer também ao deputado Jorginho Mello, um excelente presidente na nossa comissão de Finanças e Tributação. Ele merece também a nossa nota dez!

Muito obrigada, srs. deputados!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, neste final de ano votaremos o Orçamento que, certamente, é um dos projetos mais importantes que todos os anos as Casas Legislativas devem deixar pronto para o ano seguinte. E a Assembléia também está, naturalmente, preparada para deixar essa peça pronta para que no ano que vem o governo do estado tenha a agilidade financeira que se propõe.

Dentro dessa agilidade que o governo precisa, há que se destacar que alguns projetos legislativos de origem do governo ou de origem desta Casa precisam também ser votados para garantir a boa funcionalidade.

E dentro da proposta do governo de chamar a parceria da iniciativa privada no desenvolvimento do estado de Santa Catarina, foram criadas, em nível nacional, já em 1997 e 1998, as chamadas agências reguladoras. Nós já conhecemos várias em nível nacional, e em Santa Catarina nós também temos a nossa agência reguladora, a Agesc, que tem como principal finalidade buscar o equilíbrio entre a empresa que presta o serviço; o governo, que quer prestar um determinado serviço à sociedade, porém não teria recursos próprios para financiar esse benefício; e a sociedade, que precisa do determinado serviço.

Citamos, por exemplo, a geração de energia elétrica. Precisamos agilizar as nossas cerca de 200 Pequenas Usinas Hidroelétricas, as chamadas PCHs, que precisam ser implantadas em parcerias com a iniciativa privada. Porém, a Agesc, a agência reguladora, é que vai regular esse serviço e fazer com que a empresa execute o que está propondo e, ao mesmo tempo, a sociedade possa ter esse serviço por preços módicos, por preços compatíveis com a nossa realidade. E o governo, principalmente, verá a sociedade sendo atendida.

Naturalmente que para que a Agesc cumpra de fato o seu poder de regulação, nós temos que dar uma estruturação a essa agência. Eu trouxe alguns *slides,* que solicito que sejam exibidos. (Procede-se à exibição de *slides*.)

Aproximadamente, em maio de 2005, a Agesc foi implantada.

Este outro *slide* mostra-a a partir de 2007. E vemos o governador Luiz Henrique, o vice-governador Leonel Pavan e o atual secretário de Desenvolvimento Econômico, deputado Onofre Santo Agostini.

Então, a atual estrutura da Agesc existe desde 2005. Em 2006 foi realizado um concurso e contratados, aproximadamente, 35 funcionários. E possuía ainda seis ou sete funcionários comissionados.

Atualmente, em 2007, há apenas 24 funcionários contratados, sendo 16 ACTs e oito comissionados.

Ocorre que esse concurso dos 16 ACTs terminará agora, no dia 8 de fevereiro. Atualmente a estrutura seria composta por um Conselho Superior, formado por três conselheiros; abaixo desse conselho está a Diretoria Executiva, que hoje é dirigida pelo Francisco Camargo Filho; depois existem o Departamento Financeiro, Departamento Jurídico, Departamento de Controle Social e as quatro Câmaras: de Saneamento, de Energia, de Infra-estrutura e a Câmara ligada ao Controle Social.

Estaria previsto para o dia 8 de fevereiro o encerramento da validade do concurso no qual foram contratados os 16 funcionários ACTs. E a partir desse dia ficaríamos apenas com os oito comissionados.

O objetivo de ocupar esta tribuna é justamente estimular os líderes partidários - e já tivemos contato com diversos líderes - para chamar para esta Casa a análise do projeto do governo que visa instituir um plano de cargos e salários, que seria votado nesta Casa para poder valer a partir do ano que vem. Então, a intenção deste parlamentar é justamente buscar a agilidade da Agesc.

E cada vez mais o governo precisa buscar parcerias com a iniciativa privada. Essa iniciativa privada não poderia, naturalmente, ficar solta; tem que haver o serviço de regulação para cumprir o objetivo que o governo quer, que é prestar um bom serviço à sociedade por preços módicos. Mas para isso acontecer temos que ter uma empresa que não seja do governo, até porque o sistema de regulação obriga que seja dessa forma. E, portanto, não pode ser do governo, e muito menos da empresa que presta o serviço. Quer dizer, quem é que vai fiscalizar essa ou aquela empresa? Terá que ser uma agência de regulação.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado, eu gostaria de conceder-lhe um aparte, mas vejo que o meu tempo está-se esgotando.

Srs. deputados, sras. deputadas e srs. líderes, peço apoio a v.exas. para que seja votado esse projeto de plano de cargos e salários da Agesc, pois isso dará condições de que no próximo ano ela possa ser ágil e fazer os convênios com a Aneel, com a SCGás, com a Casan e com diversas outras empresas que estão-se implantando em Santa Catarina. E para isso é imprescindível essa agência estar funcionando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, quero comunicar a v.exa. que dividirei o meu tempo com o deputado Edson Piriquito.

Mas, srs. deputados, quero, na tribuna desta Casa, fazer um agradecimento a uma pessoa que tem, na agricultura de Santa Catarina, uma história muito bonita, importante e responsável. Eu recebi, hoje, no meu gabinete, o dr. Osvaldo Rubin, um médico veterinário que se dedicou, ao longo desses últimos 40 anos, a colocar neste livro, com o qual fui presenteado, a história da erradicação da febre aftosa. E o livro chama-se *A Epopéia do Combate à Febre Aftosa em Santa Catarina.* Ele relatou aqui, srs. deputados, quando, muitas vezes, um número pequeno de técnicos - apenas dez, deputados Antônio Aguiar e Dagomar Carneiro -, faziam esse trabalho há 40 anos.

Há pouco ouvimos o deputado Valmir Comin, que fez um relato da viagem aos Estados Unidos e colocou a liderança que Santa Catarina tem junto aos demais estados do país nessa questão sanitária. Às vezes até somos taxados como aquela pessoa que bate muitas vezes nessa tecla. Mas é que essa foi uma conquista importantíssima.

E o dr. Osvaldo Rubin me presenteou, hoje, com este livro. E ficamos muito felizes por ele ter lembrado todos os acontecimentos, quando, em muitas propriedades, os veterinários precisavam ir acompanhados da polícia, porque os agricultores não entendiam o que era a vacinação. Como eu tenho origens familiares ligadas efetivamente à agricultura, fico muito feliz por ver essa história escrita.

Mas outro assunto também me traz a esta tribuna. Deputado Elizeu Mattos, v.exa. é uma pessoa do planalto serrano ligada exatamente a essa questão dos campos de altitude. E esse trabalho foi-nos encomendado ainda em 2006, quando tive a oportunidade de ser secretário da Agricultura. E o nosso governador Luiz Henrique pediu-nos que se fizesse uma proposta de agenda ambiental para o setor produtivo do estado de Santa Catarina.

E naquela época nós já levantávamos as dificuldades que tínhamos na questão das APPs, na questão das áreas de preservação, enfim, nas questões que, se fôssemos obedecer a legislação que estava em vigor, e ainda está, teríamos dificuldades muito grandes em Santa Catarina.

E o secretário Onofre Santo Agostini participou, ontem, em Brasília, junto com a bancada de Santa Catarina - e o deputado secretário nos disse que estiveram junto com ele 12 deputados federais da bancada e o senador Raimundo Colombo -, de uma reunião muito produtiva, sendo que os nossos parlamentares que representam o estado deram uma visão bem clara da dificuldade que essa lei traz para o estado de Santa Catarina.

O secretário Onofre Santo Agostini pôde assim levar as nossas argumentações, o pleito de Santa Catarina, aquilo que entende o governador Luiz Henrique da Silveira ser necessário para se encontrar o equilíbrio - e sua excelência sempre defendeu isso - no sentido de preservar, deixar de poluir, mas não deixando de produzir e de haver o desenvolvimento. Essa é a responsabilidade que nós todos temos que ter, ou seja, as pessoas do campo, da cidade, enfim, nós queremos ver os nossos filhos, os nossos netos, vivendo em um país, em um estado melhor.

O deputado Onofre Santo Agostini disse que essa reunião foi muito produtiva, porque houve encaminhamentos importantes, e s.exa. acha que a nossa bancada federal, os nossos deputados federais e senadores poderão, a partir desse momento, discutir junto ao Conama e atender ao pleito que é justo ao estado de Santa Catarina. Mas mais justo ainda é o pleito que o planalto serrano vem buscar para poder continuar com o seu desenvolvimento, com as suas propriedades e com a produção. É uma questão que deve preocupar a todos e precisamos, de uma vez por todas, dar um encaminhamento que venha atender a nossa necessidade.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, eu também estava com viagem marcada para acompanhar esta reunião do fórum parlamentar, juntamente com nossas autoridades de Santa Catarina, mas por causa da votação que tivemos ontem aqui na Assembléia, tivemos que cancelá-la. Mas já estávamos querendo fazer, juntamente com a comissão de Agricultura, que v.exa. preside, essa reunião com o fórum.

Srs. deputados, hoje também recebi em meu gabinete o secretário Osvaldo Uncini, que é o secretário Regional de Lages, que me transmitiu que parece que os deputados da bancada federal, ontem ficaram sabendo da gravidade dessa questão dos campos de altitude, porque as pessoas não estavam se dando conta da gravidade. E nós já fizemos audiências públicas, reuniões e já fiz meia dúzia de discursos sobre essa questão dos campos de altitude. E ontem a bancada federal teve o esclarecimento necessário de que existe uma ação em andamento e que pode cair a qualquer momento não de pára-quedas, mas, sim, como um foguete, em 32% de território catarinense e em mais de 80% da serra catarinense.

Então, também quero aqui contribuir com o seu pronunciamento, comentando o depoimento do secretário Regional. E o deputado Valdir Colatto também me ligou hoje e disse que a reunião foi bastante produtiva, enfim, parece que conseguimos o apoio da bancada federal, do Fórum Parlamentar Catarinense, sobre essa questão que aflige boa parte do estado e toda serra catarinense.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, nobre deputado, pelo relato.

O secretário Onofre Santo Agostini dizia do conhecimento dos deputados Valdir Colatto e Odacir Zonta sobre o assunto, assim como sobre o depoimento do deputado Coruja, que é deputado pela região de Lages, enfim, do conhecimento dos deputados envolvidos com essa questão. Mas que toda a bancada federal assumiu a partir de ontem esse desafio de mudar essa lei que vem em prejuízo do desenvolvimento de muitos setores agrícolas do estado de Santa Catarina.

Não é somente, deputado Elizeu Mattos, a região do planalto serrano, mas é toda a região produtiva da agricultura. Se nós obedecermos essas regras, o que estabelece essa lei, teremos um prejuízo muito grande para o desenvolvimento, principalmente, agropecuário do nosso estado.

Então, espero que possamos encaminhar de forma justa, como eu disse, buscando um equilíbrio e tendo, acima de tudo, a consciência de que precisamos preservar, que não podemos poluir, mas tendo também a consciência de que precisamos produzir. O alimento, deputada Ana Paula Lima - e é aquilo que eu sempre defendo - precisa estar na mesa de todo cidadão, por mais humilde que a pessoa seja, ela tem o direito. E nós precisamos dar essa dignidade de que as pessoas possam se alimentar.

Srs. deputados, essa é a nossa missão, ou seja, fazer com que as coisas possam realmente acontecer nessa direção, fazendo com que o estado de Santa Catarina, este estado que tem apenas 1,12% do território brasileiro, transforme-se no sexto produtor de alimentos do país. Isso nos deixa orgulhoso, pois graças ao trabalho, a competência da nossa agricultura e também ao conhecimento dos nossos técnicos, o nosso estado se desenvolveu.

Ainda tenho oito minutos, e quero aproveitar para passar esse tempo, com a permissão do sr. presidente, ao deputado Edson Piriquito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, deputada Ana Paula Lima, deputada Odete de Jesus, srs. deputados, público que nos acompanha nas dependências da Alesc, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, minha saudação.

Ontem, o nosso pronunciamento aqui nesta Casa a respeito da fatalidade que ocorreu em Balneário Camboriú, teve repercussão. A nossa cidade, ontem, sofreu, foi castigada por uma enxurrada, por uma forte chuva que, infelizmente, trouxe um sofrimento muito grande tanto para a comunidade de Balneário Camboriú, quanto de Camboriú. As ruas, os bairros, as casas foram totalmente invadidas pelas águas, ficando a uma altura de um metro e meio, mais ou menos. Foi um fato muito lamentável, muito lamentável mesmo, que recaiu sobre estas duas cidades que nós representamos com o nosso coração, pois além de ser a nossa região política é também o nosso lugar de origem, onde nos criamos. E, infelizmente, isso demonstra a triste falta de realização de políticas públicas! Claro que a fatalidade e a precipitação das águas foi elevada - e também recaiu sobre o município de Itajaí - mas creio que os municípios mais atingidos foram os de Camboriú e de Balneário Camboriú, cujas comunidades tiveram um índice muito maior de prejuízos.

Ontem falei aqui na tribuna sobre o assunto e houve até um rebate, na coluna do nosso prestigiado colunista jornalista Paulo Alceu, de uma pessoa que eu sempre respeitei, que é o deputado Dado Cherem, perguntando onde estava o deputado Edson Piriquito, que deveria estar na cidade, ao invés de estar fazendo críticas em Florianópolis? E eu digo: o deputado Edson Piriquito acorda cedo, vem trabalhar e quando saiu da cidade ela ainda não estava cheia. Mas, em todo tempo da minha vida pública, em todas as ocorrências infelizes da minha cidade, nunca hesitei em entrar na água e, inclusive, estender a mão às pessoas.

Agora, o que me entristece é receber um ataque de uma pessoa que sempre respeitei, que tenta fazer de conta que durante todo o período de responsabilidade político-administrativa que tiveram na cidade cumpriram tudo o que teriam que ter feito, porque infelizmente fica demonstrado que não. Eu tenho 40 anos de vida em Balneário Camboriú, conheço a cidade como conheço a mim mesmo, e os pontos das cheias, dos alagamentos são sempre os mesmos.

Falei aqui na tribuna ontem, que os pontos que eram críticos, viraram crônicos, devido à falta de realização de políticas públicas. E tenho tanta certeza do que falo que o momento agora não seria de falar da falta de políticas públicas, mas, sim, no sentido de nos solidarizar com o povo que está sofrendo, que está amargando prejuízos, pessoas que perderam seu teto, sua casa, todos os bens, móveis e que tiveram prejuízo patrimonial. Mas, infelizmente, não podemos deixar de falar da falta de realização de políticas públicas.

Vou trazer um estudo mais apurado nas sessões seguintes para demonstrar as obras de drenagem realizadas nos últimos 20 anos em Balneário Camboriú e, principalmente as poucas feitas nos últimos quatro anos.

Então, a cidade cresceu, novas edificações vieram, deputado Jandir Bellini, aumentou o número de habitantes, mas a infra-estrutura da cidade não recebeu a atenção que deveria receber. E não estou fazendo uso disso como crítica, mas estou falando isso para que sirva de reflexão para todos nós sobre a quanto anda o crescimento das cidades, porque elas têm crescido muito.

Srs. deputados, nós não podemos buscar o crescimento pelo crescimento, mas, sim, o desenvolvimento das cidades, que é crescer com ordem, com planejamento, com organização. É necessário que as obras de sistema de drenagem sejam realizadas, mas, infelizmente não foram executadas na nossa cidade.

Quando fui candidato a prefeito em 2004, apresentamos uma proposta de aplicação de recursos públicos da prefeitura municipal, deputada Ana Paula Lima, para que pudéssemos vencer esses problemas de alagamento. Daí, claro, que em momento eleitoral, todo mundo faz tudo. O nosso candidato adversário também prometeu e ele é uma pessoa que respeito muito, um engenheiro, uma pessoa que representa na essência a profissão, o planejamento. Mas, infelizmente, nesta gestão, nestes quatro anos que comandou a cidade, deputada Odete de Jesus, acabou deixando a desejar. E veja só o castigo que sofremos! A precipitação poderia servir de desculpas, claro! E pode até servir de desculpas, dizendo que choveu acima do esperado, mas foi além do que a cidade comporta.

Mas há 20 anos os alagamentos acontecem nos mesmos pontos, nas mesmas regiões. E é fácil dizer que o problema está no bairro Nações, no bairro dos Municípios, na avenida do Estado ou no bairro dos Estados. Quer dizer, fica fácil citarmos que é o ponto da rodoviária, é o Angeloni, é a região do novo shopping. Olha o castigo que recebeu o novo shopping que, inclusive, ontem esteve fechado, porque foi invadido totalmente pelas águas. Recebemos aquele grande equipamento, modificou-se a questão da arquitetura, do urbanismo na cidade, a cidade está bonita, mas por baixo não foi realizada a obra necessária.

Então, não podemos ficar assistindo, infelizmente, esses acontecimentos sem falar aquilo que precisa ser dito. Precisamos rediscutir a cidade com seriedade, com comprometimento e com a responsabilidade que o nosso povo merece. Não é o candidato "a" ou "b", ou o deputado, o secretário, o prefeito ou seja lá quem for! Acho que temos que discutir com a responsabilidade que o nosso povo precisa. Temos que dar a atenção que o nosso povo espera para que possamos de uma vez por todas resolver este problema.

Quando eu era vereador lembro-me muito bem quando fiz o primeiro requerimento para que fosse feita a obra de drenagem lá no bairro dos Estados, na rua São Paulo e na rua Pernambuco. Mas, infelizmente, aquele requerimento está lá arquivado e nada aconteceu. Até imagens nós tínhamos para trazer sobre os acontecimentos, mas isso agora é desnecessário...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas, o povo que nos acompanha pela TVAL, que foi premiada este ano com o prêmio Fiesc. E, certamente, sr. presidente e srs. deputados, povo catarinense, estamos trabalhando para que ela seja um canal aberto, para que o povo de Santa Catarina possa acompanhar, deputado Edson Piriquito, os trabalhos realizados por este Parlamento, como também cobrar de nós, que somos seus representantes, as ações para fazermos as leis para a maioria da coletividade do estado de Santa Catarina.

Desta forma também quero trazer as boas novas srs. deputados: uma pesquisa, feita pelo Ibope, avalia o governo do presidente Lula como positivo em todas as áreas. O resultado da pesquisa está sendo divulgado em todos os jornais, em diversos meios de comunicação que o governo Lula, deputado Elizeu Mattos, está indo muito bem, graças a Deus, em diversas áreas.

Tivemos o prazer de receber, apesar de alguns deputados não darem ênfase, na tarde de ontem, o ministro da Educação, que esteve visitando vários Cefets e dando prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento da Educação. Então, não só aqui esteve o governador e o secretário de estado da Educação, mas também o ministro da Educação. E nunca o estado de Santa Catarina recebeu tantos ministros, tanto da área da Saúde, quanto da Educação, do Desenvolvimento Social e do presidente Lula trazendo os investimentos para o estado de Santa Catarina.

Também, quero falar, sr. presidente, da boa nova deste ano para os 293 municípios do estado de Santa Catarina que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O final do ano será melhor para todos os 293 municípios catarinenses. O governo federal atendendo o pleito da Federação Catarinense dos Municípios ampliou o repasse para todos os municípios catarinenses.

Estes recursos, vindos do governo do presidente Lula, permitirão que a maioria dos municípios catarinenses consigam honrar o pagamento do 13º dos funcionários e também de investimentos em todas as áreas. O fôlego vem do aumento do repasse de Fundo de Participação dos Municípios na ordem de R$ 16,9 milhões".

Era essa a briga antiga de todos os prefeitos da federação que estiveram reunidos por diversas vezes com o presidente Lula, que foi o único presidente, deputado José Natal, que ouviu os prefeitos dos cinco mil e poucos municípios do Brasil, pois antigamente os prefeitos iam a nossa capital federal e eram recebidos por policiais e por cães. Eles eram recebidos desta maneira, deputado Moacir Sopelsa, e v.exa. lembra disso! Eram atacados e os policiais nem os deixavam chegar ao Congresso Nacional, no Palácio. Mas hoje os prefeitos são recebidos pelo presidente da República. E mais do que isso, são agraciados através das suas reivindicações.

No ano passado e este ano houve muitas coisas boas para as prefeituras e uma delas foi a questão do transporte escolar, o aumento do repasse da merenda, a questão do Fundef e do Fundeb agora aprovado e também o aumento no percentual do Fundo de Participação dos Municípios. É desta forma que os prefeitos dessa gestão irão findar o ano, ou seja, com a folha de pagamento dos funcionários em dia e com sobra de recursos para os investimentos.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Eu só quero parabenizar v.exa. e o presidente Lula que realmente recebeu e pagou. Eu tenho que reconhecer que os outros recebiam e não pagavam. É verdade, enganavam! E nessa o presidente Lula realmente comprovou o que tinha dito, ou seja, que repassaria esse reforço que vai ajudar realmente muito as prefeituras. E política pública deve ser feita desta forma. Ele está de parabéns, porque, com certeza, vai ajudar centenas e centenas deste Brasil que vivem na miséria. Parabéns!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Meu Deus, que coisa boa ouvir isso do sr. deputado José Natal!

Eu acho que não só os prefeitos, mas o povo catarinense tem que saber dessa boa notícia que foi dada agora, principalmente os prefeitos, que têm a missão árdua de governar os seus municípios, para que possam fechar o ano com suas contas em dia. E mais do que isso, fazer os investimentos necessários nas áreas de educação, de saúde, de infra-estrutura e de desenvolvimento social, o que é tão penoso para os prefeitos municipais.

Eu também queria salientar a boa nova do PAC Saúde lançado na última semana pelo ministro José Gomes Temporão, um ministro que vem nos surpreendendo bastante - e tomara que seja votada a CPMF para garantir os melhores recursos para a nossa saúde -, e falar sobre os investimentos que serão feitos no PAC Saúde.

Quero informar, da mesma forma, aos srs. deputados, principalmente aos deputados da minha bancada, do Partido dos Trabalhadores, que nós, no próximo dia 16, estaremos realizando o segundo turno, deputado Moacir Sopelsa, para elegermos o presidente em nível nacional e estadual para a direção do Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores é um partido democrático e pela primeira vez todos os militantes puderam escolher os seus representantes, tanto em nível municipal quanto em estadual e nacional. E para o segundo turno temos dois candidatos em nível nacional e no estado de Santa Catarina temos também dois candidatos: a ex-deputada Luci Choinacki e o deputado federal Cláudio Vignatti.

Assim sendo, no próximo dia 16, domingo, nós, militantes do Partido dos Trabalhadores, teremos a obrigação e a missão de escolher os nossos presidentes. Diferente de outros partidos - não é deputado Moacir Sopelsa? - que mudam de nome, que mudam de sigla e hoje à noite vão mudar de cor. Mas o Partido dos Trabalhadores continua, há 27 anos, com o mesmo nome, com a mesma sigla, com o mesmo ideal transformando o nosso Brasil em um país melhor para todos os brasileiros.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência comunica o recebimento de ofício do governador do estado designando como vice-líderes do governo nesta Casa os deputados Nilson Gonçalves e Jean Kuhlmann.

Solicito à diretoria legislativa as providências cabíveis.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s: 0548/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus; 0563/2007, 0564/2007 e 0574/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0468/2007, de origem governamental, que altera o anexo único da Lei n. 13.667, de 2005, que cria a taxa de vigilância sanitária animal e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sr. presidente. Eu quero pedir e agradecer ao mesmo tempo, pois esse projeto faz algumas correções com relação a injustiças que vinham sendo praticadas. E ele tramitou em todas as comissões, deputado Julio Garcia, com unanimidade.

Por isso peço, mais uma vez, a compreensão dos deputados e pediria o voto "sim", para que, a partir do ano que vem, tenhamos essas correções feitas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0525/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis para a utilização da União Catarinense de Estudantes Secundaristas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0528/2007, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei n. 11.296, de 1999, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Tubarão. Trata-se de área com destinação à Apae daquele município.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0511/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Associação dos Portadores de Doenças Profissionais dos municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Schroeder, Corupá e Massaranduba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0558/2007, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos do Conselho Regional de Santa Catarina da Ordem dos Músicos do Brasil, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0573/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias do Hospital Miguel Couto, no município de Ibirama.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0588/2007, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Missão 2001, no município de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0589/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, no município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0600/2007, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade de Santa Catarina - Clube da Melhor Idade Amor à Vida, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0072/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao projeto foram acrescentadas emendas supressiva e modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto com as emendas.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0165/2007, de autoria do deputado Valmir Comin, que denomina Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da rodovia SC-402, que liga os municípios de Morro da Fumaça a Cocal do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0426/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Leopoldo Grosskopf a rodovia SC-301-T, que liga o centro do município de Campo Alegre ao distrito de Bateias de Baixo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0473/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a divulgação aos passageiros rodoviários de informações sobre o Estatuto do Idoso relativas ao sistema de transporte coletivo interestadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0579/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que concede ao sr. Casildo Maldaner o título de cidadão catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar em segundo turno e redação final, em sessões extraordinárias subseqüentes, as matérias que acabam de ser votadas na Ordem do Dia desta sessão.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo concordância de todos os srs. líderes, assim procederemos.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h04min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 058ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h04min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento

Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos de imediato à Ordem do Dia, conforme entendimento dos srs. líderes, para votação em segundo turno das seguintes matérias:

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0072/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas supressivas e modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0165/2007, de autoria do deputado Valmir Comin, que denomina Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da Rodovia SC-402 que liga os municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em sede de segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0426/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Leopoldo Grosskopf a Rodovia SC-301-T, que liga o centro do município de Campo Alegre ao distrito de Bateias de Baixo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0473/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a divulgação aos passageiros rodoviários de informações sobre o Estatuto do Idoso relativas ao sistema de transporte coletivo interestadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0579/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que concede ao sr. Casildo João Maldaner o título de Cidadão Catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Para atender o acordo de líderes, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h07min, destinada à votação da redação final das matérias aprovadas nas sessões anteriores.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 059ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h07min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Reporta-se às Indicações n.s 733 e 734/2007, de sua autoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Questiona obras do governo do estado no sul catarinense; comemora redução da pensão do ex-governador Eduardo Moreira e necessidade do Executivo mandar para a Assembléia o orçamento dos fundos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Comenta que o deputado Joares Ponticelli tem dificuldade de ver as iniciativas positivas do governador e que na condição de Oposição seus discursos fogem do papel de opositor.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que o deputado Joares Ponticelli não sabe o que diz e só faz acusações vazias.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Critica a postura do deputado Joares Ponticelli na tribuna, que ataca a honra do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Reafirma as acusações feias em seu pronunciamento e rechaça o adjetivo "leviano".

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Esclarece que não chamou ninguém de leviano e que não se deve condenar ninguém antes do julgamento.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Cobra o cumprimento do Regimento Interno na questão da palavra pela ordem.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Elogia o Santa Catarina Saúde e mostra preocupação com a sua renovação.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Faz agradecimento ao presidente Lula pela futura instalação de Cefet em Criciúma e pela inauguração do Centro de Educação Profissionalizante no bairro da Juventude.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Aborda visita a Rio dos Cedros; fala sobre a política estadual para o microprodutor rural.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Elogia a atitude os deputados Valmir Comin e Nilson Gonçalves; refere-se ao Proerd.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Comenta reunião a ser realizada na Alesc para debater decisão do Ministério Público de proibir a colocação de cadeiras e mesas pelos bares e restaurantes de toda a orla.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Tece comentários sobre a pesca de caniço no sul do estado; comenta as atitudes do deputado Joares Ponticelli de atacar seguidamente o governo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Confirma sua posição de não haver chamado nenhum deputado de leviano e de que ninguém é juiz de outrem.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Julga que o deputado Joares Ponticelli nada sabe sobre educação.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Faz referência à reciclagem do lixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0468/2007; 0525/2007; 0528/2007; 0072/2007; 0165/2007; 0426/2007; 0473/2007; 0511/2007; 0558/2007; 0573/2007; 0579/2007; 0588/2007; 0589/2007 e 0600/2007.

Não há emendas às redações finais.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0730/2007, de autoria do deputado Julio Garcia; 0731/2007, de autoria do deputado Manoel Mota; 0732/2007, de autoria do deputado Décio Góes; 0733/2007 e 734/2007, de autoria do deputado Edson Piriquito, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente e srs. deputados, fiz essa indicação com o intuito de aproveitar a intenção do presidente da Celesc, nosso amigo, nosso companheiro Eduardo Pinho Moreira, devido à preocupação que ele tem em implantar projetos que visem à energia renovável. E creio que implantarmos na cidade de Balneário Camboriú um projeto piloto no sentido de um sistema de iluminação pública, através da utilização da energia solar, seria demonstrar para todo o estado, para o país e até para o exterior o que se pode fazer de mais moderno - e isso tudo associado com a questão econômica e com o equilíbrio ambiental.

Conversei com o dr. Eduardo Pinho Moreira. E ele tem o interesse em ter Balneário Camboriú como projeto piloto. E vamos torcer para que no ano de 2008 consigamos levar esse grande ganho a esse município, a princípio, para a avenida Atlântica e, depois, para as avenidas Brasil e Gastronômica, enfim, para os principais eixos viários da cidade.

Sr. presidente, ainda com relação a Balneário Camboriú, trata-se de uma cidade formidável, sem igual. E precisamos fazer uma análise sobre a urbanização da cidade. Vejam v.exas. que a avenida Atlântica, a avenida Brasil, a avenida Gastronômica, a avenida do Estado e as avenidas Terceira, Quarta e Quinta têm um fluxo muito grande, e ainda temos o sistema antigo de transmissão de energia elétrica, qual seja, o cabeamento aéreo.

Em conversa com o dr. Eduardo Pinho Moreira, presidente da Celesc, nosso companheiro, estamos avançando no sentido de levar a Balneário Camboriú uma inovação, que é fazer com que, num primeiro momento, utilizando o projeto piloto da Celesc - e ele tem intenção de fazer isso em quatro cidades de Santa Catarina -, façamos a substituição do cabeamento aéreo pelo cabeamento subterrâneo.

Na viagem que fiz ao Chile, sr. presidente, tivemos o prazer de manter contato com uma empresa da Ásia, que fabrica um ônibus panorâmico, que poderia substituir os atuais bondindinhos que temos em Balneário Camboriú, mais antigos. Isso daria à nossa cidade mais um cartão postal, mais um atrativo para o desenvolvimento do turismo.

No entanto, para que possamos implantar esses ônibus panorâmicos, que são ônibus sem teto, o que possibilita que as pessoas vislumbrem todas as maravilhas da cidade, precisamos eliminar o cabeamento aéreo. Para isso, nesse primeiro momento, vislumbramos essa parceria com a Celesc na implantação do sistema piloto.

Creio que Balneário Camboriú, sendo beneficiado por esse projeto, ficará marcado pela história não somente pelo povo que lá vive, mas por todos aqueles que a visitam. É o avanço que a cidade necessita nesse período de reavaliação do modelo político-administrativo que se faz necessário.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de vereadores de Leoberto Leal, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes da Câmara de vereadores de: Atalanta, Canelinha, Garopaba, Garuva, Jaguaruna, Major Gercino, Meleiro, Nova Erechim e São João do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus e outros, que solicita a apreciação pelo Plenário da Casa do parecer exarado pela comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 0517/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes das empresas: Makrosul, Gidion Transportes e Turismo, Tupy, Gimenes, Laboratório de Análises Ghanem, Laboratório Catarinense, Instituto de Pesquisas Químicas e da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, pela outorga do prêmio Selo Empresa Cidadã.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, cumprimentando-a pelo aniversário da instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos alunos das Escolas Adventistas Professor Noé Abati e Henrique Fontes, de Tubarão, cumprimentando-os por sua formatura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente do Grupo dos Escoteiros de Tubarão, cumprimentando-o pelo aniversário daquele grupamento

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores-presidentes das empresas WEG, Duas Rodas Industrial e Marissol, à diretora da Sociedade Divina Providência de Jaraguá do Sul e ao presidente da Associação Empresarial daquele município, cumprimentando-os pelos esforços desenvolvidos para a conclusão e inauguração da ala de internação do Hospital e Maternidade São José.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Décio Góes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Sul Catarinense de Engenheiros e Arquitetos, cumprimentando-os pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Décio Góes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos do Vale do Rio Tubarão - AREA - TB, cumprimentando-o pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, cumprimentando-o por ocasião da sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de vereadores de Águas Frias, Barra Velha, Guatambu, Jaguaruna, Lageado Grande, Leoberto Leal, Passos Maia, Planalto, Alegre, Rio Rufino, Riqueza, São João do Oeste, São José do Cerrito e Vargem, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes da Confederação Nacional do Transporte, dos Conselhos Nacional e Regional do SEST/SENAT e da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no estado de Santa Catarina, cumprimentando-os pela inauguração do SEST/SENAT em Blumenau.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora do Centro de Educação Infantil Lar da Menina de Tubarão, cumprimentando-a pelos novos formandos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, cumprimentando-o por ocasião e sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Escola Especial Ciranda da Esperança de Tubarão, cumprimentando-o pelo encerramento do ano letivo daquela instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita a apreciação pelo Plenário desta Casa do parecer exarado pela CCJ ao PL 0542.4/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Edson Piriquito, que requer o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando a liberação do FGTS para os trabalhadores atingidos pela enxurrada ocorrida nos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção e autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da República, solicitando a suspensão das obras de transposição do rio São Francisco.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, o sul do estado, deputado Julio Garcia, de novo questiona ações badaladas, anunciadas,

questionadas, festejadas pelo governo do estado, que entra ano e sai ano e continuam só na promessa, só no foguetório. Desta feita, deputado Silvio Dreveck, ainda continuamos com os velhos problemas.

V.Exa. deve ter estranhado eu não ter mais cobrado aqui celeridade e data de inauguração da estrada Jaguaruna-Camacho. Não pensem que a obra foi inaugurada. A tartaruga continua manca. E três ou quatro datas de inauguração previstas passaram, e a obra não terminou.

V.Exas. com certeza lembram de que há uma semana o deputado Manoel Mota me convidou, desta tribuna, para estar, deputado Décio Góes, no município de Praia Grande, ontem. Aliás, todos nós fomos convidados para ir a Praia Grande, no dia de ontem, para assistir à entrega de mais uma ordem de serviço, daquelas fajutas, para pavimentar a serra do Faxinal.

A última ordem de serviço entregue para a serra do Faxinal foi feita pelo então governador Eduardo Pinho Moreira, no dia 23 de outubro de 2006, seis dias antes do segundo turno. E na semana passada, o deputado líder do PMDB, convidou-nos para no dia de ontem participarmos da entrega de mais uma entrega de ordem de serviço. E acredito que já era a ordem de serviço de número 15.

Estranhei, porque não ouvi nenhuma comemoração aqui no dia de ontem e fui procurar nos jornais hoje, deputado Sargento Amauri Soares, para ver se havia alguma notícia a respeito da tal ordem de serviço. Mas não encontrei. Conversei com as lideranças da região, com o nosso prefeito José Milton Scheffer, de Sombrio, que também estava aqui, e perguntei a ele como foi a entrega de mais uma ordem de serviço, na serra do Faxinal ontem. E ele respondeu que não aconteceu. Então, questionei: "Ah, não teve, por quê?" "É que não estava marcado".

Não! Quando Luiz Henrique da Silveira soube que aquele negócio não estava acontecendo, que não tem nada, recusou-se a ir para Praia Grande, porque os ânimos da população lá não são os melhores para recebê-lo. Não foi, deputado Jandir Bellini, não foi. Ficou em Criciúma. E tentaram apagar os ânimos da população, por conta de outra história muito mal contada, com relação ao aeroporto Dionísio Freitas.

Anunciaram um convênio com a Infraero, investimentos, vôos. O governador foi levado a passear de avião daqui para lá - vôo da TAM que vem, vôo da TAM que vai. Mas a TAM já foi embora. A TAM já foi embora. Recolheu as aeronaves de lá. E nesta segunda-feira veio a notícia bombástica. Ou seja, a Infraero disse que o governo de Santa Catarina sabe que a Infraero não vai investir no aeroporto Dionísio Freitas.

Isso caiu como uma bomba. E o secretário Acélio Casagrande, que foi o que mais anunciou, e toda a turma do PMDB se viram em maus lençóis. E levaram o governador para lá. Já o governador, em vez abrir o jogo e dizer de uma vez por todas que vai concluir o aeroporto de Jaguaruna e deixar o aeroporto Dionísio Freitas operando como um equipamento acessório para vôos regionais, diferente disso, deputado Jean Kuhlmann, o governador foi lá e disse que se a Infraero não o fizer, o governo catarinense vai fazer. "Vamos esticar a pista!"

Alguém deve ter perguntado: "Mas com dinheiro de onde?" E diz a nota do Adelor Lessa:

(Passa a ler.)

"O dinheiro vamos retirar de outro lugar, vamos reduzir, diminuir, retirar algum programa de governo e vamos bancar os R$ 6 milhões para esticar a pista do aeroporto Dionísio Freitas."

Outra falácia, outra conversa mole! É a mesma conversa do acesso da via rápida de Criciúma, aquele que o Eduardo Pinho Moreira foi lá a Mampituba entregar festivamente e que nada aconteceu. É a mesma cena se repetindo, deputado Décio Góes. E em vez de o governador pôr um freio de arrumação nesse negócio e dizer que vai parar de mentir para esse povo, não, aumentou a mentira. Até existem setores da imprensa ridicularizando. Resultado, descontentamento generalizado em Criciúma, e na região de Tubarão também, porque o aeroporto regional de Jaguaruna continua num processo de enrolação.

Mais um ano está chegando ao fim, está terminando, e nada da licitação, nada de ordem de serviço de verdade. É um desgoverno se instalando por toda Santa Catarina. Enquanto isso tem que usar meios, como o de ontem, deputado Sargento Amauri Soares, o aquartelamento dos policiais, dos bombeiros, atos próprios de um regime tão combatido pelo PMDB e os seus; ato próprio de um governo ditador, arrogante, prepotente e mandão; ato de um governo chefiado por alguém que serviu a DOPS de 1958 a 1966. Só os porões da DOPS podem ter ensinado isso a sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira; só quem serviu à DOPS, com tantas condecorações como ele, pode agir assim, com uma diferença: mente deliberadamente.

E quando apertamos no questionamento aqui nesta Casa, deputado Décio Góes, temos que assistir à defesa que assistimos ontem. A Oposição vem e cobra explicações sobre alhos, uns dois ou três escalados pelo governo - não mais que isso - respondem em bugalhos, fazem de conta que não entenderam a pergunta. Foi o caso de ontem.

Ontem, o nosso questionamento foi para saber o porquê de gastar R$ 250 mil para decorar o palácio. E qual foi a resposta que deram? Veio uma misturança de Motosserra, com Mantega, com Citation, veio uma coisarada que não conseguimos entender absolutamente nada! É bem como disse o deputado Kennedy Nunes, ou seja, é o princípio de Garfield: "Quando não puder convencê-los, confunda-os!" Essa é a estratégia que o governo sem resposta, que o governo caloteiro, está usando. É calote espalhado por toda Santa Catarina. É isto que está acontecendo, deputado Pedro Baldissera: calote por toda Santa Catarina. Ainda bem que a Oposição está conseguindo alguns êxitos em outras instâncias.

Ontem, ganhamos a ação obrigando o remanejamento orçamentário dos fundos passar por esta Casa. E hoje o deputado Pedro Baldissera está de parabéns, porque conseguiu reduzir o salário do bem aposentado Eduardo Pinho Moreira de R$ 25 mil para R$ 10 mil, que está de bom tamanho. Com mais os R$ 20 mil que ele ganha na Celesc, ainda fica com um salário de mais de R$ 30 mil. Para ele está de bom tamanho.

Parabéns, deputado Pedro Baldissera!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente líder de Lages, sr. deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Antes de v.exa. iniciar a sua fala, quero dizer que acho que ele fala para si próprio em alhos e bugalhos. Começa em Tubarão, passa lá para a serra do Faxinal, depois pula para o oeste de Santa Catarina. Quer dizer, quem fala em alhos e bugalhos chama-se deputado Joares Ponticelli e não deputado Manoel Mota. O eminente deputado Joares Ponticelli pula daqui, pula dali e falta com a verdade a todo instante. Disse que iria comprovar a não-quitação das universidades aqui e até hoje estou esperando. Quer dizer, não fala a verdade e não tem crédito nenhum.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Joares Ponticelli, o deputado Manoel Mota está inscrito logo após e deve dar uma resposta, já que é da região.

Na verdade, também li os jornais, como é de costume, a *Folha da Manhã*, se não me engano, de Criciúma, e há algumas coisas ali que v.exa. omitiu ao falar. Há uma coluna que cita o prefeito de Turvo, que é do PP, do seu partido, e o prefeito de Sombrio, agradecendo, publicamente as ações do governador Luiz Henrique em seus municípios. Isso está no jornal.

Então, acho que, na verdade, houve uma omissão. Com certeza, foi sem querer essa omissão de v.exa. que os prefeitos do seu partido estão reconhecendo as ações do governador Luiz Henrique. Não são nem prefeitos do PMDB, deputados Joares Ponticelli e Pedro Baldissera, mas prefeitos do partido da base, da região do deputado Joares Ponticelli. Foram os prefeitos de Turvo e de Sombrio que fizeram elogios e agradecimentos pelas ações do governo Luiz Henrique na região de Criciúma.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Ainda em relação ao discurso do deputado Joares Ponticelli, que é meu particular amigo, independentementede política, quero dizer o seguinte: quando o deputado entra na tribuna para fazer o seu discurso ele é tomado por um espírito. E não sei que diabo bate nesse rapaz que quando ele assoma à tribuna esquece o bom senso. Eu não sei o que acontece! Sinceramente, deputado Manoel Mota, quando assisto a isso, fico boquiaberto e penso: o que acontece com esse rapaz? Porque ele ataca o governador como se fosse um satanás. É um negócio impressionante. Ele ataca de uma maneira tão peçonhenta, tão raivosa, que todos ficam parados, olhando para ele e pensando: o quem virá a seguir? Assaca contra a honra do governador, e isso me entristece muito, porque conheço o deputado Joares Ponticelli e sei que ele é uma pessoa polida e educada normalmente. Mas quando assoma à tribuna, parece que deixa ali no pé da escada tudo isso e pensa: agora eu vou com tudo! E acaba atacando o governador na sua honra, na sua pessoalidade.

Essas são coisas que não condizem com o nível cultural, com a educação que o deputado tem. Por isso acho que alguma coisa há de errado naquela sua subida de escada, porque eu o conheço bem. Eu convivo com o deputado Joares Ponticelli há muitos anos.

Então, só quero deixar registrado aqui que o governador não merece ser atacado pessoalmente, não merece ser atacado na sua dignidade de maneira assim tão vulgar. Eu gostaria que ficasse registrado isso, até porque estou estreando, hoje, como vice-líder e vendo que arranjei um bom cargo aqui nesta Casa. É impressionante.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado, eu me preparei para puxar o assunto levantado, ontem, pelo deputado presidente do Partido Progressista nesta Casa.

Quando assumi o meu mandato de deputado, comecei a medir as minhas palavras, porque penso que devemos respeitar também o cidadão que está no outro lado. Portanto, não podemos trabalhar com leviandade, acusando por acusar. E não podemos, em hipótese alguma, usar da imunidade que temos para levantar, às vezes, falsas calúnias, fofocas e denúncias vazias sobre qualquer cidadão. Não temos o direito, porque temos a oportunidade de ocupar a tribuna e aquele que está lá fora não pode vir aqui responder.

Se eu viesse aqui levantar denúncias e calúnias, deputado Joares Ponticelli... Todos os dias chegam denúncias contra alguém nos nossos gabinetes, inclusive contra parlamentares desta Casa. Mas privo-me e policio-me, porque para mim a pessoa é inocente até que se prove o contrário, até que seja condenada. Para mim, uma denúncia não é uma condenação, não é um julgamento. Se um cidadão não gosta de outro cidadão, ele faz uma denúncia. Daí ocupam a tribuna desta Casa levianamente e começam a acusar as pessoas.

Ontem, escutei a fala sobre o ex-presidente da OAB. Vejam que a OAB é uma entidade de maior respeito neste país. O presidente da República só caiu porque a OAB participou daquele processo. É uma entidade que tem respeito, e ontem o nobre líder misturou alhos com bugalhos, pedindo a prestação de contas da OAB. Isso não é uma prerrogativa da Assembléia. Não há legitimidade pedirmos prestação de contas da OAB! Ela faz a sua prestação de contas ao seu conselho federal. E todos os meses ela presta contas dos recursos da Defensoria Dativa para poder receber.

Para se ter uma idéia, o governo que o senhor tanto defendia no ano passado não pagava o que o governo Luiz Henrique da Silveira paga para a Defensoria Dativa, e que este ano já chegou a R$ 25 milhões.

Não podemos, deputado Pedro Baldissera, acusar um cidadão, que não pode se defender aqui, com uma denúncia vazia e que sequer teve julgamento. E eu faço a defesa do cidadão Adriano Zanotto, um rapaz que conheço. E até que se prove o contrário, ele é um bom cidadão, pois não houve um julgamento contra esse cidadão que hoje é procurador-geral do estado de Santa Catarina. E levanta-se uma denúncia, uma acusação, uma fofoca, porque ele pode ser desembargador do Tribunal de Justiça. É só isso!

Não podemos ser levianos! O povo está-nos escutando em casa! Nós aqui gritamos, mas não podemos esquecer que somos o último suspiro desse povo do interior que não nos deu o direito, deputado Décio Góes, de usar este microfone para difamar e fazer fofoca dos outros. Eu jamais vou fazer fofoca de alguém. O que não quero para mim, não faço para os outros. Sim, se tivesse havido um julgamento, poderiam falar. Mas não vi nenhum fórum, nenhum júri julgar o cidadão. E esse cidadão, ontem, foi enlameado, e todos que estavam em casa escutaram isso de um cidadão que não teve julgamento.

Precisamos ter respeito com a OAB, srs. deputados, pois é uma das poucas entidades deste país que merecem todo o nosso respeito.

Por isso, sr. presidente, faço essa manifestação. E quero aqui avisar ao nobre presidente do PP o seguinte: se chegar ao meu gabinete alguma fofoca sobre a sua pessoa, jamais vou usar este microfone para denegrir a imagem desse deputado meu colega aqui, do plenário, sem que antes tenha havido um julgamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli, por até 30 segundos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, um minuto é concedido a todos, sempre!

Em primeiro lugar, quero solicitar ao deputado Elizeu Mattos que reveja o termo leviano, porque nunca o chamei como também nunca chamei nenhum parlamentar de leviano. Em segundo lugar, gostaria de reafirmar todas as informações que eu trouxe. E só foi uma primeira etapa com o dr. Adriano Zanotto. E para isso estamos entrando no Judiciário, no Ministério Público e no Tribunal de Contas pedindo a prestação de contas, sim, senhor, porque é dinheiro público. E como é dinheiro público, tem que prestar contas! Por que não prestou?

E além do mais, sr. deputado, se v.exa. é afeito a fofocas, saiba que não é o meu feitio. O que eu disse aqui sustentarei nos tribunais. E não é denúncia leviana, não, senhor! É denúncia muito consistente, e só veio a primeira etapa. Leviano é v.exa., quando faz esse tipo de afirmação!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu disse que não podemos ter leviandade no que falamos. Não chamei ninguém de leviano. Se serviu o termo leviano para v.exa., desculpe-me! Não o citei e não falei isso! Eu apenas disse que não podemos ser levianos.

E quanto à prerrogativa de prestação de contas da Defensoria Dativa, ela é feita todos os meses. Agora, não houve julgamento. Eu não sei qual foi o júri que julgou. Não houve julgamento!

Eu respeito v.exa. e faço esse tipo de pronunciamento até para nós nos respeitarmos. Foi esta a intenção: a de haver respeito entre nós, porque não vou falar de um companheiro ou de qualquer cidadão do estado de Santa Catarina através de fofoca!

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - V.Exa. há pouco assomou à mesa como presidente, mas quero pedir a v.exa. e também aos demais presidentes desta Casa, inclusive ao titular, que revisem esses pedidos pela ordem que são feitos aqui, porque regimentalmente nenhum deles cabe. O deputado sai da tribuna, e daí vem outro aqui, ao microfone, pedir pela ordem!? Segundo o Regimento Interno da Casa, isso não é pela ordem!

Então, fica um alerta para esta Casa realmente aplicar, sr. presidente, o pela ordem de maneira correta!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Quando o deputado é citado, ele tem direito à resposta.

Inscrito para falar o deputado Marcos Vieira, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. Presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ontem, quando ocupei esta tribuna, fiz referência às transformações realizadas no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, que hoje tem as bases prontas para que possa receber o novo projeto de lei que cria os fundos e que vai tratar do regime próprio de previdência dos servidores públicos de Santa Catarina.

Mas se ontem falei a respeito dessas profundas modificações enquanto respondia pela secretaria de estado da Administração no período de 2003/2006, hoje quero falar de outro projeto: o Santa Catarina Saúde.

(Passa a ler.)

"As mudanças ocorridas no Instituto de Previdência do estado refletiram também no sistema de saúde do servidor público. Com a reforma administrativa imposta pela Lei n. 284, de 28 de fevereiro de 2005, a responsabilidade de gerir o plano de saúde foi transferida do Ipesc para a secretaria da Administração.

Até 1999 o sistema de concessão do Plano de Saúde era o de autogestão, um sistema que, infelizmente, não deu certo. Mas após 1999 adotou-se o então chamado plano Unisanta, que era um sistema pós-pago, que teve sua vigência até o final do ano de 2005, janeiro de 2006. O sistema chamado Unisanta tinha inúmeras deficiências: desagradava aos fornecedores, que eram os médicos, os hospitais, laboratórios, clínicas, desagradava também os usuários, que eram os servidores que deviam ser beneficiados, mas também desagradava o Poder Executivo, que a cada mês arcava com um grande déficit financeiro.

Quando assumiu o governo, Luiz Henrique da Silveira pediu-me que eu ficasse à frente de um novo projeto, que esboçasse um novo sistema de assistência à saúde do servidor, que viesse de vez por todas a resolver os problemas. Ele queria ver resolvido o problema construindo um novo plano de saúde. E para resolver esse impasse, a secretaria de estado da Administração elaborou um novo plano de atendimento ao servidor público e à sua família. De sua elaboração participaram representantes dos fóruns dos servidores, de associações médicas, dos hospitais e laboratórios.

O envolvimento de vários segmentos culminou numa grande conquista dos servidores catarinenses.

O Santa Catarina Saúde, muito diferente dos outros dois, foi o sistema pré-pago, que começou em 1º de fevereiro de 2006 e veio para sanar as deficiências no atendimento detectadas há muito tempo: cobertura insuficiente para o usuário, tabela defasada para o fornecedor e déficit financeiro para o estado. O Santa Catarina Saúde ampliou a cobertura, trouxe inovações científicas e tecnológicas da Medicina e melhorou as condições gerais de atendimento.

No plano Santa Catarina Saúde não há limitações de exames. São oferecidos todos os itens contidos no rol de procedimentos da ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar -, incluindo Psiquiatria (consultório, hospital dia e internação); órteses e próteses implantadas em ato cirúrgico (marca-passo, *stent*, placas ortopédicas e outros); cirurgias por vídeo; reconstrução de mama e prótese mamária para o tratamento de mutilação decorrente de tratamento de câncer; cirurgia buco-maxilo-facial e cirurgia bareátrica.

Outra importante conquista foi a redução de custos na co-participação do segurado, principalmente nas internações. Com o Santa Catarina Saúde, as coberturas se ampliaram e a co-participação foi limitada em valores reais pequenos.

Em nenhuma internação hospitalar a co-participação é superior a R$ 600,00, contrário do que existia anteriormente. Ou seja, com o plano Unisanta, o servidor público, se porventura, tivesse que ficar internado por 60 dias e a despesa médico-hospitalar chegasse a R$ 30 mil, ele podia sair do hospital curado da saúde, mas, certamente, doente do bolso, porque teria que pagar 30%, R$ 9 mil. E com o Santa Catarina Saúde é diferente, pois ele pode fazer a mesma despesa, os mesmos R$ 30 mil, mas a co-participação é de apenas R$ 600,00. Ou seja, R$ 100,00 por dia nos seis primeiros dias de internação.

O Santa Catarina Saúde também oferece melhor remuneração aos fornecedores, com implantação da tabela CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos) e reclassificação hospitalar. São mais de sete mil fornecedores, médicos, hospitais, clínicas, enfim, a atender os servidores públicos em Santa Catarina."

Srs. deputados, estou preocupado porque o final do contrato está chegando, é dia 31 de janeiro, e há uma negociação entre a secretaria de estado da Administração e a Federação das Unimeds, que é a que presta serviços.

O meu discurso, no dia de hoje, srs. deputados, é no sentido de pedir às partes que conversem, que se acertem, que cheguem a um denominador comum quanto ao reajuste do contrato, mas que não deixem o servidor público sem atendimento. Hoje são quase 200 mil pessoas, seguradas no Santa Catarina Saúde, servidores públicos que têm bons atendimentos.

Eu vou dar um exemplo. Ainda durante a campanha do ano passado, quando visitava a localidade de Vargem Grande, aqui na cidade de Águas Mornas, visitei uma senhora que tinha sido diretora de escola e que já estava aposentada. Ao visitá-la, encontrei-a deitada numa cama com problemas de coluna e ela me disse: "Secretário, eu não tinha fisioterapia no sistema Unisanta e hoje eu tenho. Estou aqui deitada porque não consigo ainda ficar em pé todo o tempo, mas o Santa Catarina Saúde, além de resolver a questão ortopédica, também me dá condições de fazer fisioterapia e daqui a alguns dias já conseguirei levantar."

E qual foi a minha grata satisfação, deputado José Natal, quando estive domingo na festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em Vargem Grande, ao encontrar aquela senhora sentada, participando da festa, contente. E ela me disse: "Deputado, eu faço fisioterapia, estou bem, consigo andar bem e consigo ficar sentada."

Então, esses são os benefícios que o Santa Catarina Saúde trouxe e, com certeza absoluta, se chegarem a um acordo haverá de continuar trazendo e prestando bons serviços a todos os servidores públicos de Santa Catarina.

Portanto, faço um apelo a sua excelência, o sr. governador Luiz Henrique da Silveira, ao sr. secretário de estado da Administração, Antônio Marcos Gavazzoni, e ao dr. Dalmo, que é o presidente da Federação das Unimeds, que sentem, conversem e renovem o contrato para, finalmente, fazer com que mais uma vez o servidor público tenha um plano de saúde digno, pois quando foi construído por nós, fruto de cálculos atuariais, o plano de saúde se sustentaria financeiramente por cinco anos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu me permiti até não dar um aparte a v.exa. porque tinha um discurso praticamente pronto, mas nós vamos conversar em outra oportunidade.

Eu agradeço ao deputado Sargento Amauri Soares, até porque a Aprasc colaborou na construção do plano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência tem a honra de registrar a presença do prefeito de Papanduva, Humberto Jair Damasco Ribas. Nós nos orgulhamos com sua presença e agradecemos a sua visita, juntamente com os vereadores Antônio Ferens Sobrinho e Gerson Acácio Rauen.

Inscrito para falar o deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, na data de ontem comemoramos o Dia do Arquiteto e do Engenheiro. Hoje à noite, às 20h, vamos fazer uma sessão solene com as entidades ligadas à Arquitetura, homenageando os arquitetos pelo seu dia e o grande arquiteto Oscar Niemeyer pelos seus 100 anos de idade. Então, estão todos convidados para essa sessão solene hoje à noite, às 20hs, no plenário desta Casa.

Também quero tornar público e anunciar que estamos fazendo um trabalho de prestação de contas do mandato. Lançamos uma pequena cartilha que mostra todo o trabalho desenvolvido nesse primeiro ano do mandato. Temos feito prestação de contas regionais; fizemos isso em Criciúma, na sexta-feira, na presença de cerca de 300 companheiros, apoiadores, enfim, foi um belo ato e temos feito isso na mídia regional. A cartilha está disponível através do *site* www.depdeciogoes.com.

Srs. deputados, ontem, às 11h da manhã, tivemos a inauguração do Centro de Educação Profissional do bairro da Juventude, em Criciúma. Na segunda-feira recebemos a visita do ministro da Educação, Fernando Haddad, aqui em Florianópolis, firmando um convênio com o governo do estado, anunciando o novo Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet -, antigamente conhecido como Escola Técnica Federal.

Nessas festividades todas senti que faltou um agradecimento especial ao presidente Lula. Por isso venho à tribuna para, em nome do povo de Criciúma, agradecer ao presidente Lula pelo R$ 1,3 milhão que investiu no bairro da Juventude para construir o Centro de Educação Profissional e modernizá-lo, através da emenda do ex-deputado Jorge Boeira. Agradecer também pelo nosso Cefet, que a partir de 2008 será construído e no qual, em 2009, estudarão mais de 1.200 alunos no ensino profissionalizante de nível técnico.

O presidente Lula está fazendo uma revolução na área do ensino técnico, pois passará de 96 Cefets existentes no país para 415 em oito anos. Em Santa Catarina, em 94 anos, havia apenas três Cefets e agora passaremos para 18, cada um deles com investimentos de R$ 5 milhões para a instalação, com vaga para 1.200 alunos e, no mínimo, com cinco cursos para cada centro educacional.

Na primeira fase foram definidos os municípios de Araranguá, Chapecó, Florianópolis/continente, além da reforma dos já existentes em Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul - em ampliação - e Joinville. Na segunda fase, serão contemplados os municípios de Canoinhas, Gaspar, Videira, Itajaí, São Miguel d'Oeste, Xanxerê, Criciúma e Ibirama.

Então, é uma resposta grande que o presidente dá àquilo que ele considera extremamente importante, que é a educação, ainda mais a educação tecnológica, a educação de ensino médio profissionalizante.

Quero agradecer extremamente ao presidente Lula, pois no bairro da Juventude, como falei antes, ele investirá R$ 1,3 milhão, fruto de um projeto que desenvolvemos quando estávamos na prefeitura, em 2004, em conjunto com o deputado Jorge Boeira. Em 2005 os recursos foram empenhados e em 2006 e 2007 foram feitas as obras nas quais o município, através de recursos do governo do estado, entrou com R$ 378 mil de contrapartida.

Quem estava lá na festa achava que era o contrário, deputado Silvio Dreveck, ou seja, que o governo federal havia entrado com R$ 378 mil e o governo do estado com R$ 1,3 milhão. Agradeceram a todo mundo, menos ao presidente Lula, que teve a sensibilidade de criar e ampliar a rede federal pública de qualidade, como também de apoiar as redes de organizações não-governamentais, as redes sérias, como o bairro da Juventude. Foi um espetáculo impressionante! E pudemos ver as oportunidades que se criam através de políticas públicas sérias.

Mas lá, como lembrou o deputado Joares Ponticelli, estava a ponta do *iceberg* das promessas, através dos porta-vozes das secretarias Regionais, que começam a aparecer. E o governador ficou constrangido diante de tantas promessas, fazendo com que ele, numa atitude de hombridade - ele prometeu na campanha a construção do aeroporto Dionísio Freitas e depois quis transferir a responsabilidade para o governo federal -, assumisse que se o governo federal não fizer a obra, ele dará um jeito e fará, cumprindo sua promessa. Achei uma atitude honrada e queremos que ele cumpra sua palavra de fato.

Além do mais, descobrimos, lá na hora, que de tanto prometer os R$ 378 mil, o estado ainda não havia repassado o dinheiro. E o governador também ficou numa situação constrangedora e teve que garantir que hoje o dinheiro seria depositado. Até a hora em que eu comecei a falar desta tribuna ainda não havia sido depositado, mas acho que o será rapidamente. Então, considero importante que o governador tenha reassumido esses compromissos, que eram de campanha, que agora viraram compromissos de governo e que devem ser cumpridos.

A idéia do bairro da Juventude é fantástica, pois com a união da sociedade serão educadas mais de 1.200 crianças com extrema qualidade. E era importante que conseguíssemos convencer, motivar a sociedade criciumense para refletir melhor sobre aquele projeto fantástico, que tem 50 anos de idade, que mostrou, que provou que dá certo. Se nós conseguíssemos mais três bairros da Juventude, um no norte da cidade, um no sul e outro na grande Próspera, conseguiríamos resolver a questão da criança mais desfavorecida socialmente na cidade de Criciúma e criaríamos uma geração com oportunidades muito grandes.

Então, é uma idéia para refletirmos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o deputado Rogério Mendonça, líder de Ituporanga, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, sr. presidente. É com muito orgulho que eu posso dizer, e tenho dito sempre, que sou do alto vale do Itajaí, de Ituporanga, a terra da cebola. Não nasci em Ituporanga, mas sou cidadão honorário daquela cidade onde fui vice-prefeito, prefeito, e na qual moro há mais de 30 anos. Sem dúvida, é um orgulho muito grande.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, utilizo esta tribuna para falar sobre dois assuntos nesta tarde. O primeiro deles é em relação à visita que fiz, no sábado passado, ao município de Rio dos Cedros, deputado Antônio Aguiar. V.Exa. que preside esta sessão, que é médico, sabe que quando estamos fazendo visitas acompanhamos a situação dos pequenos hospitais e dos grandes hospitais de Santa Catarina.

Srs. deputados, só se vê crise, dificuldades e as pessoas lamentando que não dá para pagar, que a situação está difícil, que o hospital vai fechar. Lá em Gaspar, inclusive, temos um hospital fechado e graças à ajuda de um convênio firmado com o governo de Luiz Henrique aquele hospital foi reaberto.

Mas lá no município do Rio dos Cedros, onde eu estive sábado, vi uma experiência diferente, a primeira de Santa Catarina e quem sabe possamos levá-la para outros municípios também: o Hospital Dom Bosco é uma fundação e fez um convênio com a Unimed e com a Ultramed inaugurando lá um pronto-socorro de atendimento. Mais do que isso, fez uma parceria entre a prefeitura, o SUS e a Unimed para gerir aquele hospital.

Srs. deputados, como é uma experiência pioneira, não sabemos o que vai acontecer, mas caso seja bem sucedida, e acredito que será, essa experiência permitirá a auto-sustentação daquele hospital e, quem sabe, a própria Unimed poderá levá-la para outros pequenos hospitais de Santa Catarina e fazer parcerias semelhantes para que os hospitais não se transformem num poço sem fundo, pois sabemos que a saúde deve ser prioridade em nosso país e em nosso estado.

Estamos aí com a votação da CPMF, que surgiu para ser uma contribuição para melhor atender a saúde e mesmo assim não resolveu.

Portanto, quero fazer uso desta tribuna para parabenizar o prefeito Dodô, o Hideraldo José Giampiccolo, de Rio dos Cedros, porque aquele prefeito é realmente um exemplo para Santa Catarina e para todos os municípios pela forma com que ele administra o seu município.

Quero também, aproveitando este espaço, sr. presidente, falar sobre um projeto de minha autoria, que foi aprovado nesta Casa, por unanimidade, por todos os srs. deputados, na semana passada. É um projeto que institui a política estadual de tratamento simplificado para o microprodutor rural do estado de Santa Catarina. Qual a razão desse projeto? É porque em Santa Catarina sabemos que prevalecem as micro e as pequenas empresas nas cidades, e no campo, no meio rural, prevalecem as pequenas propriedades rurais.

O nosso estado, portanto, é caracterizado por micro e pequenas empresas nas cidades e por pequenas propriedades rurais no campo. As micro e pequenas empresas de Santa Catarina, de forma justa, têm recebido diversos benefícios do estado de Santa Catarina e até de outras unidades da Federação e também da União.

A agricultura familiar, por outro lado, recente-se de um melhor atendimento. Por exemplo, uma microempresa que fatura até R$ 5 mil por mês paga só R$ 25,00 de imposto. Por outro lado, um pequeno agricultor que produzir os mesmos R$ 5 mil poderá pagar até 17% do imposto, ou seja, R$ 850,00, ou 12% de R$ 600,00. E se for 7%, ele vai pagar R$ 350,00. Vejam que o pequeno produtor tem um tratamento diferente em relação à microempresa.

É verdade que também o pequeno produtor rural, se constituir uma empresa, vai ter um benefício igual ao microempresário. Mas, porém, aumentam os custos e aumenta a burocracia. E o projeto de minha autoria, que foi aprovado e que está indo para a sanção do governador, permite ao microprodutor rural, que tem uma receita mensal inferior a R$ 3 mil, que tem uma área inferior a 50 hectares, que tem um trabalho familiar e que mantém a matéria-prima própria, a transferência de créditos acumulados em função da aquisição de bens integralmente, até o limite de R$ 5 mil por ano, em cota única.

Portanto, é um benefício que os nossos pequenos produtores, que produzem e comercializam produtos em estado natural ou agroindustrializados para os consumidores finais, tenham esse benefício que hoje já tem o pequeno produtor rural. Com isso o estado de Santa Catarina está estimulando os pequenos agricultores a iniciar os seus pequenos negócios agrícolas, através da agregação de valor.

Novas alternativas estão surgindo também para que esses pequenos agricultores possam se converter em empresas melhor estruturadas, permitindo a eles que continuem no meio rural. Permite também, esse meu projeto, como eu já disse, a transferência tributária acumulada, em função da aquisição de bens, em cota única. Atende, portanto, tanto aos interesses do agricultor quanto aos interesses do Fisco.

Esse projeto foi aprovado por unanimidade. E antes de ser aprovado nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, foi solicitado um parecer da secretaria da Fazenda, e o diretor de Tributação, Almir Gorges, e o técnico Velocino Pacheco Filho manifestaram-se favoravelmente a esse projeto, com algumas pequenas correções de redação.

Portanto, esse projeto que acredito ser um projeto importante, que foi aprovado este ano, nesta Casa, permite ao pequeno produtor rural, àquele agricultor que vive com dificuldade, lá no meio rural, ter o mesmo direito do microempresário.

Acredito e não tenho dúvidas de que o governador é sensível também ao pequeno produtor, não só ao microempresário, até porque temos aí a medida provisória do governo do estado ampliando as regalias, os benefícios para o microempresário. O governador, sem dúvida alguma, haverá de sancionar esse projeto e permitir ao nosso pequeno produtor rural que tenha também muitos benefícios e continue sobrevivendo da sua atividade agrícola, para que ele não tenha necessidade de sair, deputado Sargento Amauri Soares, lá de Imbuia, de outros pequenos municípios de Santa Catarina, para ir para as grandes cidades criar problemas de toda ordem, que sabemos que surgem, quando uma mão-de-obra não qualificada vem para os grandes centros, para as grandes cidades de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)

Na ausência da deputada Ana Paula Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edson Piriquito, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL, eu queria, neste primeiro momento, agradecer, de público, o deputado Valmir Comin, da bancada do PP, que decentemente, pela segunda vez, após voltar de uma missão governamental no exterior com o governador ou, no caso, na última agora, com o vice-governador e o presidente da Celesc, subir nesta tribuna e falar de tudo que foi tratado no exterior em benefício do estado de Santa Catarina.

Logo em seguida, sr. presidente, quero parabenizar o vice-líder da bancada do PSDB, o deputado Nilson Gonçalves. Até faço minhas as palavras de s.exa. dirigidas ao deputado Joares Ponticelli, que, sem sombra de dúvida, cada vez que assoma a esta tribuna é para atacar o governo do estado de Santa Catarina, o vice-governador, inclusive, o presidente da Celesc.

Eu não sei por que s.exa. tem uma raiva tão grande dessas pessoas. E quero dizer ao deputado Joares Ponticelli que provavelmente no seu governo o vice-governador vivia escondido numa redoma ou o colocavam dentro de um baú, para que não trabalhasse e não aparecesse para a sociedade catarinense na função para a qual foi eleito. E se quisessem fazer um trabalho para Santa Catarina, teriam feito, ou, na condição de substituir o governador do estado, dariam continuidade à política implantada por Santa Catarina. Porque é isso que o vice-governador faz pelo nosso estado, quando o governador não pode ou quando se ausenta do nosso estado. Então, provavelmente ele não sabe o que é o trabalho e a responsabilidade de um vice-governador. Os governadores, reitero, e os vices do partido dele provavelmente viviam em um baú.

O governador Luiz Henrique da Silveira colocou na mão do vice-governador Leonel Pavan e do presidente da Celesc uma missão em favor de Santa Catarina. E, como noticiaram a imprensa e o deputado Valmir Comin, com certeza, num futuro bem próximo, o nosso estado estará, sr. presidente e srs. deputados, lucrando, tanto no valor monetário para as empresas que vêm aqui quanto na área administrativa, política e social, porque o resultado disso deve ser a geração de empregos para Santa Catarina, que é o que nós precisamos.

Os ataques que faz o deputado Joares Ponticelli ao governo, como foi colocado, é de uma pessoa que realmente carrega consigo só as coisas ruins. Está certo que o seu papel é de Oposição, mas muitas vezes ele extrapola, leva para o lado pessoal, como já levou com este deputado.

Falando em ações de governo, quero dar continuidade aqui a diversas ações do governo do estado, as quais o deputado Joares Ponticelli não enxerga.

O município de Blumenau, no decorrer desta semana, formou mais 1.883 jovens no Proerd, que é o Programa Educacional de Resistência às Drogas. E, como noticiei nesta Casa, no meu município de São José, na semana passada, numa segunda etapa, 1.700 pessoas se formaram ontem em Blumenau. Essa é uma ação de governo voltada para a sociedade, porque as crianças, os jovens que participam desses cursos, têm aprendido e têm trazido resultados para o estado de Santa Catarina.

Nobres pares, para minha surpresa, fiquei sabendo, pela imprensa, que Blumenau já incluiu alunos do ensino fundamental. E nessa turma, srs. deputados, que se formou no Proerd, em Blumenau, no decorrer desta semana, havia 77 pais de crianças. Isso é política de governo implementada.

O município de São José, na noite de hoje, a partir das 20h, estará formando mais 1.100 pessoas no Programa EJA, que é um Programa de Educação de Jovens e Adultos. Porque o prefeito Fernando Melquíades Elias, quando secretário da Educação, como já coloquei, fez um trabalho, provocou um dinamismo forte com relação a isso, para trazer as pessoas que não tiveram oportunidade de completar o ensino fundamental ou o ensino médio para dentro da sala de aula. E teremos hoje, no Centro Multiuso de São José, com certeza absoluta, a participação de 1.100 formandos, numa

expectativa de, e em nenhuma delas foi diferente, aproximadamente 3.500 pessoas. São recursos do governo federal, deve ser dito, com o governo do estado de Santa Catarina. Isso, sim, srs. deputados, é política pública que deve ser observada.

Na semana passada, no último sábado, também no meu município, o governo do estado de Santa Catarina, através da secretaria Regional, na pessoa do secretário Valter Gallina, implementou uma ação que levou ao Colégio São Miguel, no distrito de Barreiros, aproximadamente 10.000 pessoas. E lá estavam presentes professores do projeto, a prefeitura de São José, a secretaria de Defesa do Cidadão, a Epagri, a Casan, a Celesc, a Cidasc, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, o Hospital da Cruz Vermelha, o Lyons Clube da região e o Procon.

Nessa ação implementada pelo governo do estado, através da secretaria Regional, conseguimos implementar políticas públicas com facilidade para aquelas pessoas que não têm conhecimento ou não têm tempo para se deslocar para resolver problemas de documentos, consultas médicas, advogados. Enfim, o governo do estado colocou tudo à disposição da sociedade de São José, no último sábado. Mas isso, volto a reiterar, não é enxergado pela Oposição, especificamente pelo deputado Joares Ponticelli, que não quer realmente ver.

Então, devemos, como governantes, vir aqui dizer que Santa Catarina continua realmente se destacando em nível nacional. Mas o deputado fez uma crítica também na questão do centro administrativo, de quanto ele gasta para fazer a iluminação de Natal.

Ora, se o nosso estado é um estado eminentemente turístico, que recebe pessoas de todos os lugares do país e do exterior, devemos apresentar um cartão de Natal belo para a sociedade de Santa Catarina, especialmente para nós e para aqueles que nos visitam.

Eu estava lá, na última segunda-feira, para assistir à inauguração, e a maioria das pessoas que lá estavam também era da comunidade daquela região, numa ação de governo, com certeza absoluta, importante para Santa Catarina. Então, o deputado Joares Ponticelli não enxerga, porque é cego, porque ele não quer ver a ação do governo. E se vocês vierem a Florianópolis, passem na frente do centro administrativo e vão ver que temos um governo que faz ações para a nossa cidade e para quem nos visita.

Por isso continuamos a receber cada vez mais prêmios de destaque em nível nacional, porque temos um governo futurista, um governo voltado para o desenvolvimento de Santa Catarina, um governo voltado especificamente para a vida das pessoas que aqui vivem ou que aqui vêm passear. E isso a Oposição não quer enxergar, pois é uma coisa que os aborrece e que os deixa doentes, levando, sim, reafirmo, a ataques pessoais gratuitos ao sr. governador e a toda sua equipe de governo.

Era este o meu pronunciamento, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados e deputadas, estamos no final do ano, no mês de dezembro, com festas natalinas chegando, *Réveillon* e, para a felicidade dos catarinenses, principalmente dos que moram na beira da praia, começa a nossa temporada de verão.

Fomos surpreendidos, os comerciantes, aqueles que têm bares e restaurantes nas praias catarinenses, com uma decisão do Ministério Público de Santa Catarina. E quero aqui aproveitar para elogiar o trabalho feito pelo Ministério Público, estadual e federal, não só no âmbito de Santa Catarina, mas do Brasil inteiro, pela sua preocupação com o cumprimento das leis, mas acho que às vezes cometem exagero na vontade de acertar, na preocupação maior com o cumprimento da legislação e acabam sendo mais realistas que o rei.

Digo isso, sr. presidente e nobres srs. deputados, porque numa provocação do Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina houve uma tomada de decisão do Ministério Público, deputado José Natal, proibindo aos estabelecimentos comerciais, mais precisamente restaurantes e bares na beira da praia, de colocarem mesas e cadeiras para que os turistas e veranistas pudessem usufruir do lazer das praias, sob a alegação primeira do Sindicato dos Pescadores de que essa ocupação provisória (porque sabemos que colocando uma cadeira na praia é uma ocupação provisória) traria problemas aos pescadores.

Todos nós sabemos, principalmente os manezinhos aqui da Ilha de Santa Catarina e quem mora no litoral catarinense, que a pesca na praia ocorre somente no inverno, com a nossa famosa pesca da tainha, e não no verão. E mesmo se fosse agora, não ocorreria onde os bares e restaurantes colocam suas mesas.

Com respeito à outra pesca de beira de praia, que é a pesca da tarrafa, sabemos que não existe hoje pescador profissional que usa a tarrafa como instrumento de pesca para a sua profissão. A tarrafa, hoje, é mais um instrumento de lazer e de complementação salarial do pescador do que uma atividade da pesca artesanal. Então, sr. presidente, as mesas e as cadeiras, colocadas provisoriamente em temporada de verão, não atrapalham o pescador.

O Ministério Público Federal se precipitou no cumprimento da lei, porque a praia é um patrimônio da União, é um patrimônio do governo federal, e a responsabilidade pelo cuidado desse espaço público é do governo federal, é conseqüentemente do Ministério Público. Só que, primeiro, à medida que o dono do restaurante, ou dos restaurantes, ou dos bares, ou dos hotéis, ocupa esse espaço público, ele não está privatizando as praias, porque senão, deputado José Natal, v.exa. que gosta de pegar uma prainha na Joaquina, ao levar a sua cadeira para a praia, para ler um livro, sentar e conversar com seus amigos, v.exa. também estaria privatizando a praia. Assim como o deputado Manoel Mota, lá no Arroio Silva, quando coloca a sua cadeira na praia para descansar dos afazeres constantes da Assembléia Legislativa também não está privatizando a praia. E não está privatizando a praia o comerciante que coloca temporariamente as cadeiras na praia para atender veranistas, banhistas e aqueles que gostam de tomar uma água de coco, uma cervejinha, um refrigerante sentados à beira mar. Também não é problema ambiental, deputado Manoel Mota, porque colocar uma cadeira na praia não traz prejuízo ao meio ambiente. Agora, o que ocorre é que às vezes há exagero por parte do comerciante que toma praticamente todo o espaço em frente do seu restaurante com cadeiras de praia.

Então, o que precisa ser feito? Precisamos disciplinar essa atividade, porque os balneários do litoral catarinense, com as praias mais bonitas do Brasil, todos nós sabemos, dependem do turismo. Dependemos dos hotéis, dos restaurantes, dos bares, das cadeiras nas praias. Agora, precisamos disciplinar isso.

Nesse sentido, fizemos um pedido hoje à comissão de Turismo e Meio Ambiente, muito bem dirigida pelo nosso companheiro Décio Góes, junto com o deputado José Natal, que estava presente, para que nós, deputado Edson Piriquito, fizéssemos num espaço curto de tempo uma reunião aqui, na Assembléia Legislativa, com todos esses segmentos: Federação dos Pescadores, Colônia de Pesca, Sindicato dos Hotéis e Restaurantes, prefeituras dos balneários de Santa Catarina, secretário de Turismo desses municípios, para que possamos disciplinar essa questão que é fundamental para a economia de Santa Catarina e para gerar emprego em todo litoral catarinense.

Quero também cumprimentar o Ministério Público, que prontamente, parece-me, aceitou o convite. E marcamos para quarta-feira, da semana que vem, à noite, no final do expediente das nossas atividades de plenário, uma reunião para tentar fazer, quem sabe, com que o bom senso prevaleça, porque a lei, às vezes, não pode ser interpretada no rigor do que está escrito, porque a finalidade da legislação, e nós aqui como parlamentares, como legisladores, sabemos, é o bem-estar da sociedade. Temos esse compromisso de buscar uma melhor saída para todos nós.

Eu entendo a preocupação do Ministério Público com o exagero das tomadas de praia por alguns estabelecimentos. Agora, garanto e afirmo: pescador profissional não é prejudicado pelas cadeiras na frente dos restaurantes, como afirmou o presidente do Sindicato da Pesca de Santa Catarina, que está completamente por fora. Eu não sei se ele já pescou, mas se pescou, está completamente furada a sua argumentação.

Agora, é bom que quarta-feira possamos dar a nossa contribuição. E é um papel importante do Legislativo catarinense, porque não é um problema da Joaquina, da Praia Mole, de Canasvieiras, não é um problema da Ilha da Santa Catarina, é um problema de Palhoça, de Araranguá, de Camboriú, da Penha, de Piçarras, de Taiobá, é um problema de todo o litoral catarinense, mas se Deus quiser o bom senso vai prevalecer.

Vamos achar um bom termo para que seja preservado o espaço público para aqueles que não queiram sentar ou deitar na cadeira, mas que aqueles que queiram fazer isso possam ser complementados também nesse acordo que haveremos com o Ministério Público e as entidades convidadas para esta reunião, quarta-feira próxima, aqui na Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Edison Andrino. V.Exa., mais do que ninguém, tem conhecimento em profundidade sobre a questão da pesca em Santa Catarina. V.Exa. sempre abordou essas questões, aqui ou lá em Brasília, sempre discutiu, sempre procurou de alguma forma trazer apoio aos pescadores catarinenses. E quero cumprimentá-lo.

Araranguá por 150 anos tem a pesca de caniço, os pescadores de caniço, e com essa lei exagerada os pescadores que pescam para sobreviver, de caniço, pescando a sua tainha com linha, com anzol, não estão podendo pescar.

Então, é preciso, sim, ter um ajuste de conduta para que essa tradição que vem do pescador não seja praticamente engolida por ações de órgão nenhum. E quero participar, evidentemente, da comissão, para que possamos tomar essas medidas e ajudar os pescadores catarinenses.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradecendo a benevolência de v.exa., sr. presidente, cumprimentando o deputado José Natal, que está envolvido, assim como o deputado Piriquito, o presidente da comissão, que prontamente aceitou debater, gostaria de dizer vamos fazer uma boa reunião, e, se Deus quiser, todo mundo vai ser contemplado para o bem do turismo, da economia e da geração de emprego em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de dizer que esta tribuna reflete o pensamento, a luta, o trabalho de toda sociedade, que aqui é a caixa de ressonância da sociedade. E o Edison Andrino, eminente deputado, levantou uma questão muito importante, a questão da pesca.

Em Araranguá, há um século e meio existe a tradição da pesca de tainha de caniço. E lá as pessoas pegam 50 tainhas, 60 tainhas, 70 tainhas de anzol, de caniço, para sobrevivência - 5% são para diversão e 95% é para sobrevivência. E essas leis que acabam sendo aprovadas em Brasília, sem ter uma audiência pública para ouvir a sociedade, acabam marginalizando uma história tão linda que é a pesca de tainha de caniço, que é o turismo, assim como os pescadores de tarrafa. Também gosto muito de pescar, inclusive costumo abrir uma tarrafa bem grande, podem ter certeza. Não pesco mais porque não dá, a vida pública carregou esse divertimento da gente. Mas vejo os profissionais que estão ali garantindo o seu sustento sendo prejudicados com essas ações. Então, evidentemente que eu vou, sim, participar dessa reunião com a comissão do Meio Ambiente, para que possa levar para Araranguá, estender e buscar uma solução.

Tivemos uma reunião, sábado, em Araranguá, com mais de mil pescadores de caniço, todos se cadastrando, para ver o que podemos fazer para inverter esse processo. E vamos inverter, com certeza. Se eu estivesse em Brasília, teria feito uma lei regulamentando essa pesca, como a pescaria artesanal dos pequenos pescadores. Os grandes pescam de barco, às vezes, além do limite, e não têm grandes fiscalizações. Mas o pequeninho é fiscalizado, é punido, e isso acaba prejudicando toda uma sociedade.

Srs. deputados, hoje, neste Parlamento, nunca uma cena me chamou tanta atenção, durante todos os meus mandatos, e já estou no quinto, eis que nunca vi alguém fazer um aparte com tanta lucidez, com tanto conteúdo, como fez o deputado Nilson Gonçalves. S.Exa. disse que o eminente deputado Joares Ponticelli é um bom cidadão, um cidadão de bem, mas quando sobe na tribuna transforma-se.

O deputado Nilson Gonçalves usou as palavras corretas e quero cumprimentar s.exa. Não pude cumprimentá-lo na hora porque estava ocupado, mas depois quero fazê-lo, porque ele colocou as palavras certas. Quando o deputado Joares Ponticelli chega aqui ele se transforma.

Quando o governador vai inaugurar um trecho asfaltado de uma cidade do PP, o prefeito vai lá, abraça o governador, rasga elogios, diz que em outras vezes foi enganado e que tem muito a agradecer ao governador. E o governador foi a outra região, como em Turvo, ontem, e o prefeito do PP, José Brina, agradeceu ao governador pela obra, no valor de R$ 5 milhões, de uma estação para a cooperativa, que ajudou a levar energia num grau elevado. Também em Sombrio, o prefeito do PP, o presidente da Fecam, estavam lá. É claro, foi a entrega do Corpo de Bombeiros à sociedade. Mas o eminente deputado Joares Ponticelli se fixou numa coisa e não consegue enxergar. O cego não é aquele que não enxerga, é aquele que tem vista e não quer enxergar. Esse para mim é o verdadeiro cego. Então, é preciso fazer um tratamento. O lugar adequado para o deputado Joares Ponticelli é na novela da Globo, porque dá para ensaiar, inventar, criar.

Ele diz tanta coisa que depois acaba atrapalhando-se. E fico triste porque ele faz um pronunciamento, ou melhor, esquenta o caldo e desaparece. Por isso, eu o chamo de caratoca, que é um peixinho, um carazinho pretinho que belisca e foge. Ninguém o pega. Ele acaba fugindo, e não dá para podermos falar.

O que acontece é que o deputado Joares Ponticelli disse, na semana passada, nesta Casa, que havia 40 escolas interditadas, 40 escolas em Santa Catarina interditadas. Então, é preciso que ele venha aqui e peça desculpas para a sociedade, porque tenho aqui um levantamento do gerente de obras, da assessoria parlamentar, informando das escolas interditadas oficialmente. Temos quatro escolas interditadas em Santa Catarina, para construir prédios de primeira qualidade, de primeiro mundo, pelo secretário de Educação, no estado de Santa Catarina, pelo governo do estado.

Então, o deputado Joares Ponticelli precisa vir aqui pedir desculpas à sociedade e dizer: "Sociedade catarinense, desculpem-me pelos meus equívocos, pelos meus erros, porque não sei fazer outra coisa a não ser criticar o governo do estado." É preciso que s.exa. apresente alguma coisa para a sociedade da região dele, alguns projetos, porque ainda não vi nenhum projeto do deputado Joares Ponticelli. Realmente é vazio, é só discurso de Oposição. E acho que quando ele se transforma deve ter alguém, lá de fora, que bota aquela molinha, uma gasolina azul do Schumacher, para que ele fique assim. Deve ser, com certeza, o seu ex-governador, porque ele tem a mesma característica e não sabe fazer outra coisa a não ser criticar.

Ele criticou o Paulo Afonso, antes das eleições, até ganhar. Quando ganhou, ficou quatro anos criticando e esqueceu de construir obras no estado de Santa Catarina. Aí não precisa dizer o que aconteceu: primeira derrota, segunda derrota. E vai ter a quarta, vai ter a quinta e vai ser assim, porque quem não constrói uma obra, quem não planeja, quem não apresenta projetos à sociedade, acaba. Acabou aquele tempo em que os mitos apareciam, transformavam-se e ganhavam as eleições. Acabou isso.

Está aqui, temos quatro escolas, sendo licitadas, sendo construídas, interditadas, mas o resto está tudo no clima de normalidade. Ele criticou Tubarão, dizendo que existiam quatro escolas interditadas em Tubarão. Mas os vereadores do PP dele mandaram uma moção para cá parabenizando as escolas de primeiro mundo que foram construídas lá em Tubarão. É, não dá para entender!

Então, é preciso resgatar a verdade. Até acho que como professor o eminente deputado, um homem de bem, não pode usar esses palavrões - governo mentiroso. Olhem, orgulho-me de ser caminhoneiro, mas como caminhoneiro eu até posso usar uns palavrões. Mas ele, um professor, usa um tipo de palavreado que sinceramente não cabe dentro desse Parlamento. Dizer que o governador é mentiroso?! Meu Deus, está faltando muito preparo no Parlamento. E sei que não é para mim nem para outros parlamentares, mas é para aquele que não respeita as autoridades constituídas pelo voto popular do povo catarinense. É preciso fazer isso, é preciso lembrar isso: enquanto o governador anda por aí aplaudido, o deputado não enxerga, não vê e acaba fazendo isso aqui.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Nobre deputado, nosso líder, deputado Manoel Mota, fui provocado e quero aqui só reafirmar que afirmei que não podemos ser levianos. Não afirmei que o deputado A ou deputado B estava sendo leviano. E até pediria para retirar essa palavra. Mas não retiro nada do que falei. Se serviu a alguém, que vista e fique, porque esta é uma Casa para se debater, e temos mais coisas para fazer aqui do que inventar e fazer fofoca.

Outra coisa, aqui ninguém é juiz, não somos um fórum, não somos um jurado, não somos um juiz. Quem julga é o juiz, é os jurados, é o fórum, não somos nós que julgamos as pessoas aqui dentro da Casa.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado, quero dizer a v.exa. que a sua preocupação é a mesma minha. Eu já disse, às vezes penso que o deputado Joares Ponticelli, faz muito tempo, está fora de uma sala de aula, que ele não sabe realmente como está a educação no estado de Santa Catarina.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado de Brusque, Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, srs. ouvintes da Rádio Alesc Digital e também telespectadores da TVAL, certamente, conseguir transformar lixo em matéria-prima foi um sonho que hoje está sendo concretizado em diversos setores. Foi um sonho de várias décadas, até para atender o destino, para conseguir ter encontrado o destino de toneladas e toneladas de lixo, que era lixo. E não sabiam o que fazer daquilo.

Há 30 anos, 40 anos, serragem, casqueiro, refil, tudo era lixo de madeira. Hoje, é matéria-prima como fonte energética de inúmeras empresas que usam o vapor como forma de energia, aplicada nas caldeiras. Há duas décadas, três décadas, não se sabia o que fazer com tanto plástico que se espalhava nos lixos; hoje, não existe mais nenhuma garrafa, nenhum frasco plástico que não tenha utilidade. É uma matéria-prima procurada e comprada. Hoje, você compra lixo, deputado Edson Piriquito, justamente, para transformar em matéria-prima de novos produtos usados, naturalmente, em setores que podem ser não usados no setor alimentícios.

Mas existia uma preocupação muito grande, por exemplo, com o tecido velho. Na verdade, quando abandonamos a roupa - e ao mesmo tempo se faz discurso de ecologia -, esquecemos que ela significa uma agressão ao meio ambiente de várias maneiras, não só no plantio do algodão, mas por todo o beneficiamento pelo qual passa o tecido, desde o algodão, até virar roupa para vestirmos. Até pouco tempo, roupa velha era lixo e não se sabia mais o que fazer. Hoje é matéria-prima para a transformação, novamente, daquela fibra numa fibra de algodão, naturalmente com uma qualidade diferenciada, mas que tem grande utilidade.

Agora, vejam que levamos décadas para encontrar uma maneira de utilizar as fezes suínas e das aves. Isso foi motivo de inúmeros encontros no oeste de Santa Catarina, para se saber o que fazer, qual o melhor destino para os dejetos suínos e das aves, que agora existem em todas as regiões de Santa Catarina, mas que são mais intensos nas regiões sul e oeste.

Na semana passada, o senador Leonel Pavan, acompanhado de um membro desta Casa, o deputado Valmir Comin, e também do presidente da Celesc, visitou empresas americanas que estão na fase final dos estudos para a utilização de dejetos suínos e de aves que, acrescidos com um pouco de serragem - o planalto norte e a região serrana, certamente, têm como fornecer em grande quantidade, já que é um produto das serrarias -, iriam se transformar em energia térmica.

Há várias décadas está-se querendo encontrar um destino para esses dejetos, e agora vejo bem próxima uma grande luz no final do túnel, com a possibilidade de podermos dar um destino adequado, utilizando aquilo como matéria-prima. Hoje, os empresários procuram o plástico, a roupa velha, a serragem, a casca da madeira. Aquilo que era jogado fora e não se sabia o que fazer, hoje se procura e até se compra. E daqui a alguns anos, se Deus quiser, vão passar a comprar as fezes de suínos e de aves, que entrarão na matriz energética de Santa Catarina para a geração de energia elétrica, iniciando ali com 120 ou 150 *megawatts*, com um investimento, conforme comentava o senador Leonel Pavan, em torno de R$ 600 bilhões.

Então, deputado José Natal, vemos ali uma luz que vem para nos ajudar a dar um destino adequado para esses dejetos. E conforme a pesquisa, o final da combustão desses dejetos ainda servirá para a confecção de diversos adubos.

Assim, eu queria cumprimentar o senador Leonel Pavan por essa iniciativa. Ele, que já foi deputado federal, além de prefeito de Balneário Camboriú por três vezes e senador, participou de perto dessas discussões, desde 1995, quando se tentava buscar uma alternativa para dar um fim a esses dejetos. Deputado José Natal, o dejeto é tanto que não se sabe onde colocar isso.

Então, se Deus quiser, dentro de alguns anos, de 2010 em diante, haverá procura. E estaremos comprando dejetos suínos, dando-lhes, então, um destino correto. Eles servirão como fonte energética para a geração de energia elétrica.

Ao final, quero comentar ainda que hoje à noite o hospital de Azambuja, que presta cerca de 70% a 80% de atendimento médico pelo SUS e que atende o vale do Rio Itajaí-Mirim, especialmente, Brusque, Botuverá, Guabiruba e também pessoas de Itajaí e Gaspar, vai inaugurar a ampliação da sua UTI.

Infelizmente, dado o grande número de acidentes que ocorrem pelos portões do estado, há deficiência de vagas nas UTIs de Santa Catarina. E essa ampliação vem atender a uma necessidade do estado. Vemos inúmeras vezes pacientes sendo transferidos de Itajaí para Jaraguá do Sul. E existe as tentativas de transferência de pacientes para Lages, enfim, há transferências, às vezes, para locais distantes. E isso é ruim para o paciente, para a família e para o sistema. O melhor seria que pudéssemos acomodar os nossos pacientes o mais próximo possível das suas casas.

Mas quero cumprimentar a direção daquela casa e, de forma especial, fazer uma saudação ao padre Nélio e à direção daquele hospital, que tem feito um esforço muito grande para buscar recursos de várias maneiras. E muitas vezes é até incompreendido, porque os gastos com a saúde são difíceis de ser previsíveis e também medidos. Depois que alguém diz que gastou R$ 30 mil, R$ 40 mil, R$ 50 mil, questionam: "Mas como se gastou tanto? Como é que uma apendicite custou R$ 50 mil"? Pode? Sim, desde que haja uma grande complicação e o doente vá para a UTI, use antibióticos de altíssima geração. Daí acaba em custos muito elevados.

Então, quero saudar a direção desse hospital, assim como também a direção de, praticamente, 200 hospitais de Santa Catarina, que têm que fazer uma ginástica danada para conseguir fazer com que os hospitais sobrevivam. Cada um tem a sua história. E os hospitais particulares também têm história, porque eles acabam exercendo uma função social muito grande. O hospital particular, apesar de cobrar a conta dos pacientes, retira a carga do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 20h, em homenagem ao Dia do Arquiteto e ao centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 044ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007 ÀS 20H
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA
HOMENAGEM AO DIA DO ARQUITETO E CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE OSCAR NIEMEYER
PROPOSIÇÃO DEPUTADO DÉCIO GÓES
SUMÁRIO

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Faz um breve relato da profissão de arquiteto; enfatiza que esse profissional tem a tarefa primordial de estudar a forma de tornar as cidades mais humanas, habitáveis e não apenas um aglomerado de prédios.

PROFESSOR MIGUEL ALVES PEREIRA - Ressalta a importância da organização representativa dos arquitetos; defende a ética como um desafio com toda a carga de responsabilidade com a profissão e a educação permanente.

ARQUITETO PEDRO PAULO SARAIVA - Discorre sobre seu relacionamento com Oscar Niemeyer e seu conhecimento da obra e da pessoa do grande arquiteto brasileiro.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Engenheiro Agrônomo Raul Zucatto, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea/SC;

Senhor Pedro Paulo de Melo Saraiva, nosso grande arquiteto, um dos autores do projeto desta Casa, que também está neste ato representando Oscar Niemeyer, o nosso homenageado;

Senhora Cristina Maria da Silveira Piazza, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento de Santa Catarina;

Arquiteto Roberto Rita, presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - Asbea/Santa Catarina;

Arquiteto Maurício da Cunha Carneiro, que neste ato representa a Associação Sul Catarinense de Engenheiros e Arquitetos, entidade da qual fui presidente três vezes e que me ensinou bastante;

Arquiteto Luiz Henrique Boabaid Reis, presidente do Sindicato dos Arquitetos de Santa Catarina;

Arquiteto Miguel Pereira, nosso grande mestre e professor.

Eu queria também chamar à mesa o arquiteto Fernando Carneiro, um dos nossos homenageados, um dos primeiros arquitetos registrados no Crea de Santa Catarina, um arquiteto que me serviu muito de referência como profissional, sob todos os aspectos, e como grande ser humano que é também.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores presentes a esta sessão solene.

Esta sessão foi convocada por solicitação deste deputado, com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao Dia do Arquiteto e ao Centenário de Nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer.

Eu, como um arquiteto urbanista, entendo que é importante prestarmos esta homenagem a uma categoria que tem contribuído extremamente para o desenvolvimento de Santa Catarina e merece nossas homenagens.

Convidamos todos, para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Agradeço a presença de Thomaz Londero Moojen, presidente da Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Rio Tubarão.

Agradeço também a presença de Carlos Alberto Xavier, primeiro vice-presidente do Crea de Santa Catarina e presidente da Associação Catarinense de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Gostaria de justificar as ausências dos deputados Jandir Bellini; do secretário de estado do Planejamento, arquiteto Altair Guidi; do deputado federal João Pizzolatti e do deputado estadual Clésio Salvaro.

Neste momento, faço uso da palavra como autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

"Ontem, dia 11, comemoramos o Dia do Arquiteto e também do engenheiro. No próximo dia 15, comemoraremos os 100 anos do grande arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. Como arquiteto e urbanista, não poderia deixar de propor que esta Casa promovesse uma sessão solene a estes tão importantes profissionais.

Quero relatar um pouco sobre a história da nossa profissão. A palavra arquiteto vem do grego *architekton*, que significa chefe, operário ou mestre da edificação, numa alusão passada em que o arquiteto era o comandante da obra. O Código de Hamurabi, rei da Babilônia em 2083 a.C, previa nos seus arts. 229 e 230 penas para os crimes do exercício profissional do arquiteto, quando dizia: 'Se um arquiteto constrói para alguém e não faz solidamente e a casa que ele construiu cai e fere de morte o proprietário, este arquiteto deve ser morto; se fere de morte o filho do proprietário, deverá ser morto o filho do arquiteto'.

Vejam a responsabilidade!

No ano 25 d.C, o arquiteto romano Marcus Lucius Vitruvius Pollio escreveu dez livros sobre teorias e técnicas de arquitetura e urbanismo. Seu livro *De Architectura* só foi resgatado no século XV, na época do Renascimento. São escritos famosos, importantes e atuais. Vitruvius diz que o arquiteto deve aliar a prática com a teoria, ter conhecimento de arte, cultura, desenho, geometria, história, filosofia, música, medicina, direito, astronomia e técnica da construção.

As pirâmides do Egito, o Museu do Louvre e o Coliseu Romano retratam a importância do arquiteto e da arquitetura na história da humanidade. Hoje, o arquiteto humaniza, colocando sentimento, beleza e sentido de eternidade nas edificações.

No dia 11 de dezembro é comemorado o Dia do Arquiteto em alusão ao Decreto Federal n. 23.569, 'que regula as profissões de arquiteto, de engenheiro e de agrimensor', assinado neste mesmo dia em 1993. Também em dezembro comemoramos o aniversário do maior arquiteto brasileiro, Oscar Niemeyer, que completa seu centenário no próximo dia 15."

Estamos num processo de criação do Conselho de Engenharia e Arquitetura e estamos torcendo que o presidente sancione. Ele diz que o fará no dia 15. Isso nos remete a fazer uma proposta ousada, que seria ter um projeto de lei, com a concordância de todos, que trocasse o dia do arquiteto do dia 11 para o dia 15, para que o engenheiro continuasse a ter o seu dia, assim como o arquiteto, cada um com suas exclusividades, especificidades e qualidades que as profissões merecem.

(Continua lendo.)

"Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro em 1907. Formou-se engenheiro arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1934. Iniciou sua vida profissional no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão. Em 1940, conheceu o prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, que o convidou a projetar o conjunto da Pampulha. Em 1954, viajou pela primeira vez à Europa e participou do projeto de reconstrução de Berlim. Em 1955, assumiu a chefia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap, encarregada da construção de Brasília. Organizou o concurso para escolha do Plano Piloto de Brasília, participando da comissão julgadora. Entre 1957 e 1958, projetou o Palácio da Alvorada, em Brasília, e os principais prédios da nova capital. Após o Golpe Militar de 1964, trabalhou no exterior projetando edifícios para a África, a França e outros países.

O fato é que este grande arquiteto projetou o nome do Brasil para o mundo através 'da forma criadora que o concreto armado sugere', como ele mesmo afirma.

Saudamos também o homem e militante. Niemeyer foi militante comunista. Amigo pessoal de Luiz Carlos Prestes, foi sua lealdade que deu a estrutura a Prestes nos momentos bons e nas horas incertas, no exílio e nas prisões. Saudamos o homem coerente que em toda sua vida não transigiu nos princípios nos quais acreditava.

Quero ressaltar também a grande conquista que estamos prestes a presenciar. Será sancionado, como já falei antes, no dia 15, pelo presidente Lula, o projeto de lei que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo e cria os respectivos Conselhos Federal e Regionais.

Atualmente, os arquitetos participam de um conselho com mais de 300 modalidades profissionais. O CAU - Conselho de Arquitetura e Humanismo - será exclusivamente voltado aos interesses de arquitetos, urbanistas e paisagistas. O novo órgão cuidará de todas as questões que envolvem a profissão, desde a formação, registro e fiscalização, até a conduta ética, responsabilidades, atribuições e atuação diante do poder público. Um pleito que tem mais de 50 anos e é reivindicado pelas cinco entidades de representação nacional: Asbea (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura); IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil); FNA (Federação Nacional dos Arquitetos); Abea (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo); e Abap (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas), entre outras.

O mundo inteiro está preocupado com as cidades. O arquiteto tem uma tarefa primordial: estudar a forma de tornar as cidades humanas, habitáveis e não apenas um aglomerado de prédios."

Foi assim que participamos de uma luta, que durou mais de 20 anos, juntamente com entidades dos movimentos sociais, para a conquista do Estatuto das Cidades, que preconiza o planejamento urbano de forma participativa e democrática, uma grande conquista da democracia brasileira.

(Continua lendo.)

"Já tivemos participação importante na Conferência da ONU sobre as cidades e na conquista mais recente, que é o ministério das Cidades no Brasil.

Encerro, fazendo menção a uma lição do grande mestre Niemeyer. Diz ele: '[...] Estou convencido que um arquiteto não se deve limitar à aprendizagem de seu *métier*. Deve ter uma cultura geral, ler os clássicos, os escritores contemporâneos, para melhor compreender seu ambiente cultural. [...] Eu sempre pensei que um arquiteto de talento deve saber desenhar e escrever. Ele não poderá fazer nada de grande ou de belo se não possuir essas duas qualidades. A terceira é a imagem; logo, a negação de regras'."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Antes de passar a palavra para o arquiteto Miguel Alves Pereira, nosso professor e grande arquiteto, quero agradecer ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia, por ter-me permitido conduzir esta sessão em seu nome.

Passo a palavra para o arquiteto Miguel Pereira.

O SR. MIGUEL ALVES PEREIRA - Quero dirigir-me a todos os presentes, arquitetos e arquitetas, engenheiros e engenheiras, e às autoridades da Casa.

Devo dizer que o plenário, apesar de belo, formula um desafio que os arquitetos nem sempre estão dispostos a responder, que é a oratória. O nosso *métier* é o desenho, mas como sou também admirador de Oscar Niemeyer, acho que devemos saber falar e escrever para que a idéia de participação da arquitetura brasileira no desenvolvimento do nosso país também tenha um sentido de nação.

De modo que, pela forma do plenário, eu estava pensando: será que o Pedro Paulo já sabia como é que o Oscar havia concebido o Senado Federal? Depois eu percebi que não porque esse projeto é de 1956, é do mesmo tempo e é muito bonito.

Mas, vejam bem, eu me lembro, com todas as minhas leituras e conhecimento do mundo, que um lugar como esse nos compromete tanto. E, além da experiência dos parlamentares desta Casa e deste estado, eu não posso deixar de me lembrar da Grécia antiga, onde nós temos exemplos de oradores extraordinários, como Sócrates, ou de Roma, onde se começou a falar sobre a democracia. O pensamento grego é eivado dessa imagem, dessa realidade, como a primeira grande e brilhante experiência da democracia.

Não posso deixar, então, de fazer a minha referência, a minha homenagem aos parlamentares que aqui vivem preocupados com a vida do povo, pensando com o povo e não pelo povo. Que enorme responsabilidade nós temos, eu e Pedro Paulo, hoje, nesta Casa, de dizer palavras que possam representar o Dia do Arquiteto do Brasil!

Não querendo ser o Arquiteto do Universo, pois nós somos muito simples, singelos mesmo, como costuma dizer o velho mestre Oscar Niemeyer, nós queremos estar à altura do significado desta solenidade e por isso resolvi, presidente da mesa, fazer duas homenagens para começar a minha fala. Uma é ao Marcus Lucius Vitruvius Pollio, o grande mestre da Antiguidade. E a citação que eu iria fazer, o ilustre deputado já fez, mas eu chamo a atenção para a sua importância porque o aspecto interdisciplinar da visão de mundo que Vitruvius coloca é a mesma que essa profissão, a Arquitetura, adota ainda hoje como uma das últimas profissões urbanistas.

Eu repito porque não sei se a memória de vocês reteve a citação relativa a Vitruvius. A citação é a mesma e aqui eu repito:

"O arquiteto, deixe-o ser educado, hábil com o lápis, instruído em geometria, saber muita história, seguir os filósofos com atenção, entender de música, ter algum conhecimento de medicina, conhecer as opiniões dos juristas e estar feito à astronomia e às teorias do firmamento."

Se traduzirmos para o mundo de hoje, sabemos perfeitamente que quando ele fala em medicina é o famoso problema do saneamento básico, de onde colocar as coisas e qual o compromisso dessa implantação com a resposta da natureza.

A outra homenagem que eu quero fazer, e agora eu simplesmente cito, é ao velho mestre Oscar Niemeyer, que, afinal, se aproxima, dentro de algumas horas, da esperada ruptura da barreira centenária, mas não completa, porque penso que o velho Oscar ainda vai incomodar o século XXI por alguns anos.

A disposição dele em trabalhar todos os dias, de dar essa quantidade enorme de entrevistas para os jornais e televisões, diz respeito à sua energia. E, para nossa felicidade, a Arquitetura brasileira terá ainda alguns anos de sua companhia.

Oxalá, também em homenagem a ele, ocorra a sanção presidencial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, cujo projeto de lei nós vimos aprovar. Eu estive em Brasília, na última semana, e vi, angustiadamente, a votação no Senado Federal e a declaração do presidente do Senado de que agora iria à sanção presidencial. Naquele dia, até a meia-noite ainda não havia caído a ficha. Somente no outro dia é que começamos a dimensionar exatamente o que estava acontecendo, principalmente para mim e o meu companheiro, contemporâneo de faculdade de Arquitetura - eu terminei o curso de Arquitetura em 1957 -, pois estou nessa luta desde 1958. São 49 anos de angústia.

O projeto que foi aprovado é o quarto, e espero que seja o último, que possa definir a nossa maioridade. Eu não diria a nossa alforria, porque nós não estamos litigando essa separação dos nossos companheiros e amigos engenheiros. O sistema não tem nada a ver com o conteúdo e o significado humano dessas profissões. Sempre fomos amigos, companheiros, parceiros e vamos continuar sendo. Sabemos muito da importância da participação da Engenharia brasileira na Arquitetura que se fez conhecida no Brasil e no mundo.

Por isso eu procurei, como não vou trabalhar com imagens, fazer uma fala que pudesse tocar em alguns pontos importantes das profissões no mundo de hoje, no sentido de saber como responder a esse desafio: o que será das profissões numa sociedade pós-industrial? Tudo se transforma num movimento tão veloz e vertiginoso, que às vezes chegamos a admitir que o futuro é ontem; a velocidade das coisas, o avanço das tecnologias. E a nossa profissão? O velho Lúcio sempre dizia: "Olha, a Arquitetura é uma coisa muito séria. Tudo o que nós fazemos tem que durar pelo menos 100 anos." Muitas pessoas têm tentado contrariar, mas com Oscar Niemeyer fazendo 100 anos eu passei a acreditar que ele sempre foi muito sério, fazendo uma arquitetura extraordinariamente séria para o Brasil e para o mundo.

Mas a nossa profissão e a dos engenheiros também é uma profissão que se alimenta do conhecimento universitário e, como tal, eu elenquei aqui sete itens que eu acho que com eles podemos começar a pensar o futuro das nossas profissões.

O item um é a competência fundada em conhecimento teórico. É fundamental o corpo teórico de uma profissão e essa alimentação acontece na vida universitária. Daí o fato de termos que nos preocupar também com a universidade brasileira.

O item dois é a infra-estrutura de treinamento e educação. São as faculdades de Arquitetura e Urbanismo, pois já são mais de 210 escolas de Arquitetura.

Em 1973, quando fundamos a Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, fizemo-lo porque nos preocupávamos com a massificação do ensino da Arquitetura. E naquela época eram 26 escolas de Arquitetura tão-somente. Mas as escolas de Arquitetura, públicas ou privadas, são necessárias. E as respostas mais adequadas ao projeto de país do qual lhes falei dependerá do carinho, da abnegação com que possamos ver e ajudar as nossas escolas, fiscalizá-las, exigir delas a qualidade do ensino necessária à formação do arquiteto.

O item três eu chamei de mecanismo de teste de competência profissional. Ora, nós sabemos que até o talento fenece depois de cinco anos se não for realimentado. Então, é preciso que tenhamos não de alimentar um instinto de fiscalização ou perseguição aos nossos colegas, mas simplesmente lhes oferecer a oportunidade do teste, a fim de que o conhecimento se refaça e renasça.

O exemplo que nós temos no Brasil é a OAB rigorosa, incontinênti, que tem, sim, desenvolvido essa sua preocupação profissional no sentido de hoje já ser aquela grande entidade, aquela instituição que opina e quase que decide junto ao ministério da Educação se uma determinada escola ou se várias escolas podem ou não ser autorizadas a ter o seu início na vida universitária brasileira. Isso é muito importante. Nós não temos que achar que o diploma é o documento maior, que nos credencia à competência da prática profissional. A relação com a prática profissional é muito maior do que as nossas deficiências, que as deficiências das nossas escolas e sabemos que essas deficiências campeiam em muitas das escolas brasileiras.

O item quatro eu chamei de organização representativa. Uma profissão precisa ser organizada e representada. E os arquitetos têm a felicidade de ter cinco, e agora a sexta, instituições que cuidam da sua organização e do seu futuro. A mais antiga é o Instituto de Arquitetos do Brasil, fundado no dia 26 de janeiro de 1921, no Rio de Janeiro, numa das salas da Escola Nacional de Belas Artes. A segunda foi a Abea - Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura -, fundada no dia 23 de novembro de 1973, em Brasília. Eu me lembro muito bem desse evento porque eu era presidente nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil e diretor da Escola de Arquitetura da Universidade de Brasília e o promotor do encontro de todas as 26 escolas estava em Brasília para que pudéssemos pensar numa organização que tratasse do problema da massificação do ensino da Arquitetura no Brasil. E logramos este êxito: o primeiro presidente da Abea foi o ilustre professor Nestor Goulart Reis Filho, referência que eu faço com muito orgulho, porque o indiquei para que fosse o primeiro presidente, e ele desempenhou o seu papel de forma brilhante.

O item quinto desse meu elenco eu chamei de regulamentação. A regulamentação é o registro de todos os compromissos de uma profissão para a sua prática profissional.

O ilustre deputado fez referências também a esse tema, falou sobre o Decreto-Lei n. 23.569, de 1933, da época de Getúlio Vargas, do Estado Novo. E dizia sobre esse fato o saudoso Vilanova Artigas que a sugestão de Getúlio Vargas colocou essas três profissões numa espécie de concubinato que não ajudou nem a Arquitetura nem a Engenharia nem a Agronomia. E o velho Vilanova Artigas, junto com Eduardo Lins de Melo, foi o grande pioneiro dessa luta iniciada em São Paulo pela criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em 1958.

Depois nós conseguimos um estágio intermediário, que é a atual Lei n. 5.194, pois através de um acordo com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nós havíamos tirado do Congresso Nacional aquele primeiro projeto, entramos com o segundo e o segundo não pegou. E o Confea, em 1959, convocou, por essa nossa atitude magnânima de retirar o projeto do Congresso Nacional para trocar idéias, um congresso de âmbito nacional, no Rio de Janeiro, para discutir esse tema. E foi aí que houve o entendimento. Entendimento que depois aconteceu num resultado sem rumo ou num rumo não desejado, porque o que nós queríamos com a Lei n. 5.194 era a paridade nos Conselhos Regionais e Federal das três profissões, porque eram somente três profissões. Hoje, são mais de 70 e são mais de 310 referências profissionais, títulos profissionais.

Então, a Lei n. 5.194 para mim é uma decepção total. Mas que bom que surgiu o quarto projeto de lei, que bom que o Senado Federal aprovou esse projeto de lei e que bom que o governo brasileiro terá que sancionar essa lei, porque há um valor tão importante quanto a profissão da Arquitetura, que é o centenário do maior arquiteto brasileiro de todos os tempos e um dos maiores arquitetos do mundo, reconhecido em todo o mundo, que é o Oscar Niemeyer.

O Instituto de Arquitetos do Brasil também tratou de criar a Federação Nacional de Arquitetos. Por quê? Porque o Instituto de Arquitetos foi, é e continuará sendo uma entidade cultural, preocupada com esses valores, ou seja, essa relação, esse compromisso com o país em termos de acervo cultural brasileiro.

A Abap, Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, foi fundada por Rosa Kliass, ilustre paisagista. Ela queria que a Abap fosse um departamento do Instituto de Arquitetos; queria ser afilhada, filha do Instituto de Arquitetos. O Instituto de Arquitetos não quis. Eu me lembro perfeitamente disso. Então, a Abap nasceu fora do Instituto de Arquitetos.

A última a nascer foi a Asbea, que organiza os escritórios de Arquitetura. É uma organização de pleno sucesso, muito presente na vida do país e da profissão.

E o último, mas não o último dos moicanos, é o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. E nós ainda vamos fazer uma festa para celebrar a maioridade da profissão do arquiteto no Brasil.

O item sete eu chamei de estrutura ética. O ilustre deputado também fez referência à ética e eu diria que o desafio ético é toda essa carga de responsabilidade que aqueles que praticam uma determinada profissão têm com a própria profissão e com aqueles que usam e solicitam a profissão.

Então, penso que a lei que será sancionada precisará de compromissos complementares e fundamentais. O primeiro, terá que ser a adoção, sem limites, do Código Civil Brasileiro; o segundo, a adoção, sem limites, do Código de Defesa do Consumidor, daqueles que consomem a Arquitetura; o terceiro, terá que ser um código de responsabilidade técnica que, à luz dos outros códigos ou das outras leis, terá de ser aceito e respeitado. Isso é, fez, errou, vai para a cadeia. Nós temos que assumir essa responsabilidade.

E a última dimensão, a sétima, eu chamei de educação permanente. Ora, eu já falava no início que até o talento fenece. Então, as entidades profissionais e as escolas de Arquitetura precisarão pensar na reciclagem, na realimentação do conhecimento profissional, a fim de que a profissão não feneça e estejamos sempre a par de que o Brasil precisa de nós. E nós, como profissionais, possamos também nos repensar para responder àquela pergunta que está, hoje, mais do que nunca na ordem do dia: o que acontecerá com as profissões numa sociedade pós-industrial?

Concluindo, gostaria que o plenário pudesse entender a minha angústia e a minha preocupação, porque se essas são as dimensões do nosso instrumento de análise, do nosso instrumento de pensamento da profissão, nós teremos que nos preocupar com a maneira com que vemos o mundo de hoje. Qual é a nossa competência para entender o mundo de hoje e o que realmente está acontecendo?

Olhem, há um intelectual que todos conhecem, aquele que escreveu um livro famoso, lindo e brilhante: *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar,* o Marshall Berman, um ilustre intelectual americano que gosta muito do Brasil e já veio muitas vezes ao nosso país. E ele resolveu nos ajudar e dizer: olha, é preciso preocupar-se com a modernidade. A modernidade é de ontem, de hoje e do futuro. Cabe a nós projetar a modernidade do futuro. Mas é preciso entender o que acontece hoje. Então, ele disse:

(Passa a ler.)

"Ser moderno [...] é experimentar a existência pessoal e social como um torvelinho, ver o mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambigüidade e contradição. É ser parte de um universo em que tudo que é sólido desmancha no ar.

Ser modernista é sentir-se de alguma forma em casa, em meio a um redemoinho, fazer ser o ritmo dele, movimentar-se entre as suas correntes em busca de novas formas de realidade, beleza, liberdade, justiça, permitidas pelo seu fluxo ardoroso e arriscado."

Mas Marshall Berman adverte:

"[...] Mas ao mesmo tempo" - esse redemoinho que eu prefiro chamar de furacão - "ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos."

Ou nós tomamos as rédeas dessa modernidade ou vamos sucumbir até para acompanhar o desastre ecológico que nos ameaça: o aquecimento do mundo.

Tenho uma série de outras referências. Vou-me aproximando do final porque quero ouvir o meu amigo Pedro Paulo Saraiva, que vai falar sobre Oscar Niemeyer, vai falar sobre a Arquitetura brasileira. O Oscar Niemeyer é a Arquitetura brasileira e o Pedro Paulo Saraiva é uma parte dessa Arquitetura brasileira.

Diríamos, no início da nossa conclusão, que nós teríamos que pensar na Arquitetura como uma profissão que se preocupa com uma produção cultural e que foi essa produção de caráter cultural que ajudou o Brasil a encontrar a sua identidade nacional, o seu desenho, a sua modernidade, o orgulho do governo brasileiro, do Itamaraty, principalmente, em trabalhar a sua diplomacia externa usando - e quantas vezes sou testemunha disso - a Arquitetura brasileira. Não era só o Carnaval; era a Arquitetura também e o Samba. Mas a Arquitetura estava nessa preocupação do governo brasileiro.

Se nos devemos preocupar com a Arquitetura como uma produção cultural, temos, também, que nos preocupar com a Arquitetura como prestação de serviço. Quando ela é abordada somente como prestação de serviço, ela perde substância, passa a ser uma troca pura e simples de mercado e pode até fenecer. Quando enfrentamos o fenômeno da globalização na sua relação com a Arquitetura, percebemos que essa ânsia de destruir regulamentações, de destruir as fronteiras para construir uma única comunidade mundial, que também destrói o que somos e o que sabemos, porque destrói a nossa identidade, eu desconfio dela. Eu não acho que essa globalização que está aí seja a necessária. Nós temos que lutar por outra globalização, que permita que nós não violentemos o desenho geográfico das nossas nações, mas que a independência e a soberania delas possam ser o sinônimo, o conteúdo, o significado de um grande abraço global da democracia.

A Organização Mundial do Comércio adota esse conceito. A União Internacional de Arquitetos persegue e quer-se defender desse conceito, porque para a Organização Mundial do Comércio não existem a filosofia, a ética profissional e a regulamentação e o problema é pura e simplesmente a troca, apenas abrir as fronteiras para que os arquitetos de todo o mundo possam trabalhar em todo o mundo. Qual será o compromisso cultural de um arquiteto trabalhando numa outra pátria, numa outra nação? Qual será a preocupação com os aspectos culturais, com essa identidade nacional? A União Internacional de Arquitetos defende o respeito dessas culturas. A Organização Mundial do Comércio não está minimamente preocupada com isso.

De modo que eu tinha algumas referências para fazer a Oscar Niemeyer, mas penso que Pedro Paulo Saraiva saberá dizer melhor do que eu. E quero aqui terminar essa minha oração, fazendo uma homenagem especial à Engenharia nacional. Eu quero citar três grandes estrelas do mundo da Engenharia nacional. Primeiro, o Plínio Cantanhede; segundo, o Saturnino de Brito e terceiro, o Israel Pinheiro, o construtor de Brasília. Por que a minha afeição a essas três estrelas? Porque eles estavam presentes no congresso convocado pelo Confea, em 1959, no Rio de Janeiro, e deram-nos pleno apoio no nosso pleito de solicitar, afinal, a paridade nos Conselhos Regionais e no Conselho Federal. Esse princípio foi aceito, colocado no projeto de lei, foi ao Congresso Nacional, mas sucumbiu nos corredores de lá e nós ficamos a ver navios.

De modo que parabéns aos arquitetos brasileiros e aos arquitetos deste estado, aos engenheiros e às engenheiras, a todos nós, que temos uma profissão que pode ser celebrada e que temos o símbolo maior, que é aquela figura extraordinária do maior arquiteto brasileiro de todos os tempos e um dos maiores do mundo, Oscar Niemeyer.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Só para esclarecer melhor, gostaria de dizer que o nosso público é formado, na sua maioria, de arquitetos e engenheiros que conhecem com profundidade o arquiteto Miguel Alves Pereira. E para ficar mais didático aos telespectadores que nos acompanham pela TVAL em todo o estado de Santa Catarina, vou falar um pouco sobre ele.

Miguel Alves Pereira formou-se em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1957. Fez vários cursos de doutorado, de Ph.D., nos Estados Unidos, na Inglaterra. Ele já nos representou nas mais diversas nossas organizações de arquitetos, até na União Internacional de Arquitetos, da qual já foi vice-presidente. Ele tem vários prêmios e títulos honoríficos no México, no Peru, na Argentina, na Rússia, no Brasil e na Inglaterra. Já foi presidente nacional do IAB, em duas ocasiões; diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; membro da comissão Teotônio Villela de Direitos Humanos; membro da comissão Nacional de Autódromos da Confederação Brasileira de Automobilismo, e membro do Conselho Administrativo da Fundação Bienal de São Paulo.

Tem experiência profissional em diversos escritórios, além da experiência de educador e professor. Entre os seus principais projetos temos a Biblioteca Central da Universidade de Brasília, uma obra de 15.000m², que tem 650 mil livros disponíveis para a sociedade, e a Refinaria Alberto Pasqualini, com 140.000m², em Canoas, no Rio Grande do Sul.

Como já falei, foi diretor da Universidade de Arquitetura e Urbanismo de Brasília, mas também foi professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade de Arquitetura de São Paulo, além de coordenador da comissão de Formação Profissional da União Internacional de Arquitetos e da comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo no ministério de Educação e Cultura, entre outros. Também possui vários livros publicados.

Esse é um breve currículo do nosso homenageado, professor Miguel Alves Pereira.

Queremos também dizer que todos os presentes são lideranças, arquitetos, engenheiros, pessoas conhecidas. Mas gostaria de citar aqui algumas delas, como o sr. Roberto Simon, ex-conselheiro do Confea e da União Internacional de Arquitetos; o sr. Emerson da Silva, ex-presidente do IAB; o sr. João Edmundo Bom Neto, ex-presidente do IAB, Santa Catarina; o sr. André Schmitt, ex-presidente do IAB/Santa Catarina; o sr. Sérgio Oliva, coordenador da Câmara de Arquitetura do Crea; sra. Ana Maria Pokora, conselheira do Crea; o professor Nelson Saraiva da Silva, ex-conselheiro do Crea e professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

O professor Nelson, inclusive, outro dia ajudou-nos num debate sobre o Plano de Gerenciamento Costeiro que realizamos aqui na Assembléia. Vamos precisar da ajuda dele mais vezes.

Vejo aqui presente também o engenheiro Olavo Arantes, conselheiro do Conselho Brasileiro da Construção Sustentável e diretor de Meio Ambiente do Sinduscon.

Na seqüência, convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Convido o sr. deputado Décio Góes para fazer a entrega de placa, em nome deste Parlamento, ao arquiteto Oscar Niemeyer, arquiteto do mundo, exemplo de vida que engrandece o Brasil, pela passagem do centenário de seu nascimento e pela passagem do Dia do Arquiteto.

Convido para receber a homenagem, em nome de Oscar Niemeyer, o arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Décio Góes para fazer a entrega de placa ao arquiteto que projetou, inclusive, o prédio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Pedro Paulo de Melo Saraiva.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Décio Góes para fazer a entrega de placa ao arquiteto Miguel Alves Pereira.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Décio Góes para fazer a entrega de placa, em nome deste Poder, ao arquiteto Fernando Carneiro.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O sr. deputado Décio Góes agora fará a entrega de placa ao sr. Raul Zucatto, neste ato representando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Mais uma homenagem será prestada pelo deputado Décio Góes e convido para recebê-la a sra. Cristina Maria da Silveira Piazza, neste ato representando o Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O sr. deputado Décio Góes presta uma nova homenagem e convido para recebê-la o sr. Luiz Henrique Boabaid dos Reis, neste ato representando o Sindicato de Arquitetos de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Décio Góes para fazer a entrega de placa ao sr. Maurício Carneiro, neste ato representando a Associação Sul Catarinense de Engenheiros e Arquitetos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O sr. deputado Décio Góes presta uma nova homenagem e convido para recebê-la o sr. Roberto Rita, presidente, neste ato representando a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Essas placas homenageiam as entidades num momento tão importante para a Arquitetura brasileira em função da nossa conquista do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Todos os homenageados participaram ativamente do resultado de uma luta de 50 anos.

Fará uso da palavra, a seguir, o arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, que é natural de Florianópolis, Santa Catarina, e que se graduou em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie, em 1955.

Das principais atividades exercidas, citamos as seguintes:

Presidente do IAB/SP - 1970/1971;

Instrutor de Ensino na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), por indicação de Vilanova Artigas - 1962/1975;

Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB) - 1968/1969;

Professor do Departamento de Projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie desde 1992;

Professor do Departamento de Projetos da Escola Cidade - TFG -, desde 2006.

Dentre os principais trabalhos realizados, podemos citar:

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Florianópolis/SC - 1957/1964;

Estádio Municipal de Santo André/SP - 1958/1966;

Edifício 5ª Avenida - São Paulo/SP - 1959;

Edifício Sede da Confederação Nacional de Indústria (CNI, Sesi e Senai) Brasília/DF - 1962;

Sede do Clube XV - Santos/SP - 1963;

Sede Social do Esporte Clube Sírio - São Paulo/SP - 1966;

Palácio da Justiça do Estado de Santa Catarina - Florianópolis - 1968.

Participou do Concurso Internacional para o Museu Georges Pompidou Paris/França - 1971;

Nova Ligação Continente-Ilha de Santa Catarina (Ponte Colombo Machado Salles) Florianópolis/SC - 1970/1973;

Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf) - Brasília/DF - 1973;

Edifício Acal - São Paulo/SP - 1974;

Edifício Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) - Taboão da Serra/SP - 1975;

Requalificação do Mercado Municipal Central Paulistano - São Paulo/SP - 2002/2004;

Edifício Sede do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) - Brasília/DF - 2006/2007 (em desenvolvimento).

Foi classificado para vários concursos, como esses já citados.

Também ganhou várias premiações, dentre elas cito:

Troféu Barriga-Verde - Prêmio de reconhecimento aos catarinenses que se distinguiram e dignificaram o seu estado além-fronteiras - Destaque em Arquitetura;

Diploma de reconhecimento do IAB - DF pela importante atuação no processo de implantação e consolidação da capital, por ocasião do evento Memória do Arquiteto de Brasília;

Colar de Ouro do IAB - comenda máxima do Instituto de Arquitetos do Brasil pela trajetória ética, profissional e política na profissão, por ocasião da 5ª Bienal Internacional de Arquitetura - São Paulo - 2003;

Premiação do IAB - 2004 - Requalificação do Mercado Municipal Paulistano;

Homenagem ao Arquiteto por ocasião do III Seminário Docomomo do Estado de São Paulo;

Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade - 2005.

Essas são algumas das premiações e das atividades do nosso grande arquiteto Pedro Paulo Saraiva, que agora tem a palavra.

O SR. PEDRO PAULO DE MELO SARAIVA - Boa-noite, sr. presidente, deputado Décio Góes, meus senhores e minhas senhoras, primeiramente, quero fazer uma retificação porque fui citado co-predecessor de uma obra do Oscar. Como foi exatamente o inverso, vou precisar relatar uma pequena história do Legislativo catarinense.

Como todos sabem, a sede do Poder Legislativo que eu freqüentei na minha infância ficava na praça Pereira Oliveira e tinha como vizinho o Palácio da Justiça e a Igreja do Rosário. Houve um incêndio e a Assembléia se transferiu para a rua Nereu Ramos, onde antigamente ficava o Corpo de Bombeiros, junto ao quartel da Praça Getúlio Vargas. Na ocasião, o presidente era o deputado Rui Hülse, que promoveu um concurso que eu, Paulo Mendes da Rocha e Alfredo Paesani ganhamos. Foi feito o projeto e na véspera de colocar em concorrência, o governador Celso Ramos me chamou e disse: "Olha, gosto muito do teu projeto, mas o terreno é muito pequeno". De fato, o terreno tinha 23mX40m. E continuou: "Procure um terreno, escolha o que você quiser, que o Annes Gualberto, que é o meu secretário, vai assessorá-lo". E isso foi feito!

Mas antes de fazer o contrato, o deputado Ivo Silveira, então presidente do Legislativo, assumiu para ele a obra e disse para o governador: "Não é correto o governador, chefe do Poder Executivo, fazer o projeto e, sim, nós, do Legislativo". E assim foi feito! O então deputado Ivo Silveira realizou o projeto. Como mais tarde foi eleito governador, realizou a obra. Sucedeu-lhe Colombo Salles, que executou a obra do Palácio da Justiça, cujo projeto ele, Ivo Silveira, durante o período em que fora governador, mandara executar.

O secretário Annes Gualberto foi também uma pessoa importante, assim como o Olavo Arantes, que construiu o edifício. Quero também deixar registrados ainda o incentivo e a ajuda de dois ex-deputados, assessores de Ivo Silveira, Armando Calil Bulos e Zany Gonzaga.

Essa é uma breve história do que aconteceu naquele período. E, evidentemente, a influência do Oscar está presente em alguns detalhes dessa obra e muito me orgulho de ser e de me considerar discípulo dele.

Bom, falando de Oscar Niemeyer, gostaria, em primeiro lugar, de localizá-lo na cidade. Ele fez o primeiro projeto de uma biblioteca que ia da praça XV até a rua Deodoro, do lado do Palácio Cruz e Sousa, projeto que não foi realizado. Quem o convidou para fazer esse projeto foi um secretário, Armando Simone Pereira, mas o projeto não progrediu, não foi executado.

Na mesma época, em seguida, Oscar Niemeyer foi convidado por Aderbal Ramos da Silva para fazer um hotel em Jurerê; esse projeto, muito bonito, nunca foi publicado, não tenho o registro dele. E há mais um projeto aqui, que tem sido estudado, inclusive, pela Cristina, que é o projeto do LIC - Lagoa Iate Clube - que é um projeto também de Oscar Niemeyer.

Posto isso, vemos a relação que o estado de Santa Catarina tem com Oscar Niemeyer, pois não são todos os estados do Brasil que têm obras dele. Por exemplo, eu não conheço nenhuma obra dele no Rio Grande do Sul, mas no Paraná há um teatro, um museu e uma série de obras. Londrina tem uma estação rodoviária. São Paulo tem o Parque do Ibirapuera e cinco enormes projetos na cidade.

O Oscar tem uma postura ética e comportamental que raramente é vista num ser humano. Ele considera a Arquitetura um detalhe. A vida é a coisa mais importante e o que ele pretende celebrar cotidianamente.

Conheci Oscar numa circunstância muito interessante: foi quando me inscrevi no concurso de Brasília. Eu tinha 23 anos de idade. Isso foi em 1956, e na presença de Flávio D'Aquino, também um catarinense que trabalhava na Novacap, fui apresentado a Oscar Niemeyer para estabelecer um contato entre um diretor da Novacap com dois jovens arquitetos recém formados.

Depois, com Paulo Mendes da Rocha, fui visitá-lo para aprovar o projeto da CNI, em Brasília. Ele nos recebeu com a seguinte desculpa: "Eu também queria que os ministérios tivessem *brisolei*". Por exemplo, temos o projeto que o terreno tinha 16mX48m e nós colocamos 1,5m de divisa de cada lado. Ele gostou muito, aprovou na hora, não houve problema nenhum.

Depois, quando nós, Miguel, eu e uma série de outros arquitetos, reabrimos a faculdade, tivemos a oportunidade de ter relações com ele freqüentemente, principalmente porque fiz um projeto na praça maior da universidade. E essa é uma questão que está rareando, ou seja, essa consideração pelo autor do projeto. Fui lá, mostrei e ele poderia ter dito: Não, você faz o que quiser; está em boas mãos. Mas disse: "Não, eu queria que você participasse da aprovação e concordasse com os detalhes."

Tivemos aí um convívio muito interessante porque no meio de um dos encontros, chegou um coronel e disse: "Vamos, estão vindo prendê-lo". Ele disse: "Pedro Paulo, desculpe-me, tenho que ir para o Rio". Pegou um carro e foi para o Rio direto. Ele tinha um escritório no ministério do Trabalho, no 1º andar. Estava no 1º andar por causa da escada, para sair rapidinho do prédio. Vivia ameaçado. E a contradição brasileira: ele estava fazendo o forte apache que era o ministério do Exército de Brasília, no mesmo período.

Bom, depois tivemos mais alguns contatos, mas nada tão forte quanto esse como o convívio com relação a um projeto específico.

A obra do Oscar está muito bem documentada num livro de Eduardo Corona, arquiteto gaúcho que está no Rio de Janeiro. Ele trabalhou com Oscar durante três anos e fez esta obra, que acho fantástica: *Oscar Niemeyer - Uma Lição de Arquitetura.* Há um texto do Eduardo Corona e um texto paralelo do Oscar em relação a várias coisas. É um livro muito interessante. O livro foi editado pela editora Furpan, uma fundação ligada à Universidade de São Paulo, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e foi três vezes ameaçado de não sair. E não saía porque o Eduardo Corona teve dois colapsos cardíacos; salvou-se, fez e entregou o livro para o Oscar, mas faleceu no mês seguinte. Não sei se estou dando o quadro correto.

Esse livro mostra com muita clareza a universalidade da obra de Oscar Niemeyer, que tem obras em todos os continentes, mas principalmente na Europa. Ele tem projetos em Portugal, na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, em Alger, no norte da África, em Accra e na República Africana.

Enfim, ele tem uma universalidade inegável. Na Itália, por exemplo, ele fez dois prédios notáveis: o da Editora Mondadori e a Fata Engineering, que é um escritório técnico de Turim. Na França ele fez a sede do Partido Comunista Francês; a sede do jornal L´*Humanité;* a bolsa de Bobigny; um centro cultural que fica no Havre; o conjunto Le Niemeyer, que fica no Fontenay-sous-Bois, e fez também uma cidade - Grassi. Grassi, para quem não sabe, é um vilarejo no Mediterrâneo que fabrica as essências para os perfumes, as flores, enfim.

O arquiteto Oscar Niemeyer não é só um autor de projetos. Houve uma exposição recente, durante a Bienal, chamada Oscar, arquiteto brasileiro e cidadão, que eu acho que define bem o resumo do que é o nosso maior arquiteto.

Darcy Ribeiro uma vez escreveu no Parlatino, em São Paulo, o seguinte texto: "O único arquiteto que passará para a história do século XX chama-se Oscar Niemeyer". É um pouco de exagero porque, como dizem o Miguel e o deputado Décio Góes, em Arquitetura Vitruvius já tinha colocado algumas bases do que foi a obra de Oscar.

Oscar nunca negou a influência que teve de Le Corbusier, mas também apontou, nos seus últimos livros, que algumas coisas que ele viu de Lê Corbusier eram idéias e formas que ele tinha inventado. Era uma forma de devolver a contribuição. Porque também Le Corbusier teve uma fase, digamos assim, racionalista e teve outra, em que ele foi mais na direção do barroco, no qual ele dizia que o Oscar era mestre: "Você sabe fazer o barroco muito bem".

Outro fato que ilustra bem a generosidade do Oscar foi o concurso da ONU. Ele havia ganho o concurso e o arquiteto Wallace Abramovich, que era o chefe da ONU encarregado de fazer o concurso, queria que ele fizesse o projeto. Mas Le Corbusier concorreu com o Projeto n. 23 e ele com o Projeto n. 32. O Oscar não queria fazer porque achava que Le Corbusier é quem deveria executar. No fim, fizeram um projeto que se chama 23/32, que é a fusão dos dois projetos.

Esse é um dado que mostra claramente, vamos dizer assim, o respeito que o discípulo tem pelo mestre e, ao mesmo tempo, o mestre sentindo a força do projeto de Oscar Niemeyer. Ele não hesitou em aceitar a proposta da sociedade e o prédio que nós temos na ONU é uma combinação desses dois projetos.

Bom, para falar de Oscar seria preciso muito mais tempo, mas não vou cansá-los mais. Trouxe esse livro do Eduardo Corona e trouxe, para aqueles que não foram a São Paulo, à Bienal, uma publicação das principais obras de Oscar, principalmente em São Paulo, mas há também em Brasília, e algumas coisas da Editora Mondadori: Bobigny, por exemplo, está aqui, o Havre, a sede do Partido Comunista Francês, a Universidade de Constantini, a sede da Editora Mondadori. Enfim, essa exposição foi muito bonita, feita embaixo da marquise do Parque do Ibirapuera, que eu considero a obra mais interessante que o Oscar tem em São Paulo. Ninguém deixa de viver intensamente, quando vai ao Ibirapuera, ao andar pelas marquises. Os prédios até que são meio secundários, a marquise é o fundamental, cheia de curvas, como ele diz, como as curvas do Universo.

Ele fala sempre das curvas, do universo curvo de Einstein e da curva da minha mulher preferida. Ele sempre fez um apelo às curvas e às mulheres preferidas, nunca à mulher amada, mas à mulher preferida. É uma coisa muito interessante a considerar.

Esse é basicamente o Oscar Niemeyer que eu conheci. Conheci-o também no seu escritório - é um testemunho interessante porque pouca gente sabe.

Quando ele fez o Congresso Nacional, ele já estava no 10º andar do Posto 6, e chamou o Lúcio Costa para ver o Congresso, que deu origem a este plenário. Nos croquis do concurso, o Lúcio Costa já havia feito uma laje, aquele fórum de palmeiras imperiais, a cúpula e um prédio. Uma laje, uma cúpula e um prédio. E o Oscar fez dois prédios, a mesma laje, mas no sentido inverso, colocando um espaço convexo e um côncavo, duas calotas.

O Lúcio Costa chorou quando viu esse projeto! Foi uma das coisas mais interessantes que eu vi ao visitar o escritório do Oscar, porque mostra a interação que havia entre o projeto de um urbanista notável, que é o Lúcio Costa, e o nosso melhor arquiteto.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Agradecemos às autoridades com assento à mesa pela presença e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Quero fazer um agradecimento especial a todos os funcionários da Assembléia Legislativa, às taquígrafas que estão registrando esta sessão histórica, a todos os funcionários que nos acompanharam e que nos ajudaram a organizar este evento, a toda a equipe de comunicação da Casa, à TVAL, enfim, a todos.

Convido todos para participarem, após o encerramento desta sessão solene, do coquetel no piso superior, no Espaço Cultural Jerônimo Coelho.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 252, de 17/12/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, nos termos do artigo 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e c/c o artigo 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor MARCOS GRAFF CESAR, matrícula nº 1729, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer função de Chefia da Seção de Desenvolvimento de Projetos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança (Diretoria Geral).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2362/2007, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 052/2007, referente a aquisição de materiais para manutenção e reparos na ALESC, obteve o seguinte resultado:

Lote Único - Aquisição de materiais para manutenção e reparos na ALESC.

Vencedora: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA-ME

Valor do Último Lance: R$ 78.500,00

Florianópolis, 17 de dezembro de 2007.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 166/2007

REFERENTE: Convênio CL nº 010/2007, de 05/11/2007.

1º PARTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º PARTE: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Departamento Regional em Santa Catarina.

OBJETO: Cooperação entre o SENAC a ALESC no desenvolvimento de atividades referentes ao PROJETO ASSEMBLÉIA EM AÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

PRAZO: 12 (doze) meses.

Florianópolis, 05 de novembro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Rudney Raulino - Diretor Regional - SENAC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 167/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 072/2007, celebrado em 06/12/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Consesc & Nacional Elevadores Ltda - EPP.

OBJETO: Aquisição de serviços de modernização dos elevadores do Palácio Barriga-Verde, MARCA ATLAS/SCHINDLER, compreendendo substituição (elevador n.º 19.760) e reforma (elevadores n.ºs. 19.758 e 19.759), com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada

VALOR GLOBAL: R$ 348.365,00 (Trezentos e quarenta e oito mil trezentos e sessenta e cinco reais).

REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irreajustável.

PRAZO: Prazo para execução total com entrega do objeto, a contar da data da entrega da ordem de serviço, é de:

- 06 (seis) meses para o elevador n.º 19.758
- 07 (sete) meses para o elevador n.º 19.759
- 08 (oito) meses para o elevador n.º 19.760

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 5150 (Recuperação e ampliação do Palácio Barriga-Verde) e do item orçamentário 44.90.51.92 (Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 029/2007; Autorização para Processo Licitatório n.º 0256/2007, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Valério Jorge Gilli - Sócio Gerente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 168/2007

REFERENTE: 3º Termo Aditivo CL n.º 014/2005, ao Contrato celebrado em 10/03/2005.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Proactiva Meio Ambiente Brasil SA

OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 014/2005-00 compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, e 61 *caput* da Lei n.º 8.666/93; Caput da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Régis Jean Daniel Hahn - Diretor Geral

*** X X X ***

EXTRATO Nº 169/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 043/2007, celebrado em 12/11/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: A.S. Manutenção de Ar Condicionado Ltda Epp (Tecnoklima).

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade proceder alterações quantitativas ao Contrato original em decorrência da aquisição e instalação completa de 04 (quatro) novos equipamentos de ar condicionado e de 01 (um) sistema de drenagem.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, b, e § 1º, da Lei n.º 8.666/93; Cláusula Quarta, item 2 do Contrato original; e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Luiz Carlos da Silva - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 170/2007

REFERENTE: 2º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 018/2006-00, celebrado em 01/03/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Walter Francisco da Silva.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 018/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, da Lei n.º 8.666/93; Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Walter Francisco da Silva - Contratado

*** X X X ***

EXTRATO Nº 171/2007

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao contrato CL n.º 040/2007-00, celebrado em 23/08/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: VH Informática Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

2.1.1. Realinhar o cronograma de Desenvolvimento das atividades citadas na Cláusula Quinta e Anexo 1 (um) do Contrato original;

2.2. Valorar os itens e os serviços a serem executados pela Contratada;

2.3. Prorrogar a vigência do Contrato 040/2007-00 pelo período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 1, da Cláusula Oitava do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Valdir Antônio Haubert - Sócio Gerente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 172/2007

REFERENTE: 3º Termo Aditivo ao CL n.º 009/2004-00, ao convênio celebrado em 12/08/2004.

1º CONVENENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º CONVENENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Convênio 009/2004-00 compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - ALESC

Everson Silveira Junior - Representante Legal

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2492, de 17/12/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, para exercer a função de Pregoeira, e o servidor **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 057/2007, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998 e **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, nos termos do Edital de Pregão nº 057/2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2493, de 17/12/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Christian da Silveira	3160	3%	3%	15/11/07	2321
Vilma Cardoso	1119	3%	36%	04/12/07	2427
Leonardo da Silva Luiz	2747	3%	9%	01/12/07	2428
Mauren Odete Pereira dos Santos	2385	3%	9%	08/11/07	2229

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2494, de 17/12/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, ***LICENÇA-PRÊMIO***, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo **Qüinqüênio**		Processo nº
1266	Mário Eduardo Barzan	02.04.01	01.04.06	2191/2007
834	Sidney Pacheco	14.02.00	13.02.05	2213/2007
1025	Epitácio Bittencourt Sobrinho	04.11.01	03.11.06	2237/2007
841	Zamir Scharf	02.08.99	01.08.04	2247/2007
1252	Maria Márcia de Melo Barreto	07.06.02	06.06.07	2272/2007
2700	João Machado Pacheco Neto	03.07.01	02.07.06	2298/2007
979	Flávia Maria de Souza Godim de Oliveira	16.01.98	15.01.03	2322/2007
984	Maria Ângela de Araújo Bortoluzzi	07.03.01	06.03.06	2323/2007
938	Vânio Cardoso Darella	16.01.01	15.01.06	2324/2007
1001	Nelson Henrique Moreira	19.07.00	18.07.05	2325/2007

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2495, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ARISTOCLIDES VIEIRA STADLER,** matrícula nº 0897, por 60 (sessenta) dias, a partir de 22/11/07.

PORTARIA Nº 2496, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SANTOS JUSTINO TOMÉ**, matrícula nº 2185, por 30 (trinta) dias, a partir de 25/11/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2497, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **NEUCY FERREIRA,** matrícula nº 0464, por 30 (trinta) dias, a partir de 30/11/07.

PORTARIA Nº 2498, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SILVIA RIBAS DE MIRANDA GOMES**, matrícula nº 2213, por 15 (quinze) dias, a partir de 05/12/07.

PORTARIA Nº 2499, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **WALDIR ROESNER,** matrícula nº 1925, por 15 (quinze) dias, a partir de 10/12/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2500, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA IVONETE LESSA,** matrícula nº 2794, por 15 (quinze) dias, a partir de 03/12/07.

PORTARIA Nº 2501, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **TANIA M. HILSENDEGER DA SILVA**, matrícula nº 1249, por 20 (vinte) dias, a partir de 04/12/07.

PORTARIA Nº 2502, de 17/12/2007- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **TEREZINHA RODRIGUES GONÇALVES,** matrícula nº 2065, por 30 (trinta) dias, a partir de 06/12/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2503, de 17/12/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde)*

CONCEDER LICENÇA a **MARILEA MARCON CORREA,** matrícula nº 1369, por 60 (sessenta)dias, a partir de 11/12/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2504, de 17/12/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde)*

CONCEDER LICENÇA a **ALEXANDRE ALDO CIPRIANI,** matrícula nº 1552, por 11 (onze)dias, a partir de 08/12/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2007

Convalida as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 139, de 2007.

Art. 1º Ficam convalidados os atos praticados na vigência da Medida Provisória nº 139, de 17 de outubro de 2007, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 11 de dezembro de 2007.

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DE PROJETO DE LEI N. 060/07

Institui o Conselho Estadual de Juventude do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual de Juventude do Estado de Santa Catarina - CONJUVESC, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, de caráter consultivo e deliberativo, com o objetivo precípuo de pesquisar e debater os problemas e as questões de interesse da juventude catarinense, e articular ações governamentais a partir de propostas e avaliações de políticas públicas promotoras do bem-estar, da cidadania, da cultura, da criatividade e da eqüidade de oportunidades juvenis.

Art. 2º Compete ao Conselho Estadual de Juventude - CONJUVESC:

I - buscar apoio de órgãos e de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para construção de espaços que propiciem a geração de emprego e de renda, com o objetivo de promover o desenvolvimento sócioeconômico e cultural do jovem catarinense;

II - coordenar a realização de debates e seminários relativos às principais questões de interesse da juventude, contando, para tanto, com a colaboração das entidades representativas dos estudantes universitários e secundaristas, estaduais e municipais, pastorais da juventude, sindicatos, associações e de outros entes públicos ou privados com atividades afins as do Conselho Estadual de Juventude - CONJUVESC;

III - promover o diálogo e o intercâmbio entre as organizações juvenis estaduais, nacionais e entidades internacionais congêneres;

IV - fomentar estudos, pesquisas e debates relativos à questão da juventude;

V- criar comissões técnicas permanentes e temporárias para a elaboração e acompanhamento de projetos e de representações regionais, visando à interiorização de suas ações;

VI - sugerir à administração estadual ações asseguradoras e ampliadoras do direito da juventude;

VII - auxiliar, monitorar e avaliar o Poder Executivo na promoção e na execução de projetos e programas para a juventude;

VIII - fiscalizar o cumprimento da legislação voltada para a juventude; e

IX - promover ouvidoria para o acolhimento de sugestões e denúncias oriundas da sociedade, dando ciência das mesmas aos órgãos públicos competentes.

Art. 3º O Conselho Estadual de Juventude - CONJUVESC, será composto por onze membros titulares e onze membros suplentes, todos jovens com idade entre dezesseis e vinte e nove anos, nomeados pelo Governador do Estado, conforme indicação das entidades e órgãos assim descritos:

I - um representante e respectivo suplente indicados pela União Catarinense dos Estudantes - UCE;

II - um representante e respectivo suplente indicados pela União Catarinense dos Estudantes Secundaristas - UCES;

III - um representante e respectivo suplente, do Poder Executivo Estadual, indicados pelo Governador do Estado;

IV - um representante e respectivo suplente, do Poder Legislativo Estadual, indicados pela Mesa da Assembléia Legislativa;

V - um representante e respectivo suplente, do Poder Judiciário Estadual, indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

VI - um representante e seu respectivo suplente indicados por organização estadual de trabalhadores rurais;

VII - um representante e seu respectivo suplente indicados pelo Movimento Negro;

VIII - um representante e seu respectivo suplente indicados pelo Movimento de Jovens Empresários;

IX - um representante e seu respectivo suplente indicados pela Federação das Associações de Moradores de Santa Catarina - FAMESC;

X - um representante e seu respectivo suplente indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; e

XI - um representante e respectivo suplente indicados por instituições religiosas.

§1º O mandato dos conselheiros efetivos e dos respectivos suplentes será de dois anos, permitida uma única recondução.

§2º A atividade dos membros do Conselho Estadual de Juventude - CONJUVESC, considerada de relevante interesse público, não será remunerada nem implicará em vínculo com o Poder Público.

§3º O Poder Executivo Estadual providenciará a publicação de edital com o objetivo de divulgar a abertura das vagas para indicação ao Conselho.

Art. 4º O Conselho Estadual de Juventude - CONJUVESC, contará com a seguinte estrutura organizacional:

I - Plenária, composto por todos os Conselheiros; e

II - Diretoria, composta de:

a) Coordenador Geral;

b) Vice-Coordenador; e

c) Secretário.

Parágrafo único. As Sessões Plenárias acontecerão, com freqüência ordinária definida em regimento interno, referendadas pelo processo democrático, através do uso da palavra e do voto direto por maioria simples.

Art. 5º O Conselho Estadual de Juventude - CONJUVESC, no prazo de até noventa dias após a sua instalação, quando der posse à sua diretoria, em Sessão Plenária elaborará seu regimento interno e escolherá os membros das comissões permanentes e temporárias, assim como as demais normas de organização e funcionamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0072.6/2007

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei nº PL/0072.6/2007 a expressão "e dá outras providências".

Sala da Comissão, em

Deputado Cesar Souza Júnior

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 12/12/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 12/12/07

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0072.6/2007

Modifica a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 0072.6/2007:

Art. 1º O art. 1º do Projeto de Lei nº 0072.6/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica vedado servir bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA com acesso direto às rodovias estaduais.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto nesta Lei os estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano."

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 12/12/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 12/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 072/07

Dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica vedado servir bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA com acesso direto às rodovias estaduais.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto nesta Lei os estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos no art. 1º deverão, obrigatoriamente, afixar, em local de ampla visibilidade, avisos indicativos da proibição objeto desta Lei.

Parágrafo único. Os avisos indicativos de que cuida o *caput* deste artigo serão afixados em número mínimo de 2 (dois), sendo um na porta de entrada e outro dentro do estabelecimento, e suas dimensões não poderão ser inferiores a 25 cm (vinte e cinco centímetros) por 35 cm (trinta e cinco centímetros).

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, consideram-se infratores o adquirente da bebida e os estabelecimentos nela abrangidos, nos limites das responsabilidades que lhes são atribuídas.

Art. 4º O descumprimento do estabelecimento acarretará ao infrator, a aplicação de penalidade de multa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), aplicada em dobro nos casos de reincidência.

Parágrafo único. O estabelecimento comercial já reincidente ficará sujeito ao cancelamento da autorização para acesso às estradas estaduais.

Art. 5º O cumprimento do disposto nesta Lei compete a todos os órgãos incumbidos de fiscalização no Estado de Santa Catarina.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei, editando normas complementares necessárias à execução e fiscalização das medidas previstas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0145.6/2007

A Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0145.6/2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Coral Alegria de Cantar, com sede no município de Chapecó."

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coral Alegria de Cantar, com sede no município de Chapecó."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 13/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 145/07

Declara de utilidade pública a Associação Coral Alegria de Cantar, com sede no Município de Chapecó.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coral Alegria de Cantar, com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 165/07

Denomina Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da Rodovia SC-442 que liga os Municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Estadual João de Rochi o trecho da Rodovia SC-442 que liga os Municípios de Morro da Fumaça e Cocal do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 167/07

Institui a Semana da Boa Postura da Coluna Vertebral nas escolas públicas do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana da Boa Postura da Coluna Vertebral nas escolas públicas do Estado.

Parágrafo único. A Semana de que trata o artigo anterior será comemorada anualmente, no mês de abril, coincidente com o Dia Mundial da Saúde.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

Emenda ao Projeto de Lei nº 0196.6/2007

Em cumprimento ao artigo 187 do Regimento Interno, a Deputada subscritora vem apresentar a seguinte emenda que passa a vigorar com o seguinte texto:

"Emenda que altera a caput do Projeto de Lei 0196.6/2007"

"Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de vacinação contra a Hepatite A e B na rede pública de saúde".

"Emenda que altera o artigo 1º do Projeto 0196.6/2007"

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir o programa de vacinas contra a hepatite A e B na rede pública de saúde."

Sala da Comissão, em
Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro/SC

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de emnda que visa tão somente retirar o caráter compulsório da proposição em tela, modificando-a para o cunho autorizativo, permitindo livremente ao Executivo estadual editar todas as normas pertinentes e procedimentos pertinentes para a realização e regulamentação da lei.

Assim, pela emenda supra apresentada corrige-se a lacuna, que conflitava com o seguimento do projeto de lei na Casa Legislativa.

Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB-SC

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 11/12/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 11/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 196/07

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra a Hepatite A e B na rede pública de saúde.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir o Programa de Vacinação contra a Hepatite A e B na rede pública de saúde.

Art. 2º A vacinação será gratuita e obedecerá aos critérios definidos na regulamentação a ser publicada pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a editar todas as normas para a regulamentação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 209.5/2007

O Projeto de Lei nº 0209.5/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Obriga hospitais privados, unidades medicas privadas
de atendimento emergencial e laboratórios privados no Estado de Santa Catarina a disponibilizarem equipamentos adaptados ao atendimento de obesos mórbidos/graves.

Art. 1º Os hospitais privados, as unidades médicas privadas de atendimento emergencial e laboratórios privados em funcionamento no Estado de Santa Catarina ficam obrigados a disponibilizar equipamentos adaptados ao atendimento de obesos mórbidos/graves

Parágrafo único. Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS entende-se por obesidade mórbida/grave um IMC (Índice de Massa Corporal) igual ou acima de quarenta quilogramas por metro quadrado. A obesidade mórbida/grave é considerada uma doença causada por vários fatores geneticamente relacionados, tendo com conseqüência o aumento significativo de doenças clinicas, psicológicas, sociais, física e econômicas.

Art. 2º Os hospitais privados e unidades médicas privadas de atendimento emergencial ficam obrigados a disponibilizar os seguintes equipamentos: rampa de acesso, avental de tamanho especial, de pano ou descartável, próprio para obesos; cadeiras de rodas especiais reforçadas, com mais de setenta centímetros de largura; macas reforçadas para transporte de pacientes obesos, com largura mínima de setenta centímetros e altura máxima de setenta centímetros do chão; laringoscópio especial; material de acesso venoso profundo especial para obesos; portas de banheiros de correr; boxes com pisp antiderrapante e apoios laterais; cadeiras reforçadas, sem braços, num mínimo de dez por cento do total de cadeiras do estabelecimento; esfigmomanômetro especial para obesos e vaso sanitário com reforço e apoio lateral para os braços.

Art 3º Os laboratórios privados que para realização dos exames contam com a presença fisica do paciente, ficam obrigados a disponibilizar os equipamentos referidos no artigo anterior, com exceção da adaptação dos boxes, visto não serem unidades onde os pacientes ficam internados.

Art 4º Esta Lei entra em vigos na data da sua publicação."

Sala das Sessões, em

Deputado Darci de Matos

APROVADO EM 1º TURNO
Em sessão de 11/12/07
APROVADO EM SESSÃO
Em Sessão de 11/12/07

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva Global objetiva adequar a proposição às argumentações constitucionais e técnicas, no que diz respeito às obrigações apenas para os estabelecimentos de natureza privada, pois como podemos constatar, fica assim corrigido o óbice constitucional anotado pela Comissão de Constituição e Justiça, no que se refere a despesas estabelecidas ao Poder Executivo não previstas no orçamento.

Por tais razões, rogo aos nobres Pares pelo acolhimento da presente proposição.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 209/07

Obriga hospitais privados, unidades médicas privadas de atendimento emergencial e laboratórios privados no Estado de Santa Catarina a disponibilizarem equipamentos adaptados ao atendimento de obesos mórbidos/graves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os hospitais privados, as unidades médicas privadas de atendimento emergencial e laboratórios privados em funcionamento no Estado de Santa Catarina ficam obrigados a disponibilizar equipamentos adaptados ao atendimento de obesos mórbidos/graves.

Parágrafo único. Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, entende-se por obesidade mórbida/grave um IMC (Índice de Massa Corporal) igual ou acima de quarenta quilogramas por metro quadrado. A obesidade mórbida/grave é considerada uma doença causada por vários fatores geneticamente relacionados, tendo como conseqüência o aumento significativo de doenças clínicas, psicológicas, sociais, físicas e econômicas.

Art. 2º Os hospitais privados e unidades médicas privadas de atendimento emergencial ficam obrigados a disponibilizar os seguintes equipamentos: rampa de acesso, avental de tamanho especial, de pano ou descartável, próprio para obesos; balança especial; cadeiras de rodas especiais reforçadas, com mais de setenta centímetros de largura; macas reforçadas para transporte de pacientes obesos, com largura mínima de setenta centímetros e altura máxima de setenta centímetros do chão; laringoscópio especial; material de acesso venoso profundo especial para obesos; portas de correr em banheiros; boxes com piso antiderrapante e apoios laterais; cadeiras reforçadas, sem braços, num mínimo de dez por cento do total de cadeiras do estabelecimento; esfigmomanômetro especial para obesos; e vaso sanitário com reforço e apoio lateral para os braços.

Art. 3º Os laboratórios privados que para realização dos exames contam com a presença física do paciente, ficam obrigados a disponibilizar os equipamentos referidos no artigo anterior, com exceção da adaptação dos boxes, visto não serem unidades onde os pacientes ficam internados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 296/07

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Bento do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de São Bento do Sul, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito do imóvel constituído por um terreno com área total de sete mil metros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.671 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul e cadastrado sob o nº 01081 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pelo Município e permitir o desenvolvimento de projetos sociais que abrigarão atividades comunitárias voltadas à população de baixa renda.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA Nº AO PL 299.1/2007

Ficam acrescidos os seguintes parágrafos ao artigo 8º do PL 169.3/2005

Art.8º... .....

§ 1º. O contrato previsto no *caput* deste artigo deverá estabelecer a obrigação da cessionária em oferecer bolsas de estudo aos estudantes dos cursos ministrados no imóvel cedido, sem prejuizo da concessão de outras bolsas, que já estejam sendo ofertadas pela instituição com recursos próprios ou mediante repasse de recursos do Poder Público.

§ 2º O valor e o número de bolsas a serem concedidas mensalmente deve guardar proporção com o custo médio do aluguel do imóvel cedido, apurado segundo levantamento no mercado imobiliário local.

Sala das sessões, em 27 de novembro de 2007.

Deputado Pedro Uczai

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em sessão de 13/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 299/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Cunha Porã.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, pelo prazo de cinco anos, o uso gratuito de cinco salas de aula no período noturno, uma sala para secretaria em período integral, uma sala para biblioteca em período integral e o laboratório de informática no período noturno, localizados no prédio que abriga a Escola de Ensino Básico Patrício João de Oliveira, edificada sobre o imóvel matriculado sob o nº 13.174 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos e cadastrado sob o nº 03336, na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo proporcionar à Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC local destinado à prestação de ensino superior, visando ao fomento do desenvolvimento econômico, educacional e cultural da região.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

§ 1º O contrato previsto no *caput* deste artigo deverá estabelecer a obrigação da concessionária em oferecer bolsas de estudo aos estudantes dos cursos ministrados no imóvel concedido, sem prejuízo da concessão de outras bolsas, que já estejam sendo ofertadas pela instituição com recursos próprios ou mediante repasse de recursos do Poder Público.

§ 2º O valor e o número de bolsas a serem concedidas mensalmente deve guardar proporção com o custo médio do aluguel do imóvel concedido, apurado segundo levantamento no mercado imobiliário local.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 313/07

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Sombrio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter a José Nivaldo de Oliveira e outros o imóvel localizado no Município de Sombrio, onde funcionava a Escola Isolada Elias Barcelos de Oliveira, anteriormente denominada Escola Isolada Morrentinho, constituído por um terreno com quatrocentos e noventa metros quadrados e benfeitoria, matriculado sob o nº 28.303 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio e cadastrado sob o nº 01415 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação, de acordo com o disposto na Lei nº 1.090, de 05 de dezembro de 1972, e deixou de atender a finalidade de sua aquisição, ficando desafetado da destinação originária.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda modificativa nº 01

Artigo único. O artigo 1º do projeto de Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O inciso III do art. 3º da Lei nº 13.728, de 06 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º... .....

.....

III - hipotecar ou alinear, total ou parcialmente, o imóvel, salvo para possibilitar a edificação de complexo esportivo e a realização de obras que aumentem o patrimônio do clube."

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Itajaí está fazendo uma parceria público-privada para construção, reforma e ampliação do Estádio de Futebol do Clube Náutico Marcílio Dias. Não havendo recurso públicos suficientes para tal desiderato, há necessidade da mudança legislativa proposta, visando a atração do capital privado para investir na melhoria da instalação do clube de futebol da cidade de Itajaí.

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 13/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 329/07

Altera dispositivo da Lei nº 13.728, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no Município de Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 3º da Lei nº 13.728, de 06 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

III - hipotecar ou alienar, total ou parcialmente, o imóvel, salvo para possibilitar a edificação de complexo esportivo e a realização de obras que aumentem o patrimônio do clube." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0345.1/2006

Os arts. 1º e 2º do PL/0345.1/2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos no Estado de Santa Catarina, a acontecer, anualmente, de 24 a 30 de novembro.

Art. 2º São instituídos, durante a Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos, os seguintes dias de homenagem:

I - aos músicos evangélicos;

II - aos atores evangélicos;

III - aos escritores evangélicos;

IV - aos movimentos de jovens evangélicos;

V - aos movimentos de senhoras evangélicas;

VI - às mulheres e homens missionários que se dedicam à difusão dos princípios cristãos evangélicos; e

VII - aos grupos de crianças e adolescentes evangélicos."

Sala das Sessões, em

Deputado Narcizo Parisotto

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 04/12/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 04/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 345/06

Institui a Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos no Estado de Santa Catarina, a acontecer anualmente, de 24 a 30 de novembro.

Art. 2º São instituídos, durante a Semana de Celebração da Cultura e dos Movimentos Evangélicos, os seguintes dias de homenagens:

I - aos músicos evangélicos;

II - aos atores evangélicos;

III - aos escritores evangélicos;

IV - aos movimentos de jovens evangélicos;

V - aos movimentos de senhoras evangélicas;

VI - às mulheres e aos homens missionários que se dedicam à difusão dos princípios cristãos evangélicos; e

VII - aos grupos de crianças e adolescentes evangélicos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0377.9/2007

Altera o art. 1º da Lei nº 6.762, de 20 de maio de 1986, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC), alterado pela Lei nº 8.758, de 24 de julho de 1992.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.762, de 20 de maio de 1986, alterado pela Lei nº 8.758, de 24 de julho de 1992, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º É obrigatória, nos hospitais e maternidades do Estado de Santa Catarina, públicos e particulares, contratados em caráter complementar, a realização gratuita de provas para o diagnóstico precoce de Fenilcetonúria (FNC) e do Hipotireoidismo (HC), em todas as crianças nascidas em suas dependências." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 11/12/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 11/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 377/07

Altera o art. 1º da Lei nº 6.762, de 1986, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria (FNC) e do Hipotireoidismo Congênito (HC), alterado pela Lei nº 8.758, de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.762, de 20 de maio de 1986, alterado pela Lei nº 8.758, de 24 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É obrigatória, nos hospitais e maternidades do Estado de Santa Catarina, públicos e particulares, contratados em caráter complementar, a realização gratuita de provas para o diagnóstico precoce de Fenilcetonúria (FNC) e do Hipotireoidismo Congênito (HC), em todas as crianças nascidas em suas dependências." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 423/07

Revoga a Lei nº 12.111, de 2002, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Joaquim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 12.111, de 07 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial nº 16.821, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Joaquim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 426/07

Denomina Prefeito Leopoldo Grosskopf a Rodovia SC-301-T, que liga o Centro do Município de Campo Alegre ao distrito de Bateias de Baixo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Prefeito Leopoldo Grosskopf a Rodovia SC-301-T, que liga o Centro do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 442/07

Institui o Dia Estadual da Imigração Ucraniana, no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Imigração Ucraniana, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 24 de agosto.

Art. 2º A Mesa da Assembléia Legislativa marcará, anualmente, sessão solene para comemoração desta data.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0446.5/2007

A Ementa e os arts. 1º e 5º do Projeto de Lei nº PL/0446.5/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Institui o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário"

"Art. 1º Institui o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário, mediante a adoção de medidas de proibição de lançamento ou liberação de poluentes nas águas, ar e solo.

(...)

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações do orçamento Geral do Estado."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 13/12/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 13/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 446/07

Institui o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Institui o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário, mediante a adoção de medidas de proibição de lançamento ou liberação de poluentes nas águas, ar ou solo.

Art. 2º O Programa terá como finalidades:

I - evitar a poluição dos mananciais e do solo;

II - informar a população quanto aos riscos ambientais causados pelo despejo de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal na rede de esgoto e as vantagens múltiplas dos processos de reciclagem;

III - incentivar a prática da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, doméstico, comercial ou industrial, mediante suporte técnico, incentivo fiscal e concessão de linhas de crédito para pequenas empresas que operem na área de coleta e reciclagem pertinentes; e

IV - favorecer a exploração econômica da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, desde a coleta, transporte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar empregos e renda a pequenas empresas.

Art. 3º Entende-se por Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário, para os fins desta Lei, a otimização das ações governamentais e não-governamentais, buscando a participação do empresariado e das organizações sociais, com o objetivo maior de:

I - conceder apoio estratégico e aprimorar a atividade econômica da reciclagem de matéria residual de gorduras de uso alimentar; e

II - buscar o cumprimento de metas de proteção ao meio ambiente, informação aos consumidores e conscientização da sociedade a respeito de danos provenientes do descarte residual no meio ambiente e das vantagens da prática de sua reutilização em escala industrial.

Parágrafo único. O Programa de que trata esta Lei, determinará e patrocinará estudos, desenvolvimento de projetos e outras medidas voltadas ao atendimento das finalidades elencadas nos incisos do art. 2º desta Lei, especialmente no tocante a seu suporte técnico e financeiro.

Art. 4º Constituem diretrizes do Programa:

I - discussão, desenvolvimento, adoção e execução de ações, projetos e programas que atendam às finalidades desta Lei, reconhecendo-os como fundamentais para o bom funcionamento da rede de esgotos, bem como da preservação dos mananciais e do solo;

II - busca e incentivo à cooperação entre União, estados, municípios e organizações sociais;

III - estímulo à pequena empresa e ao cooperativismo;

IV - estabelecimento de projetos de reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, e de proteção ao meio ambiente enfocando, principalmente, os efeitos da poluição em decorrência do descarte residual de gorduras culinárias;

V - atuação no mercado, por meio de mecanismos tributários e de fiscalização, procurando incentivar as práticas de coleta e reciclagem de óleos e gorduras de uso culinário, ampliando-as em larga escala;

VI - execução de medidas para evitar a poluição decorrente do descarte de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário na rede de esgotos, exigindo da indústria e comércio a efetiva participação em projetos a serem desenvolvidos e executados para os fins desta Lei;

VII - instalação e administração de postos de coleta;

VIII - manutenção permanente de fiscalização sobre a indústria de alimentos, hotéis, restaurantes e similares, para os fins desta Lei;

IX - promoção permanente de ações educativas, com vistas aos fins desta Lei;

X - participação de consumidores e da sociedade, por seus representantes, nas discussões que antecederem o planejamento da implementação do Programa;

XI - estímulo e apoio às iniciativas não-governamentais voltadas à reciclagem, bem como a outras ações ligadas às diretrizes de política ambiental de que trata esta Lei;

XII - promoção de campanhas de conscientização da opinião pública, inclusive de usuários domésticos, visando despertar a solidariedade e a união de esforços em prol dos objetivos desta Lei;

XIII - realização freqüente de diagnósticos técnicos em consumidores de óleo e demais gorduras de uso culinário, especialmente em escala comercial e industrial; e

XIV - realização de campanhas educativas permanentes voltadas ao consumidor domiciliar.

Parágrafo único. Todos os projetos e ações voltados ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nos incisos anteriores serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0452.3/2007

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0452.3/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Escola Especial Semente de Esperança - APAE de Ipira, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área de cento e cinqüenta metros e quarenta e quatro decímetros quadrados, parte das dependências da EEB Carlos Fries, matriculada sob o nº 5.958 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de **Capinzal** e cadastrado sob o nº 03345 na Secretaria de Estado da Administração."

Sala das Comissões, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de, 13/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 452/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Ipira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Escola Especial Semente de Esperança - APAE de Ipira, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área de cento e cinqüenta metros e quarenta e quatro decímetros quadrados, parte das dependências da EEB Carlos Fries, matriculada sob o nº 5.958 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal e cadastrado sob o nº 03345 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pela APAE.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 463/07

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Silvino Santiago Fernandez Goulart.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Silvino Santiago Fernandez Goulart.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0468.0/2007

Altera dispositivo no Projeto de Lei nº 0468.0/2007

Art. 1º O Anexo Único do Projeto de Lei nº 0468.0/2007, no item atinete à "FICALIZAÇÃO SANITÁRIA DO LEITE *IN NATURA* DE TODAS AS ESPÉCIES E ENTREGUE NAS PLATAFORMAS DAS USINAS DE BENEFICIAMENTO", passa a ter a seguinte redação:

FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO LEITE *IN NATURA* DE TODAS AS ESPÉCIES E ENTREGUE NAS PLATAFORMAS DAS USINAS DE BENEFICIAMENTO	mil litros ou fração	0,25 (6)

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 12/12/07

JUSTIFICATIVA

A emenda modificativa confere nova redação ao item pertinente à "FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO LEITE *IN NATURA* DE TODAS AS ESPÉCIES E ENTREGUE NAS PLATAFORMAS DAS USINAS DE BENEFICIAMENTO" para reduzir o valor da taxa de R$ 0,50 (cinqüenta centavos) para R$ 0,25 (vinte e cinco centavos). por mil litros ou fração.

Florianópolis, de novembro de 2007.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 468/07

Altera o Anexo Único da Lei nº 13.667, de 2005, que cria a taxa de vigilância sanitária animal e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 13.667, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias contados de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 12/12/07

ANEXO ÚNICO

"ANEXO ÚNICO

TABELA I

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL

(Lei nº 13.667, de 28 de dezembro de 2005)

1 - FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO TRÂNSITO DE ANIMAIS E EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL - GTA	UNIDADE	VALOR (R$)
Bovídeos:		
1 - Abate estadual e interestadual	cabeça	1,50 (1)
2 - Cria e recria interestadual	cabeça	1,50 (1)
3 - Eventos esportivos (7)	cabeça	0,50 (1)

Eqüídeos: 1 - Abate estadual e interestadual 2 - Cria e recria interestadual 3 - Eventos esportivos (7)	 cabeça cabeça cabeça	 0,50 (1) 0,50 (1) 0,50 (1)
Outras espécies de grandes animais	cabeça	1,50 (1)
Suídeos: 1 - Abate estadual (3) e interestadual 2 - Cria e recria interestadual	 cabeça cabeça	 0,15 (1) 0,15 (1)
Ovinos e Caprinos: 1 - Abate estadual e interestadual 2 - Cria e recria interestadual	 cabeça cabeça	 0,15 (1) 0,15 (1)
Avestruz/Ema: 1 - Abate estadual e interestadual 2 - Cria e recria interestadual	 cabeça cabeça	 1,50 (1) 1,50 (1)
Outras espécies de médios animais	cabeça	1,50 (1)
Aves: 1 - Perus e frangos: 1.1 Abate estadual (3) e interestadual 1.2 Cria e recria interestadual 2 - Codornas: 2.1 Abate estadual (3) e interestadual 2.2 Cria e recria interestadual 3 - Pintos de um dia (3) 4 - Ovos férteis (3) 5 - Patos e marrecos: 5.1 Abate estadual (3) e interestadual 5.2 Cria e recria interestadual	 milheiro ou fração milheiro ou fração centena ou fração centena ou fração milheiro ou fração milheiro ou fração milheiro ou fração milheiro ou fração	 2,00 (1) 2,00 (1) 1,00 (1) 1,00 (1) 0,20 (1) 5,00 (1) 2,00 (1) 2,00 (1)
Coelhos: 1 - Abate estadual e interestadual 2 - Cria e recria interestadual Chinchila: 1 - Abate estadual e interestadual 2 - Cria e recria interestadual	 centena ou fração centena ou fração cabeça cabeça	 1,00 (1) 1,00 (1) 0,50 (1) 0,50 (1)
Cães e gatos - Atestado Sanitário	cabeça	10,00 (1)
Náuplios (4) e pós-larvas de camarão	milheiro ou fração	0,03 (1)
Alevinos	milheiro ou fração	0,10 (1)
Crustáceos e anfíbios	Kg	0,02 (1)
Peixes: Abate e pesca esportiva	tonelada ou fração	3,00 (1)
Outras espécies de pequenos animais: 1 - Aves ornamentais, canoras, silvestres e outros pequenos animais 2 - Animais de biotério	 dezena ou fração centena ou fração	 1,00 (1) 5,00 (1)
2- FISCALIZAÇÃO ZOOSSANITÁRIA DE EVENTOS AGROPECUÁRIOS E ESPORTIVOS ENVOLVENDO ANIMAIS	evento	50,00 (2)
3 - FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS:		
FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO MEL E DERIVADOS APÍCOLAS NOS ENTREPOSTOS COMERCIAIS	tonelada ou fração	3,00 (5)
FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO LEITE *IN NATURA* DE TODAS AS ESPÉCIES E ENTREGUE NAS PLATAFORMAS DAS USINAS DE BENEFICIAMENTO	mil litros ou fração	0,25 (6)
4 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA - CISA E, PARA TRÂNSITO DE PELES, COUROS, OSSOS, PÊLOS, PENAS, SEBO E DEMAIS PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS	certificado	10,00 (1)
DATA E FORMA DO RECOLHIMENTO: 1. Até 15 (quinze) dias da emissão da Guia de Trânsito Animal - GTA; 2. Setenta e duas horas antes do início do evento; 3. Exceto as agroindústrias filiadas ao Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de Santa Catarina - Sindicarne, que recolherão ao Fundo para o Desenvolvimento da Suinocultura e para o Fundo de Reserva para Indenização de Avicultores; 4. Exceto os laboratórios produtores de camarão na comercialização intraestadual; 5. Mensalmente pelos entrepostos comerciais de mel e derivados apícolas; 6. Leite: mensalmente pelas usinas de beneficiamento; 7. O produtor que participar com eqüídeos e bovídeos em eventos esportivos e retornar com os mesmos para sua propriedade ou arrendada, devidamente cadastrada na Cidasc, fica isento do pagamento da GTA de retorno.		

"

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 470/07

Denomina Firmino Agostini Maciel a Quadra de Esportes da EEB Marechal Eurico Gaspar Dutra, do Município de Curitibanos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Firmino Agostini Maciel a Quadra de Esportes da EEB Marechal Eurico Gaspar Dutra, do Município de Curitibanos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 473/07

Dispõe sobre a divulgação aos passageiros rodoviários de informações sobre o Estatuto do Idoso relativas ao sistema de transporte coletivo interestadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º As empresas concessionárias ou permissionárias de transporte interestadual de passageiros, incluídas as operadoras de terminais rodoviários que operam no Estado de Santa Catarina, ficam obrigadas a afixar em seus estabelecimentos, postos de venda de passagens e veículos de transporte, avisos referentes aos direitos dos idosos a passagem gratuita e/ou desconto de 50% (cinqüenta por cento) conforme o Estatuto do Idoso, Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 2º O aviso deve ser exposto em local de fácil visibilidade aos passageiros, contendo o seguinte conteúdo:

ESTATUTO DO IDOSO

Lei nº 10.741/2003

"Art. 40 No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I - a reserva de 02 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II - desconto de 50% (cinqüenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos."

Parágrafo único. Nas operadoras de terminais rodoviários, no interior dos ônibus e nos postos de vendas de passagens, o quadro contendo o aviso deverá ter como medida mínima 90 (noventa) cm².

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 481/07

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Recreativa e Assistencial Persistência, no Município de Indaial.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Recreativa e Assistencial Persistência, com sede e foro no Município e Comarca de Indaial.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os benefícios decorrentes da legislação afim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 490/07

Declara de utilidade pública a Academia Catarinense de Letras e Artes - ACLA, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Academia Catarinense de Letras e Artes - ACLA, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 491/07

Declara de utilidade pública a Instituição Espírita Casa do Caminho, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição Espírita Casa do Caminho, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 493/07

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Banda Sinfônica da Polícia Militar de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Banda Sinfônica da Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 507/07

Institui o Dia Estadual de Combate ao Diabetes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Combate ao Diabetes, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de novembro, que passará a integrar o Calendário de Eventos do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Nesta data serão realizadas atividades em conjunto com o Poder Executivo Estadual e as entidades representativas, visando a conscientização e a prevenção do diabetes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 511/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Portadores de Doenças Profissionais dos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Schroeder, Corupá e Massaranduba, em Jaraguá do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Portadores de Doenças Profissionais dos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Schroeder, Corupá e Massaranduba, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 525/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à União Catarinense de Estudantes Secundaristas - UCES, no Município de Florianópolis, pelo prazo de dois anos, o uso gratuito da sala nº 904 do Edifício Alpha Centauri, matriculada sob o nº 8.921 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 02312 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade permitir a continuidade dos trabalhos que são executados pela Associação.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 528/07

Altera o art. 1º da Lei nº 11.296, de 1999, que autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Tubarão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.296, de 28 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Tubarão, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito do imóvel matriculado sob o nº 11.968 no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão e cadastrado sob o nº 02684 na Secretaria de Estado da Administração." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 529/07

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Administração do Porto de São Francisco do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R$ 135.480,00 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais), em favor da Administração do Porto de São Francisco do Sul, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

92000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JOINVILLE
92021 ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Atividade Construção, Ampliação e Adequação de Pátio de Contêineres e Parques de Triagem - APSFS
Código 92021.26.784.0680.1014 P 003327
4. DESPESAS DE CAPITAL
4.4. Investimentos
4.4.90 Aplicações Diretas
4.4.90.51.00 (0321) Obras e Instalações ..... R$ 135.480,00

Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:

53000 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
53001 SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
Atividade Apoio ao Sistema Viário Municipal - SIE
Código 53001.26.782.0630.0509 P 001853
4. DESPESAS DE CAPITAL
4.4. Investimentos
4.4.40 Transferências a Municípios
4.4.40.42.00 (0321) Auxílios ..... R$ 135.480,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 11 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0537.7/2007

O Projeto de Lei PL/0537.7/2007 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Institui a Semana Estadual da Adoção.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual da Adoção, a ser realizada anualmente na semana que antecede o dia 25 de maio, Dia Nacional da Adoção.

Parágrafo único. A Semana Estadual da Adoção tem por finalidade a reflexão e conscientização sobre o tema.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em
Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 11/12/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 11/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 537/07

Institui a Semana Estadual da Adoção.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual da Adoção, a ser realizada anualmente na semana que antecede o dia 25 de maio, Dia Nacional da Adoção.

Parágrafo único. A Semana Estadual da Adoção tem por finalidade a reflexão e conscientização sobre o tema.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 538/07

Institui o Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, que passará a integrar o Calendário de Eventos do Estado de Santa Catarina e será comemorado, anualmente, no dia 28 de maio.

Parágrafo único. Nesta data serão realizadas atividades em conjunto com o Poder Executivo Estadual e as entidades representativas, visando a conscientização e a prevenção da mortalidade materna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 551/07

Denomina José Righes a Quadra de Esportes da EEB Professor Argeu Furtado, do Município de São Cristóvão do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada José Righes a Quadra de Esportes da EEB Professor Argeu Furtado, do Município de São Cristóvão do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 13 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 558/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos do Conselho Regional de Santa Catarina da Ordem dos Músicos do Brasil, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos do Conselho Regional de Santa Catarina da Ordem dos Músicos do Brasil, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 570/07

Denomina Pedro Della Justina a Delegacia de Polícia do Município de Urubici.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Pedro Della Justina o prédio da Delegacia de Polícia da Comarca de Urubici.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 573/07

Declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias do Hospital Miguel Couto de Ibirama.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Voluntárias do Hospital Miguel Couto de Ibirama, com sede no Município de Ibirama.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 579/07

Concede ao Senhor Casildo João Maldaner o Título de Cidadão Catarinense.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido ao Senhor Casildo João Maldaner o Título de Cidadão Catarinense.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 588/07

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Missão 2001, no Município de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Missão 2001, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 589/07

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, no Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, com sede no Município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 12 de dezembro de 2007
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 0600/07

Na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei n. 0600/07:

Onde se lê: Declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade de Santa Catarina - Clube da Melhor Idade Amor à Vida, no Município de Florianópolis

Leia-se: Declara de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Amor à Vida, no Município de Florianópolis

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia realmente o legislador, sendo que as modificações sugeridas corrigem imperfeições técnicas.

SALA DAS SESSÕES, em 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 600/07

Declara de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Amor à Vida, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Amor à Vida, com sede no Município de Florianópolis e Comarca na Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 038/2007

Transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura e dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os cargos de Juiz de Direito distribuídos e por distribuir nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, Tubarão, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Gaspar são elevados de entrância:

I - nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages e Tubarão, de entrância final para entrância especial;

II - nas Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, de entrância intermediária para entrância final; e

III - na Comarca de Gaspar, de entrância inicial para entrância intermediária.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no art. 52, da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau:

I - 20 (vinte) cargos de Juiz Especial, na entrância especial;

II - 15 (quinze) cargos de Juiz Especial, na entrância final;

III - 10 (dez) cargos de Juiz Especial, na entrância intermediária; e

IV - 5 (cinco) cargos de Juiz Especial, na entrância inicial.

Parágrafo único. Os novos cargos serão distribuídos e providos por ato do Tribunal de Justiça, com observância, quanto à definição da competência, do disposto no art. 34 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006.

Art. 3º Ficam extintos do Quadro da Magistratura Estadual, quando de sua vacância, 26 (vinte e seis) cargos de Juiz Substituto.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, no Grupo Ocupacional "Direção e Assessoramento Intermediário", código PJ-DASI, 50 (cinqüenta) cargos de Assessor Judiciário, nível 1 (um), coeficiente de vencimento 2,3052.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 6º Esta Lei Complementar tem seus efeitos retroativos à data da publicação da Resolução nº 36/07 - TJ, de 17 de setembro de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em, 20 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0039.0/2007

Fica suprimido do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 0039.0/2007 o art. 11.

Sala da Comissão, em

Deputado Gelson Merísio

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 11/12/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 11/12/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 039/2007

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 204, de 2001, que cria o Fundo Estadual de Sanidade Animal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os incisos I, II e III do art. 1º, os incisos III e IV e o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 204, de 08 de janeiro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

I - 20% (vinte por cento) para indenização de abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por febre aftosa;

II - 40% (quarenta por cento) para indenização de abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por outras doenças infecto-contagiosas não passíveis de imunização pela vacinação; e

III - 40% (quarenta por cento) para suplementação de ações relativas à vigilância e fiscalização em saúde animal, a ser repassado ao órgão executor da defesa sanitária animal. (NR)

.....

Art. 8º. .....

.....

III - que possuam animais que tenham sido adquiridos de acordo com as normas de trânsito vigentes e com certificados sanitários exigidos pelo serviço de defesa sanitária animal, e que estão sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente;

IV - que estejam em dia com suas obrigações relacionadas aos serviços de cadastro da propriedade, identificação de animais, de trânsito de animais, vigilância, controle, erradicação, fiscalização e certificação sanitária, bem como de débitos com tributos estaduais.

.....

§ 1º A indenização pelo sacrifício dos animais será feita de forma individual, diretamente ao interessado, correspondente a cada animal, sendo calculada pelo valor de mercado de abate de cada animal. (NR)

....."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 014, DE 2007

Acrescenta inciso IV ao art. 4º da Resolução nº 011, de 2003, alterada pela Resolução nº 006, de 2007, que institui e regulamenta Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar.

Art. 1º Fica acrescido o inciso IV ao art. 4º da Resolução nº 011, de 21 de outubro de 2003, alterada pela Resolução nº 006, de 20 de setembro de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

.....

IV - locação de computadores periféricos e programas de informática."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015, DE 2007

Dispõe sobre a extensão do benefício previsto no art. 5º da Resolução nº 02, de 2004.

Art. 1º Fica estendida aos servidores de que trata a Lei nº 13.724, de 05 de abril de 2006, a Vantagem Nominalmente Identificável prevista no art. 5º da Resolução nº 02, de 13 de abril de 2004, na parte relativa à gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial, prevista no art. 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, atribuída e incorporada aos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos, de acordo com a Resolução DP nº 069, de 21 de dezembro de 1999 e Resolução nº 265, de 20 de março de 2001, e a Gratificação de Atividade Legislativa instituída pela Resolução DP nº 044, de 13 de agosto de 1996, alterada pela Resolução DP nº 068, de 23 de agosto de 2001.

§ 1º Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo ao servidor que perceba outra vantagem nominal decorrente de gratificação congênere, assegurado seu direito de optar por uma delas.

§ 2º A vantagem referenciada nesta Resolução incidirá sobre o vencimento-base do servidor e absorverá a Vantagem Temporária prevista no art. 9º da Resolução nº 02, de 2004.

Art. 2º A implementação do benefício de que trata esta Resolução dar-se-á na forma preconizada no art. 32 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 em relação a integralização das tabelas de vencimentos dos cargos e funções de confiança.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 11 de dezembro de 2007

Deputado Julio Garcia
Presidente

*** X X X ***